



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLIX - Nº 24

SEXTA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 1994

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 22ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE MAIO DE 1994

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Discursos do Expediente

DEPUTADO **PAULO PAIM** - Prejuízos para os assalariados, com o plano econômico do Governo, aprovado ontem pelo Congresso Nacional.

DEPUTADO **MUNHOZ DA ROCHA** - Apelo em favor da atualização das pensões e aposentadorias dos servidores dos Ministérios do Trabalho e das Comunicações, hoje inferiores ao salário mínimo.

DEPUTADO **ALCIDES MODESTO** - Insensibilidade do Congresso Nacional à situação das massas trabalhadoras, em face da aprovação da Medida Provisória nº 482/94, que cria a URV e dá outras providências, por entendê-la benéfica aos empresários e prejudicial aos trabalhadores.

DEPUTADO **ANTONIO MORIMOTO** - Ofício encaminhado pelo Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, à direção do Banco da Amazônia, em virtude de representação apresentada por S. Exª contra a cobrança de encargos financeiros nos empréstimos com recursos do FNO, geridos por aquele banco.

DEPUTADO **PAULO DUARTE** - Malefícios para o trabalhador do plano econômico do Governo.

DEPUTADO **APARÍCIO CARVALHO** - Dia da Saúde Mental.

DEPUTADO **RUBEN BENTO** - Construção pelo Governador do Estado de Roraima de estrada ligando o Município de Bonfim à Boa Vista. Protestos contra a retenção, pela Ministra da Ação Social, de recursos orçamentários destinados ao Estado de Roraima.

DEPUTADA **JANDIRA FEGHALI** - Considerações sobre o plano econômico, aprovado ontem pelo Legislativo.

DEPUTADO **JAIR BOLSONARO** - O plano econômico e o achatamento salarial nele embutido. Declarações do Ministro Romildo Cahim sobre um possível aumento salarial para os servidores públicos, da ordem de 30%.

DEPUTADO **LUIZ CARLOS HAULY** - Comentários sobre o plano econômico do Governo, aprovado ontem pelo Congresso Nacional.

DEPUTADO **DIOGO NOMURA** - Críticas à importação de alho da China, em prejuízo dos nossos produtores rurais daquele produto.

DEPUTADO **NILMÁRIO MIRANDA** - Comentários acerca dos acontecimentos ocorridos durante a convenção do PSDB, para o lançamento da candidatura do Sr. Fernando Henrique Cardoso, em Contagem - MG.

DEPUTADO **OSVALDO BENDER** - Apelo por celeridade na apreciação do Projeto de Lei nº 3.722, de 1993, de sua autoria, que introduz alterações na Lei nº 8.096, de 21 de novembro de 1990, que "dispõe sobre a comercialização e industrialização do trigo, e dá outras providências", visando dar prioridade ao trigo nacional.

DEPUTADO **CARLOS LUPI** - Fortes críticas ao plano econômico do Governo.

DEPUTADO **EXPEDITO RAFAEL** - Regozijo pela aprovação da Medida Provisória nº 482/94, que implementa o Plano de Estabilização Econômica, por proporcionar, a partir deste momento, às administrações municipais e estaduais o recebimento dos recursos federais em URV.

DEPUTADO **WALDOMIRO FIORAVANTE** - Registrando seu protesto pela aprovação, na noite de ontem, da Medida Provisória nº 482/94, que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor - URV, e dá outras providências.

DEPUTADO **CLÓVIS ASSIS** - Considerações sobre a Medida Provisória nº 475/94, que dispõe sobre a assunção da dívida da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau e ao Fundo Nacional de Marinha Mercante - FNMM, e acerca de emenda, de sua autoria, propondo uma solução para o pagamento da dívida da empresa.

DEPUTADO **ADROALDO STRECK** - Discussão sobre salário e a aprovação do plano econômico do Governo.

DEPUTADO **GERMANO RIGOTTO** - Papel do Congresso Nacional para o efetivo sucesso do Plano de Estabilização da Economia.

DEPUTADO **LUIZ CARLOS SANTOS** - Como Líder - Congratulando-se com o Congresso Nacional pela votação da medida provisória do plano econômico.

DEPUTADO **EDI SILIPRANDI** - Vinda a Brasília do Dr. Jong Suk Yum, fundador da Unibiótica - método natural de saúde.

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ 23,53 URV

Tiragem: 1.200 exemplares

DEPUTADO LIBERATO CABOCLLO – Cassação do Deputado Ibsen Pinheiro, desmentindo acordo espúrio insinuado pela Imprensa entre PFL-PMDB, para absolvê-lo, juntamente com o Deputado Ricardo Fiúza.

DEPUTADO JOÃO PAULO – Inconformismo de S. Ex^a com a aprovação da Medida Provisória nº 482/94. Críticas ao Presidente Itamar Franco.

DEPUTADO MURILO PINHEIRO – Projeto de implantação da Escola Técnica Federal do Amapá.

DEPUTADA BENEDITA DA SILVA – Graves denúncias de trabalho degradante e semi-escravo de crianças e adolescentes em pedreiras da cidade de Pirenópolis – GO.

DEPUTADO JOSÉ LUIZ CLEROT – Participação do PMDB no Governo Itamar Franco.

DEPUTADO LOURIVAL FREITAS – Razões de sua oposição à aprovação da Medida Provisória nº 482/94.

DEPUTADO OSWALDO STECCA – Proteção à indústria têxtil nacional.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Situação de aposentados e pensionistas no texto aprovado, ontem, da Medida Provisória nº 482/94.

DEPUTADO EULER RIBEIRO – Criação do Comando Naval da Amazônia Ocidental, com sede na cidade de Manaus – AM.

DEPUTADO JOSÉ DUTRA – Preocupação com declarações do Sr. Luís Inácio Lula da Silva, em Washington, Estados Unidos da América do Norte, sobre a utilização da Amazônia como moeda de troca em pagamento da dívida externa brasileira.

DEPUTADO JÓRIO DE BARROS – Considerações acerca do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 380/91, que prevê a extensão do Fundo de Recuperação do Estado do Espírito Santo à região norte do Estado do Rio de Janeiro e leste do Estado de Minas Gerais.

DEPUTADO AGOSTINHO VALENTE – Apelo aos Senadores pelo Estado do Espírito Santo para que apresentem emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 69/94, que exclui a Light – Serviços de Eletricidade S/A, da abrangência da Lei nº 8.031, de 14 de abril de 1990, que criou o Programa Nacional de Privatizações, em apreciação naquela Câmara Alta, no sentido da exclusão também da Ecelsa – Companhia de Eletricidade do Espírito Santo.

SENADOR ODACIR SOARES – Como Líder – Crise energética no Estado de Rondônia.

DEPUTADO NEY LOPES – Apelo de vereadores norte-riograndenses ao Ministro da Previdência e Assistência Social no sentido da suspensão das cobranças decorrentes de declarações de tempo de serviço para fins do FUNRURAL.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI – Observações sobre o

Fundo Social de Emergência que, no seu entender, penaliza Estados e Municípios. Artigo do jornalista Expedito Quintas, intitulado "Rédeas curtas", publicado no *Correio Braziliense* do último dia 9, sobre o assunto.

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Abuso no cálculo das mensalidades escolares. Aplausos ao parecer do Senador Alfredo Campos sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 383/93, que trata do endividamento do setor agrícola. Necessidade de uma política agrícola.

DEPUTADA ADELAIDE NERI – Apelo ao Ministro Sérgio Cutolo para que estenda aos demais segurados da Previdência Social os efeitos da decisão do STF, quanto a auto-aplicabilidade do art. 201, §§ 5º e 6º da Constituição, já deferidos aos trabalhadores rurais.

DEPUTADO OSVALDO MELO – Apelo ao Ministro da Fazenda e ao Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República no sentido de alocar os recursos necessários à indispensável atuação da SUDAM.

DEPUTADO VIRMONTES CRUVINEL – Congratulando-se com o Governador Agenor Rezende, do Estado de Goiás, por sua profícua gestão.

DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – Participação do Partido Liberal – PL, na eleição presidencial com candidato próprio.

DEPUTADO ÉLIO DALLA-VECCHIA – Problemática da educação em nosso País.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO – Revolta de S. Ex^a com trabalho escravo de menores no Município de Pirenópolis – GO.

DEPUTADO VALDEMAR COSTA NETO – Homenagem a *Funio Horii* por suas inúmeras atividades beneficentes.

DEPUTADO CÉSAR SOUZA – Garantia para a continuidade do trabalho de equipe da Inspetoria – Geral do INSS, ameaçada pela Lei nº 8.745, de dezembro de 1993, que define regras para a contratação de serviço em caráter emergencial, que não poderão ser renovados.

DEPUTADO RENILDO CALHEIROS – Descompromisso do governo com o Projeto Nordeste – Ações de Saúde no Nordeste Rural, com financiamento do Banco Mundial.

DEPUTADO ERNESTO GRADELLA – Defesa da formação de um governo dos trabalhadores e de uma república negra e socialista na África do Sul.

DEPUTADO JACKSON PEREIRA – Sugerindo ao Sr. Ministro Aloísio Alves a criação, na forma de portaria, de uma Coordenadoria de Projetos Financiados com Recursos Externos

encarregada de gerenciar e supervisionar todo o processo de implementação de projetos financiados por organismos internacionais sob a responsabilidade do MIR.

DEPUTADO JOSÉ ABRÃO – Suscitando questão de ordem no sentido do encerramento da sessão por falta de **quorum** em plenário.

O SR. PRESIDENTE – Acolhimento da questão de ordem do Sr. José Abrão.

1.2.2 – Comunicação da Presidência

– Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, logo após o encerramento da sessão do Congresso Revisor.

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 23ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE MAIO DE 1994

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Ofícios

Da Liderança do PDT, na Câmara dos Deputados, de substituição de membros em Comissões Mistas,

2.2.2 – Discurso do Expediente

DEPUTADO HAROLDO LIMA – Defesa do monopólio estatal do Petróleo.

2.2.3 – Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Nilmário Miranda e acolhida pela Presidência sobre a falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.2.4 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 17 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA, EM 19 DE MAIO DE 1994

3.1 – ABERTURA

3.1.1 – Comunicações da Presidência

Inexistência de **quorum** mínimo para a abertura da sessão.

Convocação de sessão extraordinária do Congresso Revisor, a realizar-se na próxima terça-feira, dia 24, às 9 horas, e cancelamento da sessão ordinária que se realizaria amanhã.

3.2 – ENCERRAMENTO

4 – DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Deputado Liberato Caboclo, pronunciado na sessão de 3-5-94.

Do Deputado Ernesto Gradella, pronunciado na sessão de 5-5-94.

Ata da 22ª Sessão Conjunta, em 19 de maio de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Adylson Motta e Wilson Campos

ÀS 10 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Alexandre Costa – Alfredo Campos – Antonio Mariz – Aureo Mello – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Eduardo Suplicy – Epitácio Cafeteira – Espiridião Amin – Fernando Henrique Cardoso – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Richa – José Sarney – Júlio Campos – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Lourenberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Wedekin – Odacir Soares – Pedro Simon – Reginaldo Duarte – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Teotônio Vilela Filho – Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Júlio Cabral – PP; Luciano Castro – PPR; Marcelo Luz – PP; Ruben Bento – Bloco.

Amapá

Aroldo Góes – PDT; Eraldo Trindade – PPR; Fátima Pelas – Bloco; Gilvan Borges – PMDB; Lourival Freitas – PT; Murilo Pinheiro – Bloco; Sérgio Barcellos – Bloco; Valdenor Guedes – PP.

Pará

Alacid Nunes – Bloco; Gerson Peres – PPR; Giovanni Queiroz – PDT; Hermínio Calvino – PMDB; Hilário Coimbra – PTB; José Diogo – PP; Manoel Ribeiro – PMDB; Mário Cher-

mont – PP; Mário Martins – PMDB; Nícias Ribeiro – PMDB; Osvaldo Melo – PPR; Paulo Rocha – PT; Socorro Gomes – PCdoB.

Amazonas

Átila Lins – Bloco; Euler Ribeiro – PMDB; Ézio Ferreira – Bloco; João Thome – PMDB; José Dutra – PMDB; Ricardo Moraes – PSB.

Rondônia

Antônio Morimoto – PPR; Aparício Carvalho – PSDB; Edison Fidélis – PP; Expedito Rafael – PMN; Maurício Calixto – Bloco; Pascoal Novaes – PSD; Reditário Cassol – PP.

Acre

Adelaide Neri – PMDB; Francisco Diógenes – PMDB; João Maia – PP; Ronivon Santiago – PPR; Zila Bezerra – PMDB.

Tocantins

Darci Coelho – Bloco; Derval de Paiva – PMDB; Edmundo Galdino – PSDB; Leomar Quintanilha – PPR; Merval Pimenta – PMDB; Osvaldo Reis – PP.

Maranhão

Costa Ferreira – PP; Daniel Silva – Bloco; Eduardo Matias – PP; Eurico Ribeiro – PPR; Haroldo Sabóia – PT; João Rodolfo – PPR; José Burnett – PPR; Mauro Fecury – Bloco; Pedro Novais – PMDB; Ricardo Murad – PSD.

Ceará

Aécio de Borba – PPR; Ariosto Holanda – PSDB; Ernani Viana – PP; Etevaldo Nogueira – Bloco; Gonzaga Mota – PMDB; Jackson Pereira – PSDB; José Linhares – PP; Luiz Girão – PDT; Luiz Pontes – PSDB; Marco Penaforte – PSDB; Maria Luíza Fontenele – PSTU; Moroni Torgan – PSDB; Orlando Bezerra – Bloco; Pinheiro Landim – PMDB; Ubiratan Aguiar – PSDB.

Piauí

B. Sá – PP; Ciro Nogueira – Bloco; Jesus Tajra – Bloco; José Luiz Maia – PPR; Murilo Rezende – PMDB; Mussa Deme-

Bloco; Paulo Silva – PSDB.

Rio Grande do Norte

Iberê Ferreira – Bloco; João Faustino – PSDB; Laíre Rosado – PMDB; Marcos Formiga – PSDB; Ney Lopes – Bloco.

Paraíba

Adauto Pereira – Bloco; Efraim Moraes – Bloco; Evaldo Gonçalves – Bloco; Ivan Burity – Bloco; Ivandro Cunha Lima – PMDB; José Luiz Clerot – PMDB; José Maranhão – PMDB; Rivaldo Medeiros – Bloco; Vital do Rêgo – PDT; Zuca Moreira – PMDB.

Pernambuco

Fernando Lira – PSB; Gilson Machado – Bloco; Gustavo Krause – Bloco; Inocêncio Oliveira – Bloco; José Jorge – Bloco; José Múcio Monteiro – Bloco; Mavíael Cavalcanti – Bloco; Miguel Arraes – PSB; Pedro Corrêa – Bloco; Renildo Calheiros – PC do B; Roberto Franca – PSB; Roberto Magalhães – Bloco; Salatiel Carvalho – PP; Tony Gel – Bloco; Wilson Campos – PSDB.

Alagoas

José Thomaz Nonô – PMDB; Roberto Torres – PTB; Vitória Malta – PPR.

Sergipe

Benedito de Figueiredo – PDT; Djenal Gonçalves – PSDB; José Teles – PPR; Messias Góis – Bloco.

Bahia

Alcides Modesto – PT; Ângelo Magalhães – Bloco; Aroldo Cedraz – Bloco; Benito Gama – Bloco; Beraldo Boaventura – PSDB; Carlos Sant'Anna – PP; Clóvis Assis – PSDB; Eraldo Tinoco – Bloco; Félix Mendonça – PTB; Jabes Ribeiro – PSDB; Jairo Carneiro – Bloco; Jaques Wagner – PT; João Almeida – PMDB; Jorge Khoury – Bloco; José Falcão – Bloco; Jutahy Júnior – PSDB; Luiz Moreira – Bloco; Manoel Castro – Bloco; Pedro Irujo – PMDB; Prisco Viana – PPR; Ribeiro Tavares – PL; Sérgio Gaudenzi – PSDB; Tourinho Dantas – Bloco; Uldurico Pinto – PSB; Waldir Pires – PSDB.

Minas Gerais

Agostinho Valente – PT; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Aracely de Paula – Bloco; Bonifácio de Andrada – Bloco; Camilo Machado – PTB; Elias Murad – PSDB; Felipe Neri – PMDB; Fernando Diniz – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Humberto Souto – Bloco; Ibrahim Abi-Ackel – PPR; Israel Pinheiro – PTB; João Paulo – PT; José Rezende – PTB; José Ulisses de Oliveira – PTB; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – Bloco; Mário de Oliveira – PP; Maurício Campos – PL; Neif Jabur – PMDB; Nilmário Miranda – PT; Odelmo Leão – PP; Paulo Delgado – PT; Paulo Heslander – PTB; Pedro Tassis – PMDB; Roberto Brant – PTB; Romel Anísio – PP; Ronaldo Perim – PMDB; Saulo Coelho PP – PSDB; Sérgio Miranda – PC do B; Sérgio Naya – PMDB; Tarcísio Delgado – PMDB; Tilden Santiago – PT; Vitória Medioli – PSDB; Wilson Cunha – PTB.

Espírito Santo

Armando Viola – PMDB; Etevalda Grassi de Menezes – PTB; Jones Santos Neves – PL; Jório de Barros – PMDB; Nilton Baiano – PMDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Valadão – PMDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral – Bloco; Álvaro Valle – PL; Artur da Távola – PSDB; Benedita da Silva – PT; Carlos Alberto Campista – PDT; Carlos Lupi – PDT; Carlos Santana – PT; Cidinha Campos – PDT; Francisco Dornelles – PPR; Jair Bolsonaro – PPR; Jamil Haddad – PSB; Jandira Feghali – PCdoB; João Mendes – PTB; José Carlos

Coutinho – PDT; José Maurício – PDT; Laerte Bastos – PSDB; Laprovita Vieira – PP; Marino Clinger – PDT; Miro Teixeira – PDT; Paulo de Almeida – PSD; Paulo Ramos – PDT; Roberto Campos – PPR; Roberto Jefferson – PTB; Rubem Medina – Bloco; Sérgio Arouca – PPS; Simão Sessim – PPR; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wanda Reis – PMDB.

São Paulo

Alberto Haddad – PP; Armando Pinheiro – PPR; Arnaldo Faria de Sá – PPR; Cardoso Alves – PTB; Carlos Nelson – PMDB; Delfim Netto – PPR; Diogo Nomura – PL; Eduardo Jorge – PT; Ernesto Gradella – PSTU; Euclydes Mello – PRN; Fábio Feldmann – PSDB; Fausto Rocha – PL; Gastone Righi – PTB; Heitor Franco – PPR; Hélio Bicudo – PT; Hélio Rosas – PMDB; Jose Abrão – PSDB; José Genoíno – PT; Koyu Iha – PSDB; Liberato Caboclo – PDT; Luiz Carlos Santos – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Maluly Netto – Bloco; Marcelino Romano Machado – PPR; Marcelo Barbieri – PMDB; Maurici Mariano – PMDB; Mauricio Najjar – Bloco; Mendes Botelho – PP; Michel Temer – PMDB; Nelson Marquzelli – PTB; Osvaldo Stecca – PMDB; Paulo Novais – PMDB; Roberto Rollemberg – PMDB; Robson Tuma – PL; Tadashi Kuriki – PPR; Tuga Angerami – PSDB; Valdemar Costa Neto – PL.

Mato Grosso

Augustinho Freitas – PP; Joaquim Sucena – PTB; Jonas Pinheiro – Bloco; Oscar Travassos – PL; Rodrigues Palma – PTB; Welinton Fagundes – PL.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PPS; Jofran Frejat – PP; Maria Laura – PT.

Goiás

Antônio Faleiros – PSDB; Délio Braz – Bloco; João Natal – PMDB; Lázaro Barbosa – PMDB; Maria Valadão – PPR; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Pedro Abrão – PTB; Vilmar Rocha – Bloco; Virmondes Cruvinel – PMDB.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo – PTB; George Takimoto – Bloco; José Elias – PTB; Marilu Guimarães – Bloco; Waldir Guerra – Bloco.

Paraná

Abelardo Lupion Ueno – Bloco; Antonio Ueno – Bloco; Basílio Villani – PPR; Carlos Roberto Massa – PTB; Carlos Scarpellini – PP; Delcino Tavares – PP; Deni Schwartz – PSDB; Edésio Passos – PT; Edil Siliprandi – PSD; Élio Dalla-Vecchia – PDT; Flávio Arns – PSDB; Homero Oguido – PMDB; Ivânio Guerra – Bloco; Joni Varisco – PMDB; Luciano Pizzatto – Bloco; Luiz Carlos Haully – PP; Max Rosenmann – PDT; Munhoz da Rocha – PSDB; Otto Cunha – PPR; Paulo Bernardo – PT; Pedro Tonelli – PT; Reinhold Stephanes – Bloco; Renato Johnsson – PP; Werner Wanderer – Bloco; Wilson Moreira – PSDB.

Santa Catarina

Ângela Amin – PPR; César Souza – Bloco; Dejandir Dalpasquale – PMDB; Edison Andriano – PMDB; Hugo Biehl – PPR; Jarvis Gaidzinski – PPR; Luci Choinacki – PT; Nelson Morro – Bloco; Neuto de Conto – PMDB; Orlando Pacheco – PSD; Paulo Bauer – PPR; Paulo Duarte – PPR; Valdir Colatto – PMDB; Vasco Furlan – PPR.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PPR; Arno Magarinos – PPR; Carlos Azambuja – PPR; Carlos Cardinal – PDT; Carrion Júnior – PDT; Celso Bernardi – PPR; Eden Pedroso – PT; Fetter Júnior – PDS; Germano Rigotto – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; João de Deus Antunes – PPR; Luís Roberto Ponte –

PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Bender – PPR; Paulo Paim – PT; Telmo Kirst – PPR; Waldomiro Lima – PDT; Victor Faccioni – PPR; Waldomiro Fioravante – PT; Wilson Müller – PDT.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – As listas de presença acusam o comparecimento de 62 Srs. Senadores e 335 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Alcides Modesto. (Pausa.)

Ausente S. Ex^a

Com a palavra o nobre Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PPR – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas solicito a V. Ex^a a abertura do painel. Não tenho comunicação a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Já está sendo providenciado, nobre Senador.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, entendo que a aprovação, ontem, da Medida Provisória nº 482, traz para o trabalhador o maior arrocho salarial de todos os tempos, pois o plano econômico é perverso.

Passei a me perguntar por que às vésperas das eleições para Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente da República aprova-se um plano que congela os salários dos trabalhadores, os proventos dos aposentados e pensionistas e também o salário mínimo por um ano.

Sr. Presidente, diz a imprensa hoje que houve alteração positiva nos salários, mas, na realidade, isso não ocorreu. Simplesmente a questão do salário mínimo foi deslocada do art. 18 para o art. 29. Foi apenas uma emenda de redação. Não houve nenhuma alteração: o salário mínimo está congelado de maio de 1995 a maio de 1996. Os proventos dos servidores públicos também ficam congelados até janeiro de 1995 e serão reajustados em apenas 2,7%.

Ora, Sr. Presidente, às 2h da madrugada eu pensava: mas por que eles aprovaram isso? Deve haver alguma coisa por trás. É a única conclusão a que chego é a de que isso foi proposital: os setores conservadores, entendendo que a eleição para a Presidência da República está perdida, resolveram provocar a população, arrochar tudo, deixar os preços totalmente liberados, fixados no pico, a fim de que aconteçam mais greves, mais paralisações, mais movimentos nas ruas, para ver se isso poderá depor contra a candidatura de Lula.

Essa é a única reflexão que consigo fazer: tentam inviabilizar as eleições, porque não há outra explicação, Sr. Presidente. Mas o tiro sairá pela culatra, pois a população não é boba nem burra: a partir da ação da Medida Provisória nº 482, estou convicto de que Lula ganhará as eleições ainda no primeiro turno.

Não sei se eu voltarei à Câmara dos Deputados, mas esta Casa será renovada no mínimo em 90%, porque a população, ao perceber o que foi aprovado ontem, não vai querer votar nos candidatos dos partidos que tomarem essa posição. É óbvio, é natural. Por mais que eu pensasse ontem, não chegava a outro entendimento: Lula deve ganhar as eleições ainda no primeiro turno, principalmente agora, a partir da aprovação da Medida Provisória nº 482.

Fui entrevistado hoje repetidas vezes, companheiros Con-

gressistas, e os repórteres sempre me perguntavam: é verdade que congelaram mesmo o salário mínimo por um ano? É verdade que congelaram os proventos dos aposentados? É verdade que congelaram o salário dos servidores? E ainda me indagavam: é verdade que as tarifas do Governo vão permanecer em UFIR, tendo reajuste mensal? Sim, é verdade. Perguntaram-me: mas por que isto?

Só há uma explicação, Sr. Presidente: realmente pretendem que os movimentos, as paralisações, as greves, as mobilizações e os protestos contra a Medida Provisória nº 482 aumentem – e têm de aumentar! Mas para nossa felicidade há uma luz no fim do túnel: Lula será eleito Presidente da República em 3 de outubro, e isso trará tranquilidade ao País. A partir desse momento, faremos profundas mudanças na Medida Provisória nº 482: vamos descongelar o salário dos trabalhadores e não vamos permitir que o servidor público espere até janeiro do próximo ano para obter 2% de aumento. E aí, então, passaremos a viver novos tempos.

Ao mesmo tempo em que me sinto triste pelo prejuízo que tiveram os trabalhadores, registro o equívoco cometido pelos setores conservadores. Agora está confirmado, e V. Ex^a poderão me cobrar: o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, a partir deste momento, ganhará as eleições ainda no primeiro turno.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Tem a palavra o nobre Congressista Munhoz da Rocha.

O SR. MUNHOZ DA ROCHA (PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, mesmo partindo do pressuposto de que dias melhores virão, admitindo a estabilização da economia, a queda vertiginosa da inflação e o fortalecimento do poder aquisitivo da população dezenas de milhares de brasileiros continuarão amargando tristes dias, se os Ministérios do Trabalho e das Comunicações não agilizarem o exame de centenas de milhares de processos.

Não estou exagerando! Nesses dois Ministérios já detectei pelo menos 300 mil casos que aguardam a oportunidade para que aposentadorias e pensões sejam recalculadas. Muitos processos estão adormecidos nas mesas por falta de equipamentos, de computadores e também de pessoal, há um, dois e até três anos.

Há pensionistas que percebem hoje da Previdência Social em torno de 3 a 5 mil cruzeiros reais, quando teriam direito a 100 ou 120 mil cruzeiros reais, como constatei nas minhas idas a esses dois Ministérios. O problema dos trabalhadores é sério e o dos aposentados também. O poder aquisitivo de ambos está caindo, principalmente daqueles que não tiveram regularizado o montante a ser recebido da Previdência.

Nós e outros brasileiros que trabalhamos, e mesmo alguns aposentados, que temos nossa situação regularizada, se porventura ficarmos dois ou três meses sem trabalhar e sem receber ainda temos a quem recorrer, graças ao crédito junto à rede bancária ou a amigos. Já para os menos favorecidos que se encontram em situação difícil só existe um recurso: a oração a Santa Edwiges, padroeira dos endividados e das causas impossíveis.

Em razão disso, constatando a dramaticidade de inúmeros casos em que deparei, tanto em meu gabinete quanto nas minhas viagens, reafirmo este dramático apelo aos Ministros já citados, para que seja dada prioridade absoluta à análise de processos pendentes naqueles órgãos visando à atualização de pensões e também de aposentadorias.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Alcides Modesto.

O SR. ALCIDES MODESTO (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, mais uma vez, esta Casa se submete a planos econômicos de governos que têm

como única preocupação salvar e continuar protegendo os privilégios dos setores que sempre foram beneficiados pela máquina do Estado. A aprovação da medida provisória ontem, através do rolo compressor que nos foi imposto na madrugada, significa que esses representantes do povo estão absolutamente insensíveis à situação de desespero em que se encontram as massas da população brasileira, os trabalhadores, os assalariados, os funcionários públicos.

Tem sido uma luta permanente da bancada do Partido dos Trabalhadores, juntamente com outros partidos de esquerda, o compromisso com os interesses do segmento mais sacrificado deste País, que é a classe trabalhadora. Mas fomos, mais uma vez, aqui derrotados por essa maioria que não tem qualquer compromisso com a melhoria de vida das massas da população brasileira marginalizadas do processo econômico. É lamentável, Sr. Presidente, que sejamos aqui obrigados a denunciar a irresponsabilidade política da própria representação dos interesses maiores da população brasileira.

Sabemos que, mais uma vez, esse plano econômico tomou todos os cuidados para não prejudicar o setor financeiro, os banqueiros deste País. Esse plano econômico também teve todos os cuidados para não prejudicar as empreiteiras que prestam serviços ao Governo, que têm suas dívidas acumuladas e, com esse plano, terão a proteção de uma moeda nova. Mas, de novo, ele não tem absolutamente nada: é a reprodução, a repetição dos mesmos planos econômicos anteriores, que jogaram todo o peso das mudanças econômicas sobre os trabalhadores brasileiros.

Nesse sentido, queremos reafirmar nossa posição de apoio aos trabalhadores do Brasil e, sobretudo, dizer que estamos ao lado deles na luta que certamente irão levar às ruas, em defesa de seus interesses.

Sr. Presidente, concluo dizendo que lamento profundamente a votação de ontem, porque a pobreza certamente aumentará com esse plano econômico, e protesto contra os privilégios daqueles que se estão beneficiando, mais uma vez, com as medidas aprovadas.

Durante o discurso do Sr. Alcides Modesto, o Sr. Adylson Motta, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Campos, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Antônio Morimoto.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO (PPR – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, desta tribuna tenho denunciado a Diretoria do BASA, que tem distorcido e desvirtuado o objetivo e a finalidade dessa importante linha de crédito que é o FNO, instituído pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/89, para dar sustentáculo ao desenvolvimento da Região Norte do País.

Como não tenho obtido êxito nas minhas denúncias contra o BASA, representei à Procuradoria-Geral da República, com base na legislação pertinente e também na Lei de Defesa do Consumidor, que garante proteção contra a diferenciação entre aquilo que o BASA, em cartilha, anuncia quanto aos encargos financeiros, e o que depois, na contratação, estipula, realmente distorcendo os critérios anteriormente anunciados.

Há poucos instantes estive na Procuradoria-Geral da República, onde consegui cópia do ofício dirigido pelo Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, ao então Presidente do BASA, Dr. Anivaldo Juvenil Vale, solicitando informações a respeito da representação que este Deputado formulou em favor dos mutuários da Região Norte do País, especialmente de

Rondônia, que estão sendo executados sem piedade pelo banco, que procura impingir-lhes encargos financeiros não previstos na cartilha sobre o Fundo Constitucional do Norte, já que na fase da contratação foi feito diferentemente.

Quero, reiterando inúmeras reclamações e denúncias, bem como a própria representação dirigida à Procuradoria-Geral da República, dizer que é preciso corrigir essa distorção, que está prejudicando e inviabilizando o Fundo Constitucional do Norte.

Na verdade, esse instrumento foi instituído pela Constituição para alavancar as regiões menos desenvolvidas, a exemplo da Região Norte e das Regiões Norte e Centro-Oeste, que também têm seus fundos constitucionais. Trata-se de uma linha de crédito muito mais importante – principalmente para nós, da Região Norte, e especialmente para o Estado de Rondônia – do que o financiamento de custeio agrícola do Banco do Brasil, pois, na verdade, o Fundo Constitucional tem juro diferenciado em favor dos pequenos e dos médios produtores daquela região.

Eis por que, Sr. Presidente, quero reiterar a solicitação feita em forma de representação ao Ministério Público Federal, na pessoa do seu ilustre Procurador-Geral, Dr. Aristides Junqueira, e peço seja publicado na íntegra este ofício, que ainda não teve resposta do BASA. Certamente, não é mais o Dr. Anivaldo Juvenil Vale o seu Presidente, mas o documento foi encaminhado a S. S.^a no dia 5 de abril de 1994 e até hoje ainda não obteve resposta.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer aos nossos produtores das áreas primárias e secundárias que não aceitem essa distorção promovida pelo BASA e paguem somente aquilo que é devido, inclusive fazendo consignação em juízo, no Poder Judiciário, porque realmente essa correção, cobrada em termos completamente ilegais, inviabiliza a aplicação do Fundo Constitucional do Norte.

OFÍCIO A QUE SE REFERE O ORADOR:

OFÍCIO/PGR/GAB/Nº 581

Brasília, 5 de abril de 1994.

Ilmo. Sr.
Dr. ANIVALDO JUVENIL VALE
Presidente do Banco da Amazônia S.A.
Av. Presidente Vargas, 800, 14º andar
Belém – PA

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do processo PGR 08100.001237/94-72, originário de representação formulada pelo Deputado Federal Antônio Morimoto, e solicito sejam prestados, com a possível urgência, esclarecimentos específicos sobre o seu conteúdo.

Atenciosamente, – **Aristides Junqueira Alvarenga**, Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Duarte.

O SR. PAULO DUARTE (PPR – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, venho à tribuna para fazer referência à votação, ontem, da Medida Provisória nº 482. Preliminarmente, devo dizer que esse plano do Governo é eleitoreiro, porque não foram tomadas medidas estruturais, no sentido de modificar o perfil do Estado brasileiro. Perdeu-se uma oportunidade ímpar com a Revisão Constitucional, na qual seria possível modificar o tratamento dispensado à empresa estrangeira com relação à empresa nacional, permitindo a vinda de capitais externos para o Brasil; a quebra de monopólio e a aceleração do processo de privatização, o que possibilitaria ao Governo economizar os bilhões de dólares que ele hoje injeta nas estatais, a fim de que estas mantenham a sua incompetência e a sua ineficiência, ti-

rando do Tesouro Nacional recursos que poderiam ser aplicados na educação e na saúde.

Essa medida provisória aprovada no dia de ontem vai produzir efeitos terríveis sobre o trabalhador brasileiro — efeitos que certamente ainda se irão refletir sobre aqueles que votaram a favor dela.

Os salários ficarão congelados por um ano. Durante esse período, o trabalhador não terá aumento salarial e permanecerá com um salário mínimo fixado em 64,79 URV, quantia irrisória, diante dos aumentos terríveis de preços verificados nos últimos dias, principalmente após o anúncio da implantação do real a partir de 1º de julho.

Os servidores públicos, que já estão com os seus salários arroxados — e a prova disso são as greves que vemos multiplicarem-se em todos os setores —, terão direito a apenas 2,7% de reposição na sua data-base, em janeiro de 1995. Isso é um massacre, uma desconsideração para com o servidor público brasileiro, que trabalha, que produz, mas não vê o seu esforço valorizado e, às vezes, tem de tomar atitudes drásticas, como aconteceu com a Polícia Federal no último mês, em função do arrocho salarial a que está submetida.

Os trabalhadores do setor privado perderam o direito à livre negociação, o que inviabiliza a reposição de perdas. Mas pior ainda é o que acontecerá com aposentados e pensionistas, que ficarão com seus proventos congelados até maio de 1995, o que significa submetê-lo a um sacrifício terrível.

Portanto, aqueles que votaram a favor dessa medida ainda vão sentir os efeitos disso. Ela faz parte de um plano eleitoral destinado a eleger o Sr. Fernando Henrique Cardoso em outubro deste ano, mas certamente não alcançará esse objetivo porque toda a Nação ainda se recorda dos efeitos do Plano Cruzado, aplicado em 1986: provocou um verdadeiro estelionato eleitoral, na época.

O povo, avisado disso, certamente saberá dar o tratamento que os autores desse plano merecem — e também saberá dar o troco àqueles que votaram a favor dessa medida provisória, que arrocha os salários e é totalmente contra o trabalhador, contra o funcionário público e contra o aposentado brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Aparício Carvalho.

O SR. APARÍCIO CARVALHO (PSDB — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Deputados, ontem foi lembrado, nesta Casa, o Dia da Saúde Mental. Eu, um psiquiatra, um dos poucos membros médicos deste Congresso Nacional, não poderia ficar calado neste momento tão grave por que passa a Nação.

Inexistem estatísticas dignas de crédito, mas é notório que, em todo o País, há dezenas de milhares de doentes mentais, portadores de psicopatias e psicoses, que se encontram literalmente ao deus-dará.

Isso, evidentemente, sem falarmos nos milhões de neuróticos que também estão a precisar de tratamento especializado, não o buscando por falta de conscientização, de recursos financeiros, ou pela falta de serviços públicos psicoterápicos.

O fato, Sr. Presidente, é que o caos, o abandono não impediram apenas no setor da saúde pública física, orgânica, com o sucateamento dos hospitais, a brutal diminuição da quantidade de leitos disponíveis e a má remuneração atribuída aos profissionais médicos e auxiliares.

De fato, no campo da saúde mental, a situação é ainda mais grave, mais dramática, predominando não apenas a indiferença e o abandono, mas até mesmo a desumanidade e a crueldade explícita.

Em verdade, em pleno alvorecer do Terceiro Milênio, o Brasil trata os pacientes com distúrbios mentais ou emocionais severos com métodos dignos da Idade Média, mais próximos dos da Inquisição torturadora do que da era da aplicação de métodos terapêuticos eficientes.

Em todo o Brasil o tratamento psiquiátrico, quando existe, é literalmente inadequado, consistindo na internação compulsória em estabelecimentos como o Juqueri, em São Paulo, que se transformou em depósito (ou prisão) de psicopatas e psicóticos.

É preciso, Sr. Presidente, que haja uma completa reformulação, uma autêntica metamorfose nos serviços de prevenção e acompanhamento da saúde mental em nosso País.

Por isso, desta tribuna, dirigimos nosso veemente apelo ao Sr. Ministro da Saúde, Henrique Santilo, para que a matéria seja seriamente examinada, implantando-se uma política nacional de profilaxia e acompanhamento da saúde mental, a ser observada pelas Unidades Federadas.

Hoje, Sr. Presidente, aqui na Capital Federal, realiza-se um debate promovido pelo Conselho Federal de Medicina, com o objetivo de reestruturar a área de atendimento à saúde mental no País. É disso que nós estamos precisando, de uma atenção especial do Governo Federal, para que, realmente, o povo brasileiro possa ter um tratamento adequado.

Sr. Presidente, há ainda um outro assunto de que desejo tratar nesta oportunidade.

No Direito Constitucional brasileiro, a tradição republicana é de eleição para os cargos executivos em único turno de votação, vencendo o candidato que obtiver a maioria dos votos apurados.

A Constituição de 1988 introduziu, em nosso ordenamento jurídico-constitucional, a eleição em dois turnos, para as Prefeituras municipais, os Governos dos Estados e a Presidência da República.

A experiência demonstrou, à sociedade, que a eleição de dois turnos desencadeia não apenas acirrada disputa entre os dois candidatos mais votados, como também — o que se nos afigura de gravidade no atual momento da vida econômica nacional — despesas de grande vulto.

De fato, para a justiça eleitoral, os dispêndios com o segundo turno equivalem ao da eleição em primeiro turno, e são virtualmente idênticos a uma eleição em turno único.

Ora, com a crise econômico-financeira que o País está a enfrentar, afigura-se-nos altamente desaconselhável que despesas de vulto — que podem ser evitadas — sejam feitas, onerando pesadamente o Erário e contribuindo, destarte, para o aumento do déficit público, uma das causas primárias da inflação que vem corroendo, há décadas, a economia brasileira.

Por outro lado, é notório que os dois candidatos ao cargo majoritários também sofrerão enorme desgaste financeiro e, como é evidente, será significativamente prejudicado o de recursos financeiros mais limitados.

Pois bem, não traria qualquer prejuízo à democracia a restauração da eleição majoritária em turno único, em melhor sintonia com a grave crise econômica que o País atravessa no momento.

Por isso, Sr. Presidente, discordamos do Parecer nº 33, do Ilustre Relator da revisão constitucional, Deputado Nelson Jobim, que, conquanto aperfeiçoando o instituto, mantém a eleição majoritária em dois turnos.

Por isso, Sr. Presidente, quero defender, desta tribuna, a idéia de que de uma vez por todas, pensando no Brasil, acabamos com essa eleição em dois turnos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Rubem Bento.

O SR. RUBEN BENTO (Bloco Parlamentar — RR. Sem re-

visão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, quero reportar-me, nesta manhã, a um modesto lugarejo do meu Estado, Roraima, a pequena vila de Bonfim.

Bonfim, Sr. Presidente, localiza-se na fronteira do Brasil com a Guiana, próxima à vila de Lethem, pertencente à Guiana. Distante 120 quilômetros de Boa Vista, Bonfim detém hoje uma população de 12 mil habitantes, a grande maioria – 90% – radicada na área rural, pequenos agricultores, pequenos produtores rurais, pequenos pecuaristas, que fazem daquela localidade a sua moradia, o seu *habitat*, e dependem basicamente da assistência do Poder Público, do Governo do Estado, do Governo Federal, para que as suas produções, pequenas produções, possam ser transportadas, possam chegar ao centro de consumo, que é a capital Boa Vista.

Bonfim dista, como disse, cerca de 120 quilômetros de Boa Vista. É ligada à capital por uma estrada carroçável que hoje tem os cuidados do governo do Estado, embora seja a mesma BR – 401, uma estrada federal. Mas o Governo Federal não tem mostrado interesse naquela localidade, não tem dado a menor atenção à necessidade de melhorar esse trecho de 120 quilômetros de estrada até Boa Vista. É certo e tenho de reconhecer que o Governo do Estado está promovendo o asfaltamento daquela estrada, e já há cerca de trinta quilômetros asfaltados, prontos para uso. Continua o trabalho, lento, mas permanente, do Governo do Estado; a expectativa é de que o trecho da rodovia seja todo asfaltado, isto é, os 120 quilômetros. Esperamos que, nesse ritmo, em mais um ou dois anos se possa concluir o asfaltamento; dada a escassez dos recursos do Governo Estadual, não há como acelerar aquele trabalho.

Enfim, naquela região adequada à exploração pecuária e agrícola, encontra-se a vila de Bonfim em estado de total abandono. O Prefeito e o Governo do Estado não têm recursos suficientes para dar melhor atenção, melhor atendimento, àquela população, principalmente no setor de infra-estrutura urbana, de saneamento básico. Localizada às margens do rio Tacutu, Bonfim necessita de uma obra de infra-estrutura, de saneamento básico, para que a população não sofra com as doenças que grassam ali de forma assustadora. Por exemplo, a malária deixa em pânico os moradores daquela pequena vila.

O estado de abandono é tal que durante seis meses, mais recentemente, até o posto de atendimento da Polícia Federal, na fronteira, permaneceu fechado. É difícil acreditar, Sr. Presidente, mas é a realidade: nem a Polícia Federal teve condições de manter na vila de Bonfim o seu posto – para atender, naturalmente, ao trânsito de pessoas entre a Guiana e o Brasil.

A Prefeitura iniciou, recentemente, os serviços de urbanização da vila, com recursos que estavam sendo direcionados pelos Ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional. Acontece que, apesar de esses recursos terem sido incluídos no Orçamento da União relativo a 1993 e estarem ali disponíveis, estranhamente a Ministra do Bem-Estar Social não os vem liberando. Os recursos estão disponíveis, foram aprovados e incluídos no Orçamento, por iniciativa deste Parlamentar. Estão lá, repito, para serem liberados, mas a Ministra não quer liberá-los alegando que Bonfim possui apenas 12 mil habitantes, é um Município pequeno e não merece tal soma de recursos.

É de estranhar essa atitude da Ministra. Não posso compreender como alguém que está dirigindo um órgão público pode agir dessa forma, negando recursos a uma população que, embora realmente pequena, é de brasileiros que estão ali defendendo a fronteira do Brasil com a República Federativa da Guiana. É de estranhar, Sr. Presidente.

Fica o meu protesto, porque se a dotação não tivesse sido

aprovada, e estivesse sob o beneplácito do Ministério do Bem-Estar Social, a alocação dos recursos ou não seria diferente, mas a destinação dos recursos foi aprovada na Comissão Mista de Orçamento do Congresso e depois sancionada pelo Presidente da República, e a Sr^a Ministra Leonor Franco não os quer liberar. Deixo aqui registrado o meu protesto e até faço um apelo para que S. Ex^a reconsidere o seu ato e não penalize uma população pequena, mas formada por brasileiros com direito à cidadania.

A população de Bonfim é formada por índios nativos e por outras pessoas, emigrantes que escolheram a região para residir. Todos vivem em bastante significativa harmonia com a República da Guiana, e o Brasil não pode mostrar ao outro país uma situação calamitosa, de abandono, como essa em que se encontra Bonfim, por culpa do Ministério do Bem-Estar Social, que não quer liberar os recursos para obras de infra-estrutura urbana, saneamento básico e reforma de prédios que estão caindo aos pedaços.

Quero deixar este protesto. A Ministra não tem o direito de tomar tal atitude, não tem o direito de agir dessa forma. Tem de liberar, mais cedo ou mais tarde, os recursos do Orçamento de 1993. Estamos já em meados de 1994 e esses recursos ainda não chegaram àquela vila.

Imagine, Sr. Presidente, que se ontem os recursos eram tantos que a Ministra não os queria liberar, hoje com eles não se compra nem um Pick Up D 20. Eles já não são mais suficientes para o trabalho que seria realizado pela Prefeitura de Bonfim.

Deixo aqui este meu protesto e manifesto a minha solidariedade à população humilde, mas ordeira, lá da vila de Bonfim, no Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra à nobre Congressista Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero expressar aqui a intensa preocupação com que ficamos nós, os opositores da Medida Provisória nº 482, porque ontem ouvimos aqui, do Líder do Governo, Deputado Luiz Carlos Santos, o seguinte: "vejam, sabemos que a questão dos salários é séria, mas, se aprovarmos qualquer alteração nessas questões salariais, o plano acaba".

Lamentei profundamente ver neste plenário lideranças que antes sempre foram vinculadas à luta democrática e até mesmo à luta popular votarem em bloco pela aprovação desse plano econômico, alterando de forma substancial, para pior, direção de nossa economia, estabelecendo um arrocho salarial inigualável na História recente deste País.

E aí, Sr. Presidente, faço uma reflexão diferente da que fez o Deputado Paulo Paim, para quem os setores conservadores, sabedores da sua derrota, trabalham no sentido da provocação. Acho até que isso vai ocorrer, ou pode ocorrer, inclusive em função da queda vertiginosa do candidato Fernando Henrique Cardoso, pois os setores conservadores ainda apostam na manutenção do chamado "projeto neoliberal", ou seja, o projeto Collor, mais com outras caras representando-o.

Sr. Presidente, conclui-se, de uma reflexão mais profunda, que há uma busca, ainda intensa, para que, através desse plano, mesmo que seja por um período curto, se tenha a impressão de que a economia se estabilizou, e assim possa ainda crescer o candidato nas pesquisas e chegar ao segundo turno das eleições.

Não acredito que os setores conservadores desistam com facilidade, muito menos contando com o apoio do monopólio da comunicação.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o que fica para nós, minoria numérica nesta Casa, é o entendimento de quem nem sempre a maioria aqui – e neste caso isso é muito verdadeiro – corresponde

à maioria da sociedade brasileira. O chamado "rolo compressor" da maioria é o defensor de interesses privilegiados de uma minoria, interesses de uma candidatura e de um projeto que exclui milhões e milhões de brasileiros.

Então, qual é o conceito de maioria? É a maioria de quem tem duzentos e cinquenta ou trezentos Parlamentares, dos quais muitos aqui chegaram para travar uma luta concreta e muitos outros para defender interesses bem nítidos do poder econômico?

Chamo a atenção de todos os colegas para o hermetismo dessa medida provisória. Nenhum acordo foi feito com os trabalhadores! Os acordos foram feitos com os ruralistas, que vergonhosamente buscam, e já vêm buscando há algum tempo, a isenção da sua dívida com a instituição oficial chamada Banco do Brasil, que inclusive tem como uma de suas funções precípua a de ajudar o pequeno e o médio produtor. E não são esses os devedores; quem deve é o grande produtor. Para o setor de construção civil, para as empreiteiras, para a Febraban, esses interesses são acordados, enquanto os interesses da maioria, que se faz representar nesta Casa, são absolutamente desprezados.

O que nos preocupa, Sr. Presidente, é fazer a população, diante desse processo, perceber que o problema não é votar, mas em quem votar. Que perfil deve ter essa maioria? É o perfil que se contrapõe à maioria lá fora? A maioria daqui de dentro não é a maioria lá de fora, a maioria da sociedade brasileira. Essa questão merece uma análise muito profunda. É um desafio para todos nós contribuir para que neste ano o processo eleitoral não se faça no engodo, como já se fez em tantas outras eleições e agora se pretende fazer de novo. Desejamos que a sociedade brasileira atue nesse processo com um elevado nível de consciência, que os cidadãos participem, não anulando votos, mas exercendo o direito de apoiar e cumprindo o dever de contribuir para o conjunto da coletividade. E eu espero que isso ocorra não pela negação das eleições, mas pela negação daqueles que não defendem aqui os interesses da verdadeira e real maioria da sociedade brasileira.

Nesse sentido, o que deixo aqui registrado não é um lamento, porque acho que a luta política não se faz de lamentos, mas sim da compreensão objetiva do processo de correlação das forças neste jogo, em busca de alterações. Por isso, não há que lamentar o bom representante do povo, mas que protestar, que denunciar, e denunciar o sentido dos interesses, não só do poder econômico, mas do projeto eleitoral que o representa, um projeto que se faz em cima da miséria, do desespero e da angústia da grande maioria da população, um projeto que trará, talvez, com a URV e o real, uma queda da chamada memória inflacionária, mas que congelará os salários pelo patamar mínimo, como sempre, e todos os preços pelo máximo, gerando o desespero.

Considero criminoso esse projeto. E pergunto: como punir esses criminosos que estão sempre acima das cadeiras, da Justiça? Temos, como única possibilidade de penalização, a resposta, nas urnas, da sociedade organizada.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO (PPR – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus companheiros, o que o povo quer esta Casa acaba querendo. Logicamente, porém, para toda regra há uma exceção; o povo brasileiro não queria o achatamento salarial, mas esta Casa acabou implantando-o.

Da minha parte, Sr. Presidente, estou com a consciência tranquila: trabalhei, dei tudo de mim para que esse plano fosse modificado. Não me oponho ao plano em si, ou à forma de reajuste dos salários; condeno é a maneira como fomos levados a ele.

Fiz a minha parte, assim como uma minoria nesta Casa, em

que destaco o nosso incansável colega Paulo Paim. A partir de agora, torço para que o plano dê certo, apesar de não acreditar que seja possível.

Disse aqui, no apagar das luzes, o Deputado João Paulo, do PT, de Minas Gerais, o seguinte: se a fórmula é boa para os salários, por que não é boa também para os preços e para as tarifas públicas? Logicamente, essa é uma pergunta que os psiquiatras do PSDB, como o nobre companheiro Aparício Carvalho, que está aqui ao lado, devem responder pela imprensa. Tenho certeza de que S. Ex.^a se sairia muito bem.

Sr. Presidente, a inflação, a partir do dia 1º de julho, com a chegada do real, ficará próxima de zero, podendo até, acredito eu, não haver inflação até outubro deste ano. Mas há apenas um detalhe: duvido que o povo brasileiro tenha dinheiro para comprar qualquer produto que esteja nas prateleiras dos supermercados, simplesmente porque na URV continua embutida a inflação expurgada dos números, e os servidores públicos, civis e militares da União, os trabalhadores, como um todo, tiveram seus salários congelados sem reposição de perdas. E assim como critiquei, no dia de ontem, a TV Globo, quero agora elogiá-la, porque ontem à noite ouvi a nobre Sr.^a Lillian Wite Fibe apontar a primeira falha do plano econômico, segundo a ótica daquela emissora: a Ufir não foi congelada, mas apenas engavetada. Congelados, sim, estão os salários; a Ufir está só engavetada.

O Governo, assim, dá mostras de não acreditar em seu próprio plano, sinalizando aos banqueiros e àqueles que vivem da ciranda financeira a possibilidade de reativar a Ufir, de modo que a ciranda volte com todo o vapor, logicamente após as eleições de 3 de outubro deste ano.

Espero que a população brasileira acorde para isso e que a TV Globo mostre os outros furos do plano, de modo a impedir que tenhamos um dos maiores enganadores da História na Presidência da República, ou seja, o Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, no tocante ao salário dos servidores, nova e tenebrosa ameaça paira sobre esta Casa. Ontem, esteve aqui o nobre General Romildo Canhim, que modificou o juramento prestado de dar a vida pela Pátria para o de dar a vida pelo seu cargo, propondo um reajuste para os servidores civis na ordem de 30%, sem mencionar os militares. Sabemos que há possibilidade de chegar aqui uma nova proposta da LRM, que talvez reflita um reajuste dessa ordem. Mas o que se quer, nesse pacote, é fazer com que a GAM seja incorporada ao soldo dos militares e a GAE e a GAL aos vencimentos dos servidores. Com isso, o que aconteceria? Como temos, na Lei nº 8.448, chamada Lei da Isonomia, o art. 6º, que estabelece que "nenhum servidor ganhará, a título de vencimento ou soldos, importância inferior ao salário mínimo", e como o menor soldo dos militares, pago ao soldado engajado, e o menor vencimento dos servidores civis estão em torno de 67 URV, e o salário mínimo é de 64 URV, o que quer o General Canhim é fazer com que o menor soldo e o menor vencimento, com a absorção da GAM e da GAE, ultrapassem um pouco a barreira das 100 URV. Assim sendo, o Governo pode subir o salário mínimo, o que acho justo, mas fica desobrigado de reajustar os soldos e vencimentos dos servidores públicos civis e militares da União.

Espero desta vez que esta Casa acabe querendo o que o povo, ou pelo menos o que o servidor quer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao Sr. Congressista Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PP – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, ontem, finalmente, este Congresso votou a medida provisória que estabelece a URV e a moeda real.

Foi um grande momento deste Congresso, Sr. Presidente.

Quase às duas horas da manhã, deitado em minha cama, fiquei lembrando o que havia acontecido, os discursos pronunciados. Chego aqui, de manhã, e novamente ouço alguns discursos a respeito do assunto.

Vi, aqui, com muita veemência, um dos líderes da oposição ao plano assegurando que o mesmo vai achatar o salário dos trabalhadores e afligi-los. Ele devia então aplaudir, bater a palmas, gritar e dizer: "Puxa vida, finalmente o Congresso aprovou um plano que é contra o trabalhador!". Isso favoreceria a vitória do seu candidato nas eleições. Não é este o raciocínio que se faz?

Muito pelo contrário, nobres Deputados e Senadores, quem vai dizer se o plano é bom ou não são os trabalhadores, aqueles que pegam no pesado e que no final do mês recebem seu suado salário. Eles, tão-somente eles, julgarão as qualidades, as virtudes ou os defeitos do plano.

Se ele for bom, é claro que os trabalhadores dirão que toda essa pregação que fizeram contra o plano era mentirosa. Portanto, aqueles políticos e entidades que trabalharam contra o plano, pregando aquelas mentiras, serão sacrificados. Terão o ódio desses trabalhadores, que não votarão com eles. Este é o raciocínio lógico? Se, ao contrário, o plano for bom, se o plano realmente garantir uma melhoria de renda aos trabalhadores – e é esta a expectativa que tenho – uma melhoria das condições de renda e de vida aos trabalhadores, estes prestigiarão aqueles políticos que apoiaram o plano.

Então, Sr^s e Srs. Congressistas, a análise é muito clara para mim. Não adianta estrebuchar. O plano está aprovado pelo Congresso Nacional e o povo o julgará nos urnas em 3 de outubro. Não me venham com conversa, porque todo o plano econômico depende do político. Dizer que plano não depende de política é conversa fiada. Quem assumir a Presidência da República terá que ter um plano de governo, um plano macroeconômico, de estabilização da economia, de continuidade da estabilização da economia; um plano de desenvolvimento, planos setoriais, planos globais, anuais, quinquenais. Está muito claro para mim: aqueles que apostaram no caos da revisão constitucional trabalharam duro e venceram, porque a revisão acabou, e aqueles que trabalharam e apostaram no incurso do plano terão que testar essa assertiva, essa defesa veementemente que fizeram contra o plano e contra a Revisão Constitucional. Estou convencido de que quem é contra o plano e contra a revisão é a favor das minorias deste País: de funcionários que trabalham em empresas estatais, que têm privilégios que o resto do conjunto da sociedade não têm, setores empresariais cartorialistas, setores empresariais que não querem a livre concorrência, querem um Estado fraco; querem um Estado que se entregue – como está entregue ao longo de décadas – nas mãos de pequenos grupos de oligopólios que dominam a economia deste País, que são as montadoras de carros, as grandes empreiteiras. Imaginem se uma fábrica de carro japoneses ou coreana se instalar no Paraná, digamos. Se houvesse essa possibilidade, nós a receberíamos de braços abertos, e ainda ia haver concorrência com essas montadoras que estão instaladas no eixo Rio/São Paulo e São Paulo/Minas. Esta é a realidade dos fatos.

Outra coisa, o salário está indexado o que era um privilégio, anteriormente, dos operários sindicalizados no ABC, porque era o sindicato mais forte. Os sindicatos da periferia, das demais categorias, tinham a lei antiga, que era a inflação menos 10%. Aliás, esses sindicatos recebem muito mais do que a média nacional, por força da ação sindical que têm. Então, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a minha avaliação é muito clara. O plano veio, está aprovado pelo Congresso pela maioria dos Parlamentares que representam o povo brasileiro, os trabalhadores deste País. Aprovamos o plano, e vamos ver como é que ficam as eleições, agora. O

povo é que vai julgar. O povo é que decide. Ele vai decidir, evidentemente, por aqueles que lutaram e trabalharam por ele o tempo todo.

Nós temos na sessão de hoje, Sr. Presidente, uma medida provisória sobre o Lloyd, uma "maravilha", mais alguns milhões de dólares jogados e enterrados no Lloyd Brasileiro; mais uma empresa "eficiente" do complexo da holding de empresas do Governo Federal. É um "modelo" para o mundo. Há dois anos aprovamos um crédito de 60 milhões de dólares, porque estavam prendendo os navios do Lloyd; agora, mais uma bagatela de 160 milhões de dólares que o Banco do Brasil tem assumir para comprar as ações da "grandiosa" empresa Lloyd Brasileiro. Lamento mesmo que não tenhamos tomado, anos atrás, uma posição séria no tratado da questão das empresas estatais que trazem prejuízo.

Fico imaginando 160 milhões de dólares aplicados no Nordeste, fazendo com que houvesse irrigação ou incentivo a pequenos proprietários rurais, quanto não poderia ser gerado para este País? Mas, não, vamos enterrar mais 160 milhões de dólares no Lloyd Brasileiro. Está aí a realidade inexorável dos fatos. Fica e herança maldita de que determinadas empresas estatais deram prejuízo ao Brasil, ou melhor, ao povo brasileiro. Falta dinheiro para a merenda, para a rede de saúde, e determinados setores estatais, como o Lloyd Brasileiro, estão aí.

Sr. Presidente, hoje teremos reunião no Ministério da Fazenda para tratar do assunto município. O Fundo de Participação dos Municípios está sendo corroído pela inflação. Estamos tentando harmonizar a questão do repasse do Fundo de Participação dos Municípios. Mais de quinhentos Prefeitos do Brasil inteiro estiveram esta semana em Brasília reclamando, com justiça, que estão com suas despesas em URV – a folha de pagamento – e a receita em cruzeiros reais. Há um descompasso. E o Fundo de Participação dos Municípios, que é a quota-parte do Imposto de Renda do IPI, 22,5%, pertence aos municípios, mas fica dez dias parado no Banco do Brasil ou em uma conta-tesouro, remunerando-se. Mas essa remuneração fica para o Tesouro Nacional. O que os municípios querem, com justiça, é que essa remuneração seja repassada a eles a partir do Plano FHC, desde março.

Vejo com muita justiça esse pleito e estou realmente sensibilizado pela causa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Diogo Nomura.

O SR. DIOGO NOMURA (PL – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, a **Folha de S. Paulo**, edição do dia 15, noticiou que a associação dos produtores quer impedir a compra de alho subsidiado da China, aliás, Sr. Presidente, país que muito admiramos e com o qual desejamos cada vez mais estreitar nossos laços de cooperação.

Realmente, Sr. Presidente, periodicamente, os nossos agricultores, que vêm enfrentando historicamente inúmeras dificuldades, quais sejam, a carência de recursos e financiamentos mal gerenciados, preços que não atendem aos gastos da produção, etc., quando conseguem produzir de maneira satisfatória, enfrentam a concorrência externa que vem com força total, amparada nos subsídios dos seus países, e falta de providências para defendê-los por parte do nosso Governo.

Aliás, Sr. Presidente, em tempos passados, já abordei desta tribuna o caso semelhante da cebola. A região que é a minha terra natal, no Estado de São Paulo, o vale do Ribeira, é grande produtora de cebola, e, na época, o vale do São Francisco produziu uma safra espetacular.

Entretanto, a força dos supermercados fez com que o Go-

verno autorizasse a importação de dois navios de cebola em plena safra brasileira, com preços subsidiados, deixando esses agricultores à míngua. No vale do São Francisco, àquela ocasião, chegaram a jogar cebola no rio, assim como na minha terra natal, no vale do Ribeira, lavradores postavam-se às margens da estrada, para vender cebola a preço abaixo do custo da produção.

O caso do alho é elucidativo, pois até parece que existe uma "máfia" do produto que vem controlando a sua comercialização, deixando os lavradores sempre em situação desvantajosa. Aliás, Sr. Presidente, ouvi dizer, mas não tenho provas, que a chamada "máfia do alho" movimentava anualmente 50 milhões de dólares. Por tudo isso há de atentar o Governo para que a produção nacional não pereça por falta de comercialização.

Grandes interesses vêm interferindo no caso do alho. E agora está prestes a entrar no mercado o alho chinês a preços subsidiados, invadindo o nosso mercado com vantagem, pois custaria três dólares a caixa de dez quilos, cerca de quinhentos cruzeiros reais o quilo, ao passo que, no Brasil, o custo para produzir está em cerca de treze dólares a caixa, ou seja, dois mil cruzeiros reais o quilo. Fica assim caracterizada a prática do *dumping*, isto é, a venda subsidiada do produto no mercado, esmagando-se os produtores nacionais, o que não pode ser permitido, pois seria a morte de uma cultura que está começando a atingir níveis de produtividade e melhoria, como é o caso do alho produzido pelo agricultor Takashi Chonam, meu amigo, de Santa Catarina, que desenvolveu uma variedade de grande produtividade, além de produtores de outros Estados. Conforme as declarações do presidente dos produtores goianos, José Pereira os lavradores chineses não têm a, tolhê-los a legislação trabalhista rural, e a China não adota a política paritária monetária, ao que Takashi Chonam, criador da variedade do alho que tem o seu nome, informa que em outros países o alho chinês é taxado em até 300%, em contraste com os 10% cobrados pelo Brasil.

Torna-se essencial, Sr. Presidente, que a lei *antidumping* seja acionada e que o Ministério da Indústria e do Comércio, através da Secretaria do Comércio Exterior, urgentemente se movimente, acolhendo a representação já encaminhada a essa Secretaria pela Associação Nacional dos Produtores de Alho, presidido pelo Sr. Takashi Chonam. Formulo desta tribuna este apelo ao dinâmico Ministro Senador Elcio Alvares para que adote urgente e enérgicas providências.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) Concedo a palavra ao Sr. Congressista Nilmário Miranda.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Congressistas, a convenção do PSDB para lançar o Sr. Fernando Henrique Cardoso como candidato à Presidência da República, realizada em Contagem, minha cidade, estava programada como um ato apoteótico, mas terminou num rotundo fracasso.

Essa avaliação não é só minha, adversário que sou da candidatura Fernando Henrique Cardoso, do PFL mas de toda a imprensa. Tenho aqui recortes do jornal *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal de Brasília*, *O Estado de S. Paulo*, *Estado de Minas*, e de outros veículos. Essa avaliação de fracasso da convenção é do próprio PFL, que a todo tempo criticou o evento em Contagem.

Mas o fracasso não se deu por falta de dinheiro. Pelo contrário, segundo o Secretário-Geral do PSDB, foram gastos na convenção fracassada de Contagem 270 mil dólares, 420 milhões de cruzeiros reais, em: 200 outdoors; 1.000 faixas; 100 ônibus alugados para levar a classe contratada para fazer público; anúncio em 8 emissoras de rádio e de televisão; 5 trios-elétricos; e a Banda Mel

para fazer shows. Mas o povo faltou à festa, que fracassou.

O atual Prefeito de Contagem e o ex-prefeito, que é candidato a Deputada Federal, venderam à cúpula tucana a ilusão de que conseguiriam 50 mil pessoas para fazer a festa apoteótica de Fernando Henrique. Segundo os jornais, nem mesmo os militantes de aluguel ficaram para a festa, para o comício. Depois que se alimentaram, almoço pago pela convenção, eles foram embora, e o comício foi simplesmente cancelado, por falta de público.

As vaías da juventude do PSDB levaram a que os dirigentes do PFL se escondessem atrás do palanque e houvesse bate-bocas nada edificantes dos caciques tucanos com os seus dissidentes, os críticos.

Ainda segundo a imprensa, o candidato tucano-pefelista entrou na convenção com um gesto do outro Fernando, o que foi casado. E, por isso, também foi vaiado pelos seus próprios companheiros. Não se falou em programa de governo na convenção tucana, porque não há nenhum. O que há apenas é uma aliança de alhos e bugalhos de banqueiros plutocratas, de partidos com programas diferentes, para criar o "antilula".

Não faltou, inclusive, Sr. Presidente, o uso da máquina da Prefeitura de Contagem, como as Kombis para transporte de pacientes de hemodiálise, que estavam sendo usadas lá descaradamente para conduzir militantes de aluguel, assim como veículos da Administração Regional da Ressara, que é uma das regiões de Contagem. A Companhia Urbanizadora de Contagem foi informada de que haveria uma convenção e que, como faz parte da sua função retirar entulhos, toda a estrutura da Companhia Urbanizadora de Contagem estaria voltada para a maquiagem da cidade, para esconder sujeira, lixo, buracos,mato, que é a marca, símbolo da incompetência da administração tucana de Contagem.

Talvez irritado com tanta incompetência, com as vaías dos jovens tucanos e com as críticas candentes dos dissidentes do partido, o Sr. Fernando Henrique Cardoso atacou o Partido dos Trabalhadores de Contagem, dizendo que lá o PSDB derrotou o PT, que estaria aliado às forças da corrupção. Deixou essa expressão no ar. Por certo, o Senador Fernando Henrique Cardoso se referia à candidatura do PMDB, ligada ao Sr. Newton Cardoso, como a força da corrupção. Ela era do PMDB em 1992. Mas os tucanos incompetentes lá de Contagem esqueceram de informar ao Senador Fernando Henrique Cardoso que essa Sr.^a Maria José Chiodi, que ele chamou de corrupta, agora é do PFL, é candidata a deputada e apóia o Senador Fernando Henrique Cardoso. Então, ele chamou de corrupta a sua aliada, candidata a deputada Estadual na chapa do seu partido e "dobradinha" do chefe tucano de Contagem, o ex-Prefeito Ademir Lucas.

Quem gosta de se aliar com forças da corrupção são os chefes tucanos de Contagem; eles têm essa tradição. O chefe tucano Sr. Ademir Lucas, inicou-se na política pelas mãos de Newton Cardoso, que hoje ele chama de corrupto. Ele fez dobradinha com o Deputado José Geraldo Ribeiro, cuja cassação está proposta pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação por 35 votos a 7, e que mantém negócios estreitos com a administração de Contagem, até hoje.

Portanto, quando o Senador Fernando Henrique Cardoso falar de aliados à corrupção em Contagem, deve olhar para os bicos dos seus companheiros de partido e seus aliados tradicionais, e não agredir o Partido dos Trabalhadores pelo fracasso da convenção.

No mesmo dia em que toda a imprensa registrava o fracasso da convenção do PSDB em Contagem, vinha à luz pesquisa do "Vox Populi", indicando que, se a eleição fosse hoje, Lula a ganharia no primeiro turno, inclusive em Contagem. Sabemos que a pesquisa é essa. O Lula está bem.

Portanto, os Srs. Deputados e Senadores tucanos, pefelistas

e petebistas que forem a Contagem não podem tomar antipatia por nossa cidade. Ela não tem culpa desses eventos.

O **Correio Braziliense** atribui ao Deputado Luís Eduardo a seguinte frase, ao se referir à realização da convenção do PFL em Brasília, que foi, por fim, realizada ontem: "Em data e local civilizados", como se Contagem fosse incivilizada. Contagem é civilizada. Ninguém do PT nem do movimento sindical foi lá vaiar o Sr. Fernando Henrique Cardoso, apesar de que a cidade rejeita o plano, pelos seus efeitos perversos até agora. Quem foi vaiar o Sr. Fernando Henrique Cardoso foram os seus companheiros de partido. Eles é que levaram a convenção àquela situação de vexame público. O povo não compareceu porque não apóia o Sr. Fernando Henrique Cardoso e o seu plano, e não por outro motivo.

Portanto, se ele foi vaiado pela esquerda tucana, muito justamente indignada com as alianças espúrias e incoerentes do PSDB, isso tem de ficar claro. Não adianta agredir nossa cidade, chamá-la de indivilizada e muito menos querer indiretamente culpar o PT, que não compareceu em nenhum momento àquela convenção e nem passou perto, mesmo porque não precisava. Para fracassar a convenção foi suficiente o desprezo do povo por aquele evento, que caiu de pára-quedas, e as dissensões no próprio ninho tucano.

Era o que tinha a dizer.

O **SR. PRESIDENTE** (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Osvaldo Bender.

O **SR. OSVALDO BENDER** (PPR – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, na semana passada a Comissão de Agricultura e Política Rural aprovou um projeto de minha autoria relativo à comercialização do trigo. Nós queremos que o trigo nacional tenha preferência em relação ao trigo importado, uma preferência com relação à aquisição por parte dos grandes moinhos e também na compatibilização do preço. Não é justo que o trigo importado chegue aos grandes moinhos a um preço inferior ao do trigo nacional.

Agora é época, principalmente no Rio Grande do Sul, de os produtores prepararem as suas terras para o plantio do trigo. No entanto, eles estão muito desestimulados e frustrados, porque o trigo é um produto complexo, melindroso com relação a doenças, a pragas, e tem um custo alto. E o preço de venda não compensa. Isso faz com que, os produtores fiquem desestimulados. A grande maioria não quer sequer plantar; outros plantam em pequenas áreas, mas a maior parte das áreas extensas ficam sem plantio. Vejo nisso um grande prejuízo para o País.

Ora, temos terras, mas nesta época, no Sul do País, essas terras estão ociosas, porque no safra de inverno apenas se pode plantar trigo, cevada, enfim, culturas de inverno. Desse modo, o produtor terá apenas uma safra, que é a safra de verão.

Por isso, fiquei contente quando a Comissão de Agricultura e Política Rural aprovou o projeto. Evidentemente, falta passar por mais Comissões. Apelo para os membros dessas Comissões no sentido de que o projeto tramite com a maior brevidade possível. E também quero fazer uma apelo ao Governo, em especial ao Ministro da Agricultura, até ao Presidente da República, para que, tendo em vista esse projeto de lei, encontrem uma fórmula de estimular os produtores de trigo a aumentarem a produção nacional, o que gera emprego, gera desenvolvimento e é necessário principalmente para ocupar as terras para da safra de verão no Sul do País.

Espero que se encontre uma solução. Que dessa forma os produtores ainda possam ampliar as suas áreas, talvez ainda nesta safra, porque o período forte do plantio é o mês de junho. Se sair uma decisão rápida e urgente, isso poderá acontecer. E, certamente, teremos uma produção muito grande de trigo.

Há alguns anos éramos auto-suficientes nesse precioso ce-

real, mas, agora, estamos importando a maior parte, do produto. Não é necessário. É preciso dar atenção aos nossos produtores, com incentivos a prioridade para a comercialização e para estabelecer preços competitivos em relação ao trigo importado.

Era o que tinha a dizer.

O **SR. PRESIDENTE** (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Lupi.

O **SR. CARLOS LUPI** (PDT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, desde o primeiro momento combatemos o Plano de Estabilização Econômica. Uma série de planos econômicos já foi adotada em nosso País. Parece até uma novela interminável, em capítulos que são verdadeiras doses homeopáticas.

Sempre dissemos que, até hoje, nenhum plano econômico adotado no Brasil tocou naquilo que é o verdadeiro câncer da economia brasileira: o sistema financeiro. Todos os planos passam em volta do sistema. Todos destacam, como o norte para o seu sucesso, a questão salarial, o enxugamento da máquina administrativa, o enxugamento da dívida interna e o pagamento dos compromissos com a dívida externa. Nenhum deles toca no ganho absurdo do sistema financeiro brasileiro, um ganho de fazer inveja a qualquer banco americano, a qualquer capitalista radical.

Por que estou dizendo isso? Porque hoje, no Caderno "Economia e Finanças", do **Jornal do Brasil**, saiu uma matéria sobre os bancos brasileiros, contendo dados interessantes. Por exemplo: em 1993, o mercado financeiro ficou centralizado em vinte bancos. Esses vinte maiores bancos concentraram 79% do patrimônio líquido de todo o sistema financeiro. É mais um oligopólio que domina o mercado em nosso País.

Outro dado interessante: o banco de maior rentabilidade sobre o patrimônio foi o Banco Safra, que até tem poucas agências. Ele é completamente informatizado. Sua filosofia é não gastar muito com pessoal. Gasta muito é com informatização, campo em que procura aperfeiçoar-se cada vez mais. Isso prova que não é a quantidade de agências que determina a rentabilidade de um banco. O Safra é um banco pequeno que consegue ter uma rentabilidade de 53,04% sobre o patrimônio.

Diz também o **Jornal do Brasil** que, em média, o ganho dos bancos com a inflação representou, em 1993, cerca de 30% das suas receitas totais. O Banco Itaú atingiu o índice de 57%, e o Bradesco, 51%. Em 1993, as instituições que mais ganharam com a inflação foram: em primeiro lugar, o Banco do Brasil, com 2 bilhões e 940 milhões de dólares; em segundo, o Bradesco, com 1 bilhão e 760 milhões de dólares; em terceiro, o Banespa, com 1 bilhão, 740 milhões de dólares; depois Banco Itaú, com 1 bilhão e 400 milhões de dólares; o Banco Nacional, com 989 milhões de dólares, e o Bamerindus, com 699 milhões de dólares.

A matéria faz crítica direta ao excesso de pessoal nos bancos oficiais, como se esses bancos tivessem o mesmo objetivo de obter os lucros exorbitantes que os bancos privados obtêm. Esquecem-se de que o Banco do Brasil tem de ter uma carteira de crédito agrícola e que sua função social é muito mais importante do que o ganho financeiro que ele tem hoje. Esquecem-se de que o Banco do Brasil é uma instituição secular, com 113.894 funcionários. Fazem essa comparação entre o Banco do Brasil e os bancos privados, e essa comparação é mais uma prova de que é correta a tese que sempre defendemos de que esse sistema financeiro é altamente nocivo à população brasileira, de que os bancos privados e particulares são os verdadeiros algozes da economia nacional. Não se saciam nunca. Qualquer queda nos seus lucros, por menor que seja, gera, em primeiro lugar, um corte de pessoal. É óbvio que o Banco do Brasil, por exemplo, banco oficial exemplar que é, não pode ter a mesma visão do Bradesco, do Itaú ou do Bamerindus.

Não pode, não deve e não tem de ter essa visão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, jamais conseguiremos colocar a economia do Brasil no rumo do crescimento, com melhor distribuição de renda e melhor atendimento social, que deve ser o ponto principal do programa de qualquer governo, enquanto não tocarmos nos ganhos exorbitantes do sistema financeiro.

São três os grandes problemas da nossa economia: o sistema financeiro controlado pelos bancos, as empresas que formam grandes cartéis e oligopólios e as remessas de divisas para o exterior para pagamento da dívida externa, dívida que já foi paga mais de três vezes. Só nos últimos dez anos o pagamento da dívida externa representou uma sangria de mais de 100 bilhões de dólares nos cofres públicos brasileiros. Isso significa menos escola, menos saúde, má distribuição de renda, menos produção e mais fome, mais miséria, mais mortalidade infantil.

Sr. Presidente, enquanto não tocarmos no pagamento da dívida externa, nos ganhos abusivos do sistema financeiro e nos grandes cartéis e oligopólios que dominam a economia nacional, qualquer plano será meramente eleitoral. Esses planos são feitos com alguma sofisticação para enganar a população, com siglas que ninguém consegue entender o que querem dizer. São planos propositadamente complicados. É para ninguém entender, mesmo. E a mídia dá cobertura, porque ela também ganha com esse sistema, é sócia dele. É um conluio. Enquanto esse sistema não mudar, continuaremos sempre sendo a grande nação do futuro, do terceiro milênio.

Estamos cansados de promessas. Queremos um povo sadio, um povo bem alimentado, um povo com direito a emprego, um povo que viva com dignidade. Não queremos ser a oitava economia do mundo e, ao mesmo tempo, um povo cujas condições de vida são comparadas às das nações mais miseráveis da face da Terra. Queremos mudar e, para tanto, temos que ter coragem, de tocar no sistema financeiro, no pagamento da dívida externa, que parece impagável – e sobre ela não se faz uma auditoria – e nos grandes cartéis e oligopólios que sufocam o nosso crescimento. São alguns poucos dominando a nossa economia, enriquecendo cada vez mais, à custa da miséria, da fome e da desgraça de todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao Sr. Congressista Expedito Rafael.

O SR. EXPEDITO RAFAEL (PMN – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, ontem, nesta Casa, assisti a um debate que é fruto da democracia, é participação, é a defesa dos interesses de toda a população brasileira: de um lado, a defesa dos ganhos dos trabalhadores, dos salários; de outro, a defesa da medida provisória enviada pelo nosso Presidente da República, de implantação do real.

O Sr. Presidente da República foi consagrado pelo Congresso Nacional, formulou o seu plano econômico e precisa dele para terminar o seu mandato. E esse plano foi ontem aprovado por esta Casa, para que o nosso Presidente possa trabalhar.

O Estado de Rondônia, a que pertencço, e defendo, é altamente socializado: 80% da sua área é de pequenas e médias empresas rurais, ou seja, apenas 20% são de grandes propriedades rurais. O Estado foi construído com sacrifício, com trabalho, com dedicação, com luta, e necessita de jogo limpo e de regras claras para desenvolver a sua economia.

O Estado de Rondônia é semelhante ao de São Paulo – com área um pouco menor, porém, com menos Municípios. O nosso Governo e os nossos prefeitos precisam do estabelecimento do real para poderem gerir com tranquilidade a nossa economia. Receber em cruzeiros reais e pagar em URV traz transtornos muito grandes para os governantes e para toda a população. É impossível receber

em cruzeiros reais e pagar em URV. Com a aprovação dessa medida, estabiliza-se a moeda. Todos irão receber em real e pagar em real. •

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a diferença entre o cruzeiro real e a URV está ficando muito grande. Acho que o Presidente da República deveria antecipar a implantação do real para 1º de junho, para que os estados novos, como Rondônia, não se desgastem ainda mais. Rondônia está com apenas treze anos de idade, enquanto São Paulo, a máquina do Brasil, tem mais de quatrocentos anos. O Rio de Janeiro, o Paraná, a Bahia também são estados antigos, mas o nosso, Rondônia, é novo. Nós não agüentamos essa instabilidade econômica.

Sr. Presidente, defendo, nesta Casa, Rondônia e aquela gente que teve coragem de para lá se deslocar e trabalhar. Vejo que, hoje, o que mais se defende nesta Casa são as grandes cidades, onde há grandes concentrações populacionais.

Em Rondônia enfrentamos a mata, cultivamos, plantamos, colhemos e defendemos a fronteira norte do Brasil. Aqui, todo mundo fala da Amazônia, de seus recursos naturais, mas poucos se dispõem a ir para lá e trabalhar.

Quero deixar gravado nos Anais desta Casa o seguinte: não escolhemos o país em que nascemos, o sobrenome nem a cor da nossa pele, mas nós, de Rondônia, escolhemos o lugar em que vivemos. Fomos para Rondônia, onde estamos trabalhando, lutando a vencendo. E por isso está de parabéns a bancada da região Norte.

Srs e Srs. Congressistas, é com muita honra que defendo o plano econômico do Governo e a implantação da URV, que irá melhorar a situação do Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao Sr. Congressista Waldomiro Fioravante.

O SR. WALDOMIRO FIORAVANTE (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Deputados, quero registrar, desta tribuna, o meu protesto contra a aprovação, por esta Casa, ontem à noite, da Medida Provisória nº 482, que foi defendida como a medida própria para estabilizar a economia do País.

Até concordo que o índice inflacionário deve cair com a implantação do real. Entretanto, é importante denunciar que o Governo pretende estabilizar a economia com o sacrifício e a miséria dos trabalhadores, dos agricultores e dos pequenos e médios empresários. Os trabalhadores brasileiros vão ter seus salários congelados pelo período de um ano, enquanto os preços ficarão livres. Os funcionários públicos terão apenas um reajuste de 2,7% na sua data-base, ou seja, em janeiro de 1995. O salário mínimo fixado é uma vergonha: 64,79 URV, que não dão sequer para pagar o aluguel de um porão insalubre. Perderão também os aposentados e os pensionistas, com o congelamento de seus proventos e pensões. Avaliando-se o andamento, até aqui, do plano econômico, considerando-se a taxa de juros mais a TR cobrada nos financiamentos agrícolas, conclui-se que, no mês de abril, os agricultores já tiveram uma perda de 10% do seu poder aquisitivo: enquanto os juros do crédito rural ficaram entre 52% e 53%, o milho, por exemplo, teve um reajuste de aproximadamente 40%, e a soja, de apenas 38%. Fazendo uma projeção, verificamos que até 1º de julho os agricultores terão uma perda de aproximadamente 40%. Portanto, esse plano significará mais uma grande perda para os agricultores e um endividamento maior do setor produtivo.

Sr. Presidente, quero também, nesta oportunidade, fazer um apelo aos Ministérios da Saúde e da Previdência Social para que determinem, com urgência, que as agências da Previdência Social providenciem os documentos necessários a fim de que os deficientes físicos e mentais possam receber um salário mínimo por mês, direito que eles têm pela Lei Orgânica da Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a pala-

vra ao nobre Congressista Clóvis Assis.

O SR. CLÓVIS ASSIS (PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje vamos votar a Medida Provisória nº 475, de 20 de abril de 1994, que dispõe sobre a assunção da dívida da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

O Lloyd tem 104 anos de vida. Foi a empresa que abriu nossas linhas marítimas de tráfego internacional.

O Governo Collor deu um duro golpe no Lloyd e, por causa disso, a empresa teve seus navios arrestados em portos internacionais, causando-lhe grandes dificuldades. Essa dívida até hoje não foi paga, e temos mais um navio com bandeira brasileira arrestado num porto na Inglaterra, o que desmoraliza este País em nível internacional.

Sr. Presidente, as soluções que se têm apresentado para o Lloyd são imediatistas, não são soluções globais. O atual Governo acabou dando a impressão de que o melhor seria livrar-se do Lloyd, uma empresa que possui treze navios, sendo três graneleiros. Cada um custou ao Governo brasileiro 20 milhões de dólares e levou dois anos para ser construído.

O Lloyd foi posto em leilão por 27 milhões de dólares, mas não teve comprador, porque qualquer empresa que venha a comprá-lo terá que arcar com uma dívida trabalhista de 300 milhões de dólares. Isso torna a compra inviável.

A solução para o Lloyd também não está no testa-de-ferro que quer apoderar-se das linhas atualmente exploradas pela empresa e, com isso, fazer **dumping** e elevar os fretes marítimos. O controle financeiro do Lloyd está com o Governo brasileiro. Ele pode, através de uma negociação, saldar a dívida do Lloyd com os governos estrangeiros.

Sr. Presidente, elaborei uma emenda que dá uma solução definitiva para o problema do Lloyd, possibilitando que, dentro de cinco anos, possamos orgulhar-nos de possuir uma empresa genuinamente brasileira transportando as nossas cargas por mar a um preço bem acessível.

Devemos lembrar-nos que, há pouco tempo, o Governo queria transportar feijão do Sul para o Nordeste: o Lloyd cobrava 9 dólares por tonelada de carga, enquanto as transportadoras terrestres cobravam cerca de 147 dólares por tonelada. Mas o Governo preferiu pagar os 147 dólares por tonelada a pagar os 9 dólares a tonelada ao Lloyd Brasileiro.

Sr. Presidente, nossa emenda preconiza que a dívida de 76 milhões de dólares que o Governo admite ter passaria, na negociação, a 59 milhões de dólares. O Brasil pagaria essa dívida ao Governo alemão, à taxa **libor** mais 2% ao ano, em 22 parcelas semestrais, e, mais tarde, o Lloyd pagaria ao Governo brasileiro.

A outra dívida, junto ao Banco Central, no valor de 17 milhões e 800 mil dólares, seria assumida pelo Governo, no valor de 11 milhões de dólares. O Lloyd pagaria também a taxa **libor** e mais 29 parcelas semestrais. Isso seria ajustado num contrato de gestão, que deu certo com o Hospital Sarah Kubitschek, que hoje presta atendimento de Primeiro Mundo. Um contrato de gestão com o Lloyd com certeza dará certo, e dentro de cinco anos estaremos com a Bandeira do Brasil hasteada nos portos internacionais, honrando-a.

Para concluir, o Governo brasileiro faria um aporte de 33 milhões e 500 mil dólares para liberar o navio que está preso na Inglaterra e colocar os três graneleiros em funcionamento. Isto geraria uma renda de 3 milhões de cruzeiros por dia, o que daria para o Lloyd sobreviver. Dentro de cinco anos, o Lloyd, entregue a seus funcionários através de contrato de gestão, não mais precisará do Governo nem de ninguém, vai honrar a nossa Bandeira, e não terá mais nenhum navio preso em portos estrangeiros.

SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra

ao nobre Congressista Adroaldo Streck.

O SR. ADROALDO STRECK (PSDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, de ontem para hoje vimos assistindo ao debate acalorado sobre um tema muito importante para nós, brasileiros, que é o salário.

É preciso dizer que salário, numa economia de mercado como a nossa, não se consegue por decreto, no "canetaço", por vontade do Governo; o salário está vinculado diretamente ao mercado. O nosso mercado interno é muito ruim. Temos um subconsumo, se nos compararmos com os países desenvolvidos do hemisfério norte.

Algumas questões precisam ser reexaminadas. Por exemplo: produzimos sapato barato, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, para calçar o norte-americano rico. É comum, nas ruas de Nova Iorque, encontrarem-se à venda sapatos produzidos em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, por preço, feita a conversão em dólar, inferior ao que é vendido no mercado brasileiro, com a diferença de que os americanos ganham dez vezes mais do que nós. Esta é uma das distorções que o futuro Governo precisa corrigir.

O Japão e a Alemanha, quando saíram dilacerados, destruídos, da Segunda Guerra, o que fizeram? Em primeiro lugar, construíram um mercado interno forte, capaz de absorver a sua produção. No Japão, ainda hoje, uma determinada quantidade de produtos industrializados é destinada ao mercado interno. Só o excedente é que é exportado.

Produzir barato não se adequa à realidade brasileira, e estamos incluídos entre os chamados países de mão-de-obra barata, para satisfazer às necessidades, a baixo preço, dos ricos do hemisfério norte. No momento em que tivermos uma folga interna – logicamente podemos chegar a esse ponto –, o brasileiro passará a consumir. No mínimo 50% da população brasileira está na faixa do subconsumo. Então, é furado esse discurso de que temos de aumentar o salário mínimo para 100 dólares mensais. Se for por decreto, gostaria que fosse para 500 dólares. Aí quebraria tudo de uma vez.

O que temos de fazer, então? Temos de partir para uma política realista de salários. O salário de 65 URV é ridículo, não atende às mínimas necessidades do trabalhador brasileiro. Mas é o patamar mínimo. A partir daí, precisam ser acrescentadas importâncias a ele mas de maneira que, o trabalhador não perca mais. Se passarmos o salário mínimo para 100 dólares, sem um suporte adequado, daqui a pouco esse salário estará em sessenta, cinquenta dólares. É uma medida que não se sustenta por si. Temos de ter – e o plano econômico sinaliza nesse sentido – um desenvolvimento auto-sustentado, quer dizer, através da produção interna, fazer com que, com a concorrência, se estabeleçam salários cada vez melhores para o operariado brasileiro. Mas ter o salário como o cavalo de batalha eleitoral, como tem acontecido no Brasil, é péssimo, porque é uma ilusão. E o trabalhador brasileiro, hoje, já se está dando conta de que esse tipo de promessa não se cumpre.

Sr. Presidente, o plano econômico, aprovado ontem – e estamos todos de parabéns por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas –, vai fazer com que a inflação, o inimigo público nº 1, comece a declinar dramaticamente a partir do mês de julho. A partir daí, o poder de compra do trabalhador será bem melhor, a nossa economia estará calcada em uma moeda forte, o real, e alcançaremos a efetividade das coisas concretas, o que, infelizmente, o Brasil, até hoje, não conseguiu, pois o que tivemos até aqui foram promessas vãs, e quem as fez sabia que não tinha condições de honrá-las.

Nós, desta Casa, e o País todo estamos de parabéns pela

aprovação, ontem, da Unidade Real de Valor e, conseqüentemente, do real, a nova moeda que veio embutida na Medida Provisória nº 482.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, tivemos, ontem à noite, a oportunidade de, neste plenário, numa reunião do Congresso Nacional, votar a Medida Provisória nº 482, que, na verdade, é um passo importante para que se procure a estabilidade da economia e para que o Governo possa caminhar com mais tranquilidade para a próxima etapa do plano econômico, a implantação do real.

Esta Casa, Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas – e quando eu digo esta Casa refiro-me à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, o Congresso Nacional –, deu uma resposta efetiva, eficiente, em termos de proporcionar ao Executivo o respaldo que este solicitava. Não simplesmente dizendo que aprovava a medida provisória que foi remetida para cá. O respaldo foi dado após uma negociação intensa, na qual o Relator, Deputado Neuto de Conto, companheiro de partido, fez um trabalho sério, que deu origem a um projeto de conversão que aperfeiçoa a medida provisória.

Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, nós gostaríamos que outros pontos da medida provisória fossem modificados. Quando digo nós, refiro-me a Deputados e Senadores dos mais diferentes partidos. Não conseguimos, nesse processo da negociação, outras mudanças, mas de qualquer maneira não se vendeu ilusão, não se aprovou o que depois seria vetado.

Conseguimos aprovar ontem a medida provisória e agora temos condições de, como Congresso Nacional, cobrar do Executivo estabilidade econômica. Temos condições de cobrar que os próximos passos e a criação do real a partir de 1º de julho venham com medidas adotadas pelo Executivo a fim de evitar abusos de preços e uma inflação que possa corroer os salários. Se há o mesmo tratamento para contratos e salários na medida provisória, sabemos que o Governo terá de evitar aumentos de preços antes da implantação do real. Então, medidas têm de ser tomadas.

Ontem, o Ministro Rubens Ricupero solicitou aos Líderes da Casa auxílio na aprovação do projeto que reestrutura o Cade, para evitar o abuso do poder econômico. Nós, Sr. Presidente, com certeza, nas próximas semanas votaremos o projeto que reestrutura o Cade e faz com que o Governo adote instrumentos mais eficientes para atacar os abusos do poder econômico, dos monopólios, dos oligopólios e dos cartéis.

Depois da aprovação da medida provisória que cria a URV, temos mais força para cobrar as próximas etapas da implantação do plano econômico. Se o Congresso Nacional não votasse ontem como votou, não tenho dúvida de que poderia ter responsabilidade por qualquer problema com o plano econômico. Portanto, mesmo sabendo que alguns Congressistas gostariam que a negociação tivesse avançado mais, quero dizer que a decisão tomada ontem foi importante para o Congresso Nacional, para o Poder Executivo e para a Nação. Vamos ter mais força para cobrar a implantação do real sem descaminhos, acidentes de percurso e prejuízos para o assalariado. Eu não tenho dúvida disso. Uma inflação de 46% ao mês só favorece o especulador, quem aplica no mercado financeiro, no dólar, na bolsa, quem joga na ciranda financeira. Sr. Presidente, quem mais se beneficia com uma inflação como essa que o plano econômico procura derrubar é o sistema financeiro nacional. Por isso, temos de apoiar medidas que venham derrubar a inflação.

O Congresso Nacional não deve ficar na expectativa. Não! Devemos acompanhar, criticar, sugerir, para que no gerenciamento do plano econômico tenhamos a possibilidade de ver a inflação

caindo, a economia estabilizada e a próxima administração federal com condições de governabilidade. Não que o plano econômico resolva por si só os problemas do País. Ele terá de ser acompanhado por mudanças estruturais. Caberá ao próximo Presidente da República, quem quer que seja, tomar medidas objetivando mudanças estruturais que determinem uma estabilidade que não seja passageira.

Há descontentamentos com o plano econômico, há desencantos com a inflação, que hoje é alta. Há desconfiças de que o plano pode não dar certo. Mas neste momento ele é o caminho que temos para atingir maior estabilidade econômica.

Quero cumprimentar o Deputado Luiz Carlos Santos, Líder do Governo. Li e ouvi algumas notícias segundo as quais S. Ex.^a não havia trabalhado em sintonia com o PMDB e com outros partidos. Disseram que a votação da medida provisória poderia ter ocorrido na terça-feira, e não ontem. Eu também penso que se poderia ter votado a matéria na terça-feira, mas só conseguimos votá-la ontem. Foi um trabalho eficiente da Liderança do PMDB junto às lideranças da Casa.

Quero dizer ao Deputado Luiz Carlos Santos, que está ao meu lado, que S. Ex.^a merece cumprimentos, como também merecem o Ministro Rubens Ricupero e toda a equipe econômica. Na verdade, nessas últimas semanas, se o processo de negociação não avançou tanto quanto poderia, houve um trabalho importante para a aprovação da medida provisória.

Vejo o Deputado Paulo Paim atrás de mim. Com certeza, S. Ex.^a não votou ontem pela aprovação da medida provisória e não ficou satisfeito com o resultado da negociação. Mas a atuação de S. Ex.^a foi importante, como também a de todos os Deputados que trabalham nessa negociação, pela garra, determinação e vontade de ajudar a alcançarmos a estabilidade, para que o trabalhador não sofra mais prejuízo. Houve uma negociação de alto nível, e em determinados momentos uma parte ou outra não cedia. Essa negociação não terminou, continuará nas próximas etapas do plano, Deputado Paulo Paim.

Esta Casa terá de discutir novas propostas do Executivo no tocante à conclusão da implantação do plano econômico. Teremos de continuar acompanhando o plano, fazendo uma análise crítica e apresentando sugestões ao Governo para que ele seja bem administrado, a fim de que possamos evitar acidentes de percurso que possam comprometer a sua idéia, a sua filosofia e as suas razões.

Sr. Presidente, ouvi muito que o ex-Governador Orestes Quércia estava conduzindo parte da Bancada do PMDB a votar contra o plano econômico. O Líder Tarcísio Delgado sabe que a posição adotada pelo PMDB se comprova nos votos do partido. Se o ex-Governador Orestes Quércia considera que o PMDB deve reestudar o seu respaldo ao Governo Itamar Franco, eu tenho posição diferente. Respeito a posição de S. Ex.^a, mas acho que o PMDB terá de discutir essa questão. Se o PMDB abandonar o Governo, deixará os cargos que ocupa na estrutura governamental. Estamos em ano eleitoral, a poucos meses da campanha, e não tenho dúvida de que isso repercutirá como medida oportunista e até eleitoral. O PMDB terá de pagar o preço por ser um grande partido. Mais uma vez ele tem uma responsabilidade maior do que a de outros partidos para com a estabilidade, a governabilidade e a manutenção da democracia, para que o próximo Governo possa assumir o comando do País em melhores condições.

Quero dizer que não vi movimento nenhum do ex-Governador Orestes Quércia no sentido de fazer com que a bancada do PMDB fosse nessa ou naquela direção quando da votação da Medida Provisória nº 482. Houve um encaminhamento do Líder Tarcísio Delgado, seguido por todas as lideranças, e o PMDB, em todos os momentos, esteve na linha de frente no processo de nego-

ciação, a fim de que obtivéssemos avanços no aperfeiçoamento da medida provisória. O PMDB, em todos os momentos, disse que aqui estaria para votar a medida provisória e que não entendia as obstruções.

Cumprimento a Mesa do Congresso Nacional e os Líderes, que trabalharam eficientemente no processo de negociação desta medida provisória. E mais uma vez digo ao Governo que este processo não está concluído. A negociação tem de continuar, o gerenciamento do plano econômico vai ter de continuar sendo acompanhado pelo Congresso Nacional. Novas etapas vamos ter que vencer.

Estamos aqui torcendo para que o plano dê certo, Sr. Presidente, mas com um pé atrás. Entendemos que só vai dar certo se for bem gerenciado e se não se colocar a questão eleitoral acima do interesse maior do País.

Temos de continuar auxiliando, independentemente de partido, facção ou candidato à Presidência da República, para que este plano possibilite que o próximo Presidente assuma o Governo em condições bem melhores do que aquelas que estamos vivenciando neste momento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Luiz Carlos Santos, que falará como Líder do Governo.

O SR. LUIZ CARLOS SANTOS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, não poderia deixar de ocupar a tribuna neste instante para registrar, como Líder do Governo, o papel desempenhado pelo Congresso Nacional, que tem dado um exemplo de conduta responsável. Em todos os momentos, colaborou com o Governo no que diz respeito ao plano de estabilização econômica.

Este País terá uma moeda estável graças ao Congresso Nacional. A aprovação do Fundo Social de Emergência foi fruto de um trabalho com a parceria do Congresso e possibilitou, pela primeira vez na história deste País, uma proposta orçamentária equilibrada e o ajuste das contas públicas. Ontem, numa sessão memorável e longa, aprovou-se a medida provisória que cria a URV, uma etapa para a implantação do real, uma moeda estável. O Governo negociou à exaustão, todo o tempo. Foram feitas 59 modificações no projeto de conversão do nobre Deputado Neuto de Conto. Estão atendidas as reivindicações dos trabalhadores, na medida em que todas as perdas identificadas na conversão serão ressarcidas, na medida em que as eventuais perdas futuras serão compensadas, na medida em que o Governo se obrigou a remeter a esta Casa, a partir de trinta dias, uma proposta de aumento gradual do salário mínimo.

Portanto, o Governo negociou com a classe trabalhadora, e temos um plano que não vai acarretar danos aos trabalhadores, ao contrário dos outros, que eram impositivos, fizeram congelamento de preços, bloqueios de recursos, confiscos, etc. Este é um plano negociado, democrático, que respeita o direito dos trabalhadores. E não há engessamento. Os outros contratos não poderão ser reajustados, mas o contrato de trabalho poderá ser reajustado, na medida em que a livre negociação é respeitada na medida provisória.

Portanto, quero congratular-me com o Congresso e com as Lideranças de todos os partidos, inclusive os de oposição. O Deputado Germano Rigotto fez referência ao Deputado Paulo Paim, que todo o tempo discutiui, defendeu sua posição, negociou com o Governo, teve um comportamento competente e exemplar.

Para terminar, quero dizer que esta Casa está realmente de parabéns. Orgulho-me muito de estar na condição de Líder do Governo e de o Congresso estar num momento alto da sua vida política.

ca.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Edil Siliprandi.

O SR. EDIL SILIPRANDI (PSD – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, o Movimento Unibiótico de Brasília promoverá, durante o próximo mês de junho, a vinda a esta Capital do Dr. Jong Suk Yum, médico coreano há quase vinte anos residente no Brasil, onde, na qualidade de fundador e principal divulgador do método natural de saúde denominado Unibiótica, vem ensinando gratuitamente ao povo brasileiro a maneira simples e barata de prevenir e tratar suas doenças, sem que, para isso, a pessoa precise gastar dinheiro com internações hospitalares, consultas médicas ou aquisição de medicação química.

Na vida civilizada, decorrente da evolução, existem vários fatores antinaturais que afetam o corpo e a mente do homem, ameaçando, constantemente, sua saúde. Ninguém pode escapar desse perigo, pois ele não está apenas no meio ambiente, mas, também, no próprio corpo e na falta de auto-educação, autodefesa e auto-responsabilidade.

No entanto, não podemos, a essa altura, abandonar a vida civilizada e voltar a viver como os animais. O mais importante, no momento, é manter o que ganhamos – a inteligência – e recuperar o que perdemos – a saúde.

A Unibiótica constitui-se de dez regras práticas – o Decálogo da Saúde –, que foram criadas para manter o bom funcionamento dos quatro elementos mais importantes da saúde – pele, alimentação, membros e mente – e para evitar ou corrigir as quatro principais causas de doenças, quais sejam: desvio de coluna, desequilíbrio do sistema nervoso autônomo, distúrbios circulatórios e desequilíbrio da relação ácido/base do sangue e da linfa.

Sou, juntamente com meus familiares, fervoroso praticante deste método natural de saúde, já tendo experimentado os fantásticos resultados desta prática tão simples. Tenho a firme convicção de que a Unibiótica, através da auto-educação, da autodefesa e da auto-responsabilidade, poderá revolucionar positivamente este País, porque o homem e a mulher, de qualquer idade, que a praticarem, transformar-se-ão, primeiramente, em agentes de sua própria saúde e, por via de consequência, em pessoas capazes de ajudar aos outros na verdadeira e necessária reconstrução da sociedade em que vivem.

O Dr. Yum estará brevemente entre nós. Sua missão é grandiosa e nobre. Justo e necessário é que a ele sejam propiciadas todas as condições para que o povo brasileiro desfrute desta bênção que é a saúde permanente, conquistada diariamente pelo esforço individual de cada um.

Tenho desenvolvido esforços, inclusive junto à Mesa Diretora da Câmara e a sua alta Administração, com o objetivo de envolver esta instituição neste projeto de tão elevado propósito.

As dificuldades têm sido muitas, porém, espero poder contar com o apoio de todas as autoridades desta Casa, porque saúde pública é uma das mais graves responsabilidades do Poder Legislativo.

Oportunamente serão exibidos vídeos e ministradas palestras sobre Unibiótica, com acesso gratuito a todo e qualquer cidadão. Em data e local a serem previamente divulgados, centenas de pessoas de vários níveis sociais terão a oportunidade de conhecer a teoria e a prática da Unibiótica. Efeitos inacreditáveis já foram constatados, conforme nós mesmos tivemos ensejo de experimentar, ouvir e ver.

Por estas razões, Sr. Presidente, na qualidade de representante do povo, convido V. Ex.^a, e todos os nobres colegas a conhecerem e apoiarem esta postura filosófico-científica, que se baseia

em dezoito métodos e em 362 técnicas utilizadas para tratar 167 mil tipos de doença, sem a ocorrência de qualquer efeito colateral.

O Dr. Jong Suk Yum, fundador da Unibiótica, é, no meu conceito, um verdadeiro gênio da modernidade!

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Liberato Caboclo.

DISCURSO DO SR. LIBERATO CABOCLO, QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO (PT – MG) Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, ontem, no encerramento da sessão que apreciou a Medida Provisória nº 482, ou o seu projeto de lei de conversão, eu registrei o meu inconformismo, o meu protesto contra a condução da matéria por esta Casa.

Ficou patente a submissão do Congresso Nacional à tecnocracia que controla o Governo. Pela segunda vez, aceita-se uma medida provisória flagrantemente inconstitucional. Embora haja esse reconhecimento no relatório do Deputado Neuto de Conto, a medida provisória foi admitida, tramitou e foi aprovada como bem quis o Governo – aliás, como muito bem quiseram os grandes interesses econômicos.

É de estarrecer a incapacidade, a inépcia do Sr. Presidente da República, um homem que assumiu essas funções com toda a possibilidade de reverter os rumos da economia brasileira e de conduzir nosso País no caminho da recuperação e do desenvolvimento. S. Ex.^a mostrou, nos seus discursos iniciais, sensibilidade pela questão social, preocupado com a grave situação em que vivem, principalmente, os trabalhadores brasileiros. Mas depois de se instalar no Palácio do Planalto este homem hoje Presidente da República, Itamar Franco, vem demonstrando absoluta desqualificação para o exercício do mandato. É um homem limitado às quatro paredes do seu gabinete e não sabe o que ocorre no País. Não percebe que é manipulado, não passa de uma pessoa que aceita os dados que lhe colocam às mãos. Confinado, fechado por uma tecnocracia que domina este País há anos, traz a esta Casa uma medida provisória que significa o maior furto já praticado contra aqueles que trabalham e produzem em nosso País.

O projeto de lei de conversão satisfaz aqueles que concentram renda, a uma minoria que se enriquece aceleradamente, cada vez com maior rapidez, à visão tecnocrática que prevalece em nosso País há trinta anos.

Esse Presidente da República é capaz de sustentar o menor salário mínimo da nossa história, calculado segundo fórmula perversa de homens instalados nos diversos ministérios a serviço da elite econômica do País. Um salário mínimo calculado a partir de uma média de quatro meses, com índices expurgados.

O assalariado brasileiro sofreu o maior furto da história. E aqueles que recebem os míseros benefícios da Previdência Social têm diante de si um quadro aviltante: a desonestidade de um governo que não consegue enxergar a realidade que atinge pessoas que trabalharam a vida toda para merecer um descanso tranquilo e acabam sendo levadas à miséria e ao desespero.

A redução brutal dos benefícios da Previdência Social é um furto deslavado, escancarado, do dinheiro daqueles que contribuíram a vida toda para o sistema. Tudo com a chancela desta Casa, um Congresso curvado diante dos grandes interesses, do servilismo à ação do Executivo, incapaz de tomar seus próprios rumos, com uma Mesa absolutamente subserviente aos grandes interesses. O Relator fez o que o Ministério da Fazenda quis.

Na verdade, estão levando o País para uma situação insus-

tentável, e o nosso partido, o PT, tomará medidas. Estamos, hoje, preparando uma ação direta de inconstitucionalidade, para que se recupere o furto exacerbado dos benefícios dos segurados da Previdência Social.

Vamos mobilizar, além disso, todas as entidades de aposentados e pensionistas da Previdência Social, a fim de que não se perpetue esse furto que ora se pratica contra os nossos companheiros, com a chancela, com o endosso desta Casa, que nem sequer respeitou o direito de cada Deputado de discutir a matéria, colocando em votação às 9h da noite, isto é, na calada da noite, proposição que deveria ser exaustivamente debatida, pela sua importância e pelas suas consequências. Atropelou todos aqueles que tinham propostas a serem discutidas. Prevaleceu, infelizmente, a vontade do poder econômico, sobre o Governo Itamar Franco e sobre esta Casa.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. João Paulo, o Sr. Wilson Campos, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Luciano Castro. (Pausa.)

Ausente. Concedo a palavra ao nobre Congressista Murilo Pinheiro.

O SR. MURILO PINHEIRO (Bloco Parlamentar – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, venho hoje a esta tribuna para bater em uma tecla em que tenho batido há praticamente três anos, durante esta legislatura. Tenho sido repetitivo, porque é uma bandeira dos estudantes do Amapá, meu Estado, a luta pela construção de uma escola técnica federal naquela unidade da Federação.

E, de forma muito justificada, os estudantes amapaenses ergueram e defendem esta bandeira, porque eles estão numa situação desfavorável aos seus colegas dos demais estados do Brasil.

O estudante amapaense, no momento em que termina o 2º grau, tem três caminhos a seguir: um deles é ingressar na universidade local, que está ainda em estágio embrionário e de implantação, com cursos limitados, com poucas vagas oferecidas; na verdade, dispõe de poucas oportunidades a oferecer para aqueles que nela querem ingressar.

O segundo caminho, devido à proximidade, é ir para a capital do Pará, Belém. Parte dos estudantes vão para lá, mas precisam dispor de certo poder aquisitivo para poder se manter naqueles Estados como universitários.

Na verdade, grande parte dos estudantes que termina o 3º grau, devido a todas essas dificuldades, ingressa no mercado de trabalho de forma muito desprivilegiada e muito desfavorável. Além disso, o Amapá não oferece cursos profissionalizantes nas escolas de nível médio.

Por isso, Sr. Presidente, temos defendido desta tribuna e também junto aos Ministros da Educação o projeto de implantação da Escola Técnica Federal do Amapá. Parece-me que, conforme o Orçamento que chegou a esta Casa, o Sr. Ministro da Educação acenou favoravelmente a esse pleito dos estudantes amapaenses, porque possibilitou a abertura de rubrica, prevendo alocação de recursos para a implantação da Escola Técnica Federal do Amapá.

Sr. Presidente, há uns dez dias tivemos audiência com o Sr. Ministro da Educação, Murilo Hingel, tendo recebido de S. Ex.^a a atenção que esperávamos em relação ao projeto que defendemos nesta Casa, e queremos agradecer-lhe pela posição favorável ao pleito dos estudantes amapaenses, fazendo votos para que esta Casa possa ajudar o Estado do Amapá, mantendo a proposta enca-

minhada por S. Ex^a

Sr. Presidente, o Amapá é um estado muito distante, isolado dos demais estados do território brasileiro. Não é uma ilha de direito, mas é uma ilha de fato. O amapaense só sai do Amapá por meio do transporte marítimo e fluvial, ou de avião, porque não existem estradas ligando o Estado ao resto do País e do continente.

Todas essas dificuldades têm entravado o desenvolvimento e o bem-estar da população amapaense. Nosso País não é o Brasil só do Rio de Janeiro, só de São Paulo, do Sul e do Sudeste. Existe um Brasil onde as dificuldades são mais presentes. E o Amapá está naquele pedaço do País onde as coisas são mais difíceis.

É preciso que esta Casa ajude o Estado, intercedendo junto ao Sr. Ministro da Educação, para que S. Ex^a viabilize o projeto da construção da Escola Técnica Federal do Amapá.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra à nobre Congressista Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, as denúncias de desrespeito aos direitos humanos são uma constante no nosso dia-a-dia e vêm-se avolumando com o correr do tempo. A mais recente vem da cidade goiana de Pirenópolis, nas vizinhanças do poder, e denuncia a existência da exploração de trabalho degradante e semi-escravo de crianças e adolescentes, que trabalham em pedreiras em jornadas de nove horas, sem direito à alimentação, para receberem a quantia de CR\$2.500,00 por dia. Expostos à poeira e ao sol forte do Planalto Central, as crianças trabalham sem as mínimas condições, sem roupas e calçados adequados e sem nenhuma assistência médica ou trabalhista, como também os adultos explorados pelos donos das pedreiras.

Essas graves denúncias foram comprovadas por autoridades que estiveram no local, inclusive o atual Presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, Deputado Paulo Rocha, do PT da Bahia concluindo que o Estatuto da Criança e do Adolescente está sendo totalmente descumprido, já que em seu art. 67 proíbe o trabalho "Perigoso, insalubre ou penoso" aos adolescentes.

No ano de 1993, a Comissão de Trabalho desta Casa, então presidida pelo Deputado Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, preocupada com a dimensão das estatísticas do trabalho escravo no Brasil, criou uma Subcomissão de Trabalho Escravo e Acidentes de Trabalho, idealizada e presidida pelo Deputado José Cicote, do PT de São Paulo. Na esteira de denúncias como as de hoje, a Subcomissão realizou investigações por todo o Brasil, transformadas em relatório que é uma radiografia da exploração da mão-de-obra do trabalhador brasileiro e do trabalho infantil.

As principais características do trabalho escravo estão na total ausência de garantias dos direitos trabalhistas, como a carteira assinada. A sobrevivência é em condições subumanas, há longas jornadas de trabalho, e os salários são irrisórios, quando existem, pois na maioria das vezes o que funciona é o perverso mecanismo do "zerar" o salário a partir da troca de alimentos comprado geralmente no armazém do empregador, os "gatos", que contratam os trabalhadores.

Uma situação, incluída no relatório da Subcomissão, deixou-me chocada: o trabalho escravo no distrito de Mimoso do Oeste, Município de Barreiras, na Bahia, onde mais de 1.500 trabalhadores rurais, entre os quais se encontravam 150 crianças e adolescentes com idades de 5 a 14 anos, vivem em acampamentos de lona plástica, comendo apenas feijão com farinha. Infelizmente este é apenas um dos aspectos da triste realidade de uma legião de pessoas que vivem à margem da sociedade.

Sr. Presidente, as atividades realizadas pela Subcomissão de

Trabalho Escravo, de catalogação, investigação e denúncia aos poderes públicos, é uma esperança para que comecemos a mudar o curso da história de exploração e escravidão do trabalhador brasileiro, que reduzem o ser humano à condição mais degradante que possa existir, privando-o da liberdade que deve ter todo trabalhador, a de dispor de sua força de trabalho. A origem dessa situação – sabemos – está nas condições de vida do povo brasileiro. Há mais de 35 milhões de pessoas passando fome, as quais eu chamaria também de escravos da fome, da miséria, da pobreza.

É preciso que novas denúncias venham à público e que mais diligências, como a realizada em Pirenópolis, em Goiás, por autoridades federais e pelo Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), sejam feitas, para que passemos a acreditar que é possível erradicar essa chaga de nosso País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista José Luiz Clerot.

O SR. JOSÉ LUIZ CLEROT (PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, antes de afirmar o que devo fazer nesta tribuna, quero recordar como o PMDB foi para o Governo Itamar Franco. Logo que S. Ex^a assumiu a Presidência da República, a bancada na Câmara dos Deputados, reunida, decidiu que não iria para o Governo de Itamar. E, numa reunião que durou até a madrugada, na casa do Senador Mauro Benevides, por exigência dos Senadores o PMDB terminou se integrando ao Governo do Presidente Itamar. A bancada na Câmara Federal queria ficar de fora, independente; permanecer aqui analisando todos os projetos que para cá viessem e que fossem de interesse do povo, do País, da Nação. E, em função dessas proposições, fixaria a sua posição em plenário e daria seu apoio àquilo que fosse necessário à modernidade, e não a essa governabilidade que vem sendo proclamada desde o Governo Collor, que só tem servido para elevar, pelo menos neste Governo, a inflação de 23% para 45%.

Dito isso, Sr. Presidente, quero deixar claro no plenário que a minha posição sempre foi esta. O PMDB jamais deveria ter ido para o Governo do Sr. Itamar Franco. De modo que quando hoje sustento esta posição eu assim o faço porque não sou caudatário nem do Governo Itamar Franco, nem do discurso do nosso candidato a Presidente da República, o ex-Governador Orestes Quércia.

Sr. Presidente, ouvi aqui, agora pela manhã, do Vice-Líder do meu partido, Deputado Germano Rigotto, e do Líder do Governo, Deputado Luiz Carlos Santos, que o Governo conversou a respeito da medida provisória, mas não negociou nada. Só negocia quem tem capacidade de transigir, e como o Governo só conversou e não transigiu em nada, o resultado da conversação foi simplesmente a imposição governamental. Por isso, Sr. Presidente, a medida provisória foi aqui aprovada, mas não com o meu voto, porque não quero assumir essa responsabilidade.

Aqui não somos contrários ao plano de estabilização, não somos contrários às medidas que o Governo quer adotar para acabar com a inflação, muito embora o Governo já esteja há muitos meses com plano – já está deflagrado há pelo menos dez meses – e a inflação só fez subir de 23% para 45%. Esta é a realidade.

Eu me opus à aprovação da medida provisória, feita com o rolo compressor que se montou aqui neste plenário, o qual pode ser qualificado com o plenário das angústias, porque aqui ficamos entre a angústia de ter que seguir o partido e trair aqueles que nos colocaram nesta Casa, ficamos na angústia de não atender aos apelos sobretudo da classe trabalhadora.

Pergunta-se: como ficou, nessa medida provisória, o problema do salário dos trabalhadores? O problema dos servidores públicos? As perdas? Por acaso houve transigência em um milímetro?

Vamos pagar caro por isso, porque teremos que explicar ao povo. Mas não tenho dúvida de que, por meio do Supremo Tribunal Federal, que felizmente aí está, existe com sua independência, através das ações de inconstitucionalidade poderemos recuperar os direitos violados e até chegar às reposições a que os trabalhadores têm direito.

Sr. Presidente, a minha posição é esta, clara. Repito que não sou caudatário do Governo nem do meu partido. Acompanho o meu partido, mas divirjo no momento em que sua posição foi a de acobertar de olhos fechados aquilo que o Governo queria, deixando de lado as justas reivindicações de trabalhadores, servidores públicos e alguns setores da economia, que bradavam pela aprovação de determinadas emendas, para corrigir texto que violava contratos aperfeiçoados, juridicamente perfeitos e acabados, que agora vão ser discutidos e resolvidos na Justiça brasileira, sobretudo no Supremo Tribunal Federal.

Esta é a minha posição, Sr. Presidente. É preciso que ela fique clara, porque tenho que prestar contas não ao Governo que aí está, mas ao povo que me colocou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Com a palavra o nobre Congressista Lourival Freitas.

O SR. LOURIVAL FREITAS (PT – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem foi aprovado o projeto de conversão à medida provisória que instituiu o Plano FHC2. Quero deixar claro, nesta oportunidade, a minha posição, porque votei contra o projeto. Não somos contra nenhum plano que tenha como objetivo estabilizar a economia, possibilitar a adoção de uma moeda que realmente tenha poder de compra e que, acima de tudo, não sacrifique mais os trabalhadores, que durante décadas foram penalizados por todos os planos econômicos implantados no País.

Quero deixar claro a minha discordância – feita inúmeras vezes – em relação ao novo plano, porque ele reproduz os mesmos erros, os mesmos equívocos de todos os outros, qual seja a presunção de que, arrojando o salário, se poderá combater a inflação. O Governo diz que não houve perda salarial. Ora, como não houve? Os trabalhadores constatarem dia-a-dia que, apesar de seus salários estarem indexados pela URV, continuam perdendo. Aliás, esse é o único ponto bom do plano: a indexação dos salários. Temos que reconhecer que ele tem esse mérito.

Mas não podemos desconhecer que a situação do assalariado continua ruim, e, com o engessamento do salário, ela vai ficar cada vez pior. Por isso, posicionamos-nos contra o plano.

O Governo negociou com todos os setores, os empresários, os banqueiros, os ruralistas, enfim, com todos aqueles que, apesar de minoria na sociedade, aqui dentro ainda têm uma representação muito significativa. O Governo só não aceitou a negociação com os trabalhadores, com os representantes das centrais sindicais e das categorias menos favorecidas. E aí está a nossa discordância. O plano não pode mais beneficiar uma minoria que tem um poder muito grande nesta Casa, mas não representa a maioria dos 60 milhões de brasileiros que estão passando fome.

O plano tem o grande mérito, repito, de indexar o salário pela URV. Mas ficou constatado que o Governo não tem boa vontade e não vai atacar, não vai combater, não vai enfrentar a causa principal da inflação, o sistema financeiro. O ex-Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o atual, Rubens Ricupero, parece que não estão dispostos a enfrentar o desafio de combater de fato as causas reais de inflação.

O salário, como sabemos, nunca foi motivo, nunca foi causa, nunca foi alavanca para inflação nenhuma. Se assim fosse, teríamos a menor inflação do mundo, porque nosso salário é o pior do mundo. Mas infelizmente parece que os burocratas, os tecnocratas, os economistas – que aprenderam nos primeiros manuais de economia que é preciso conter a demanda, conter o salário, reter a pressão inflacionária que o salário exerce sobre os preços – se recusam a olhar a realidade com ela é.

O candidato Fernando Henrique Cardoso até agora não quis

enfrentar o povo, não quis ir para as ruas porque sabe que verá uma realidade diferente daquela que prega na academia. O candidato Fernando Henrique Cardoso precisa olhar o povo, sentir as necessidades do povo. Abstrair-se da realidade, teorizar sobre ela é diferente de enfrentá-la, de senti-la como é. Por isso, o equívoco de todos os planos de que é preciso arrochar o salário.

Mais uma vez prosperou nesta Casa, infelizmente para a grande maioria da população.

Queremos que no Brasil haja um controle efetivo da inflação, uma economia estabilizada e uma moeda forte, mas não à custa de milhões de brasileiros, que não têm mais com que contribuir e já não suportam tanto sacrifício.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Oswaldo Stecca.

O SR. OSWALDO STECCA (PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há algum tempo alertei esta Casa sobre o risco de *dumping* que corre a indústria nacional de tecidos. Sabemos da importância dessa indústria, com quase dois séculos de existência em nosso País. O Brasil é muito indefeso em matéria de tarifas alfandegárias. Por isso, houve uma penetração fácil de tecidos em nosso mercado, a preços abaixo do seu real custo.

Conhecendo o fenômeno, o Governo Federal instituiu uma tarifa *ad valorem* de 34% sobre a importação de tecidos. Essa medida tem durabilidade limitada. Seu prazo termina no próximo dia 26, e aí a indústria nacional voltará a ficar à mercê dos grandes traficantes internacionais de tecidos, aliados a maus importadores brasileiros. É preciso que essa medida seja renovada e acompanhada de outras providências, como a criação de quotas de importação.

Sabemos que a indústria têxtil é grande empregadora, desde o plantio de fibras naturais até a fabricação de roupas e bordados. Faço desta tribuna, portanto, ao Ministério da Indústria e do Comércio, ao Ministério da Fazenda e ao Itamaraty um apelo para que não só prorroguem a tarifa *ad valorem* existente, como também tomem outras providências para que a nossa indústria têxtil possa continuar trabalhando, melhorando os seus padrões e seus equipamentos e gerando cada vez mais emprego e mais riqueza para o País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPR – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, ontem, depois de longas discussões, conseguimos fazer, no texto da medida provisória, uma alteração que não resolve a situação de aposentados e pensionistas, mas pelo menos evita o engessamento que estava previsto no § 3º do art. 29, que dava a entender que o aumento poderia ocorrer apenas e exclusivamente em maio de 1995.

Foi incluída no texto, por emenda de redação do Relator Neuto de Conto, a palavra "obrigatoriamente", e adicionada, ao final do mesmo parágrafo, a expressão "ressalvado o disposto no § 6º do projeto. O que diz esse parágrafo, que é transposição do § 2º do art. 18? Ele trata do envio de um projeto em trinta dias, para discussão do salário mínimo, no qual, por compromisso do Líder do Governo, Deputado Luiz Carlos Santos, será estabelecida a forma de revisão dos benefícios previdenciários.

Na verdade, além de possibilitar a negociação, retirando o engessamento que determinava o aumento apenas em maio de 1995, corrigimos parte do próprio projeto. O § 2º do art. 18, que previa que em trinta dias discutiríamos o salário mínimo, ficava prejudicado, porque o § 3º do art. 29 dizia que só em maio de

1995 seriam reajustados o salário mínimo e os benefícios da Previdência Social, com base no IPC-R entre a data da entrada do real em vigor e o mês de abril de 1995.

Então, cumprindo acordo feito com o Líder do Governo, Deputado Luiz Carlos Santos, com o verdadeiro pai do plano, Edmar Bacha, e o Relator Neuto de Conto, foi feita esta correção, que determina o reajuste obrigatório em maio de 1995, ressalvado, no entanto, disposto no projeto de salário mínimo a ser enviado a esta Casa.

Temos condições de cobrar o que foi acertado com o Líder do Governo, o Relator e as Lideranças do PSDB, que foram alertadas em plenário, no calor da discussão, para o fato de que o engessamento, decorrente do plano, em maio de 1995, poderia trazer danos eleitorais aos candidatos tucanos. Todos entenderam a preocupação e permitiram a correção do Relator ao final da votação de ontem. E os técnicos da Mesa estão preparando a redação final de acordo com o combinado, se não resolvendo totalmente a situação dos aposentados, pelo menos, primeiro, evitando o engessamento e, segundo, possibilitando uma ampla negociação daqui a trinta dias, quando for enviado o projeto de salário mínimo.

Valeu toda a luta. Se não temos o resultado definitivo, a garantia de negociação através do texto legal, pelo menos as portas não estão fechadas.

Registramos com estranheza que o próprio Secretário da Receita Federal admite a possibilidade de inflação alta com o real, quando pede que seja mantida a UFIR. Se S. S^a o Sr. Osiris Lopes Filho, Secretário da Receita Federal, quer manter a UFIR para corrigir débitos fiscais, é porque sente que pode haver inflação com o real. E, nesse caso, quer garantir a correção dos débitos fiscais perante a Receita Federal. Então, nada mais justo do que também os aposentados e pensionistas tentarem garantir uma fórmula de reajuste, para sair do engessamento. Pelo menos, tendo sido retido o gesso, eles não ficarão numa situação tão difícil quando aquela prevista no texto original.

Entendo que toda a luta valeu. Vamos agora recuperar forças para que, dentro de trinta dias, quando o projeto de salário mínimo vier ao Congresso Nacional, possamos estabelecer uma fórmula de reajuste. Vamos cobrar do Líder do Governo, Deputado Luiz Carlos Santos, o compromisso assumido em sua sala, juntamente com o pai do plano, Edmar Bacha, e também o Relator, Deputado Neuto de Conto, para evitar o genocídio dos aposentados e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Euler Ribeiro.

O SR. EULER RIBEIRO (PMDB – AM. pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, o Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Ivan da Silveira Serpa, informou-me por carta datada de 17 deste mês que encaminhou ao Presidente Itamar Franco exposição de motivos que propõe a criação do Comando Naval da Amazônia Ocidental, com sede na cidade de Manaus.

A criação do Comando Naval da Amazônia Ocidental, aprovada pelo Presidente da República, não implica despesas adicionais aos recursos orçamentários da Marinha, nem aumento de efetivo de pessoal ou alteração nos limites autorizados para os postos dos oficiais da Marinha.

A nova organização militar na estrutura organizacional da Marinha é comandada por um contra-almirante e teve como necessidade geradora a melhor distribuição de responsabilidades e competências nas tarefas executadas na região Amazônica, área jurisdicional do 4º Distrito Naval, sediado em Belém.

A atuação do Comando Naval na região está em fase de

crescente complexidade, tanto no que diz respeito a operações conjuntas, como, em futuro próximo, em face da implantação do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIPAM).

Por estas razões, é absolutamente adequada a criação de um Comando Naval com sede em Manaus, responsável pela Amazônia Ocidental, congregando todas as organizações militares da Marinha nos Estados do Amazonas, do Acre, de Rondônia e de Roraima e subordinado ao Comando do 4º Distrito Naval.

Devo ressaltar que a linha de ação adotada pela Marinha do Brasil, com a criação recente do 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral, em Manaus, a que me referi em pronunciamento esta semana, e agora com a implementação do Comando Naval da Amazônia Ocidental demonstra a importância estratégica da região amazônica e o valor que a Marinha do Brasil lhe atribui.

É com muita satisfação que faço este registro. Primeiramente como brasileiro, preocupado permanentemente com a manutenção da integridade do território nacional, especialmente da Amazônia, que vem sendo cobiçada desde tempos imemoriais; em segundo lugar, manifesto-me como amazonense, com este mandato que o povo do Amazonas me conferiu e com o qual tenho o compromisso de lutar para melhorar suas condições de vida.

Cumprimento o eminente Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Ivan da Silveira Serpa, e toda a sua equipe, pela clareza com que têm atuado em relação à Amazônia, agindo correntemente no presente, para assegurar o nosso futuro.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência apela aos Srs. Senadores que venham ao plenário, a fim de registrar suas presenças. Há apenas 35 Senadores, e é preciso 41 para se atingir o número de deliberação da Ordem do Dia.

a Presidência faz um apelo também aos Srs. Congressistas que estão inscritos para que sejam breves, porque vamos passar à Ordem do Dia. Se não houver número para deliberação, passaremos à discussão da matéria. Atingindo o número, então, passaremos à votação das medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista José Dutra.

O SR. JOSÉ DUTRA (PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, tenho freqüentemente ocupado a tribuna desta Casa para defender particularmente os interesses do meu Estado, o Amazonas, sem, entretanto, me descuidar da defesa intransigente que os Parlamentares amazônicos devem efetivar com relação à nossa região, um dos mais importantes patrimônios de que dispõe a sociedade brasileira.

É exatamente com esse propósito que venho à tribuna desta Casa para discutir afirmação feita por um ex-colega da Câmara dos Deputados, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores. Segundo a grande imprensa. S. Ex.^a recentemente, em Washington, asseverou que pretende utilizar a Amazônia como uma espécie de moeda de troca numa possível renegociação da dívida externa brasileira. Para nós, da Amazônia, uma afirmação desse porte é profundamente agressiva, porque representa uma falta de respeito aos interesses mais legítimos da região, que não aceita, de forma alguma, ser encarada como instrumento de troca na renegociação da dívida externa do País. Não é essa a destinação da Amazônia; não é esse o desiderato do nosso povo. Não é essa, sem dúvida, a vocação dessa imensa região, que está guardando no seu solo um patrimônio ainda imensurável, riquezas as mais consideráveis no campo da pesca, dos recursos hídricos e da exploração mineral.

É exatamente por isso que venho à tribuna, para que não pareça que o silêncio significa concordância. Venho para dizer da tribuna desta Casa que, em qualquer circunstância, nós vamos reagir

contra uma idéia desse porte, porque o que nós queremos, na verdade, não é ser moeda, mas instrumento de progresso, de desenvolvimento, para a melhoria das condições de vida da nossa gente, do nosso povo. O que nós queremos, na verdade, é nos integrar aos países do Caribe, romper o nosso isolamento com o Oceano pacífico, integrar a estrutura brasileira de progresso.

Nós queremos explorar as nossas riquezas minerais, hoje situadas na faixa de quase 4 trilhões de dólares, portanto, vinte vezes a dívida externa brasileiras. O que queremos é exatamente explorar racionalmente a nossa floresta; o que queremos é explorar as nossas riquezas pesqueiras; o que queremos é exatamente explorar nossos recursos hídricos; o que queremos é desenvolvimento. Queremos geração de emprego para a juventude que está lá na Amazônia, reclamando possibilidades para empregar o seu talento, a sua inteligência e o seu vigor físico a serviço do desenvolvimento da Pátria.

Não aceitamos, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, parta de onde partir, que se encare a Amazônia como moeda de troca na renegociação da dívida brasileira. O que queremos é explorar a nossa riqueza, para ajudar o Brasil a pagar os compromissos internacionais.

É nesta linha que venho, sob o impacto de enorme emoção, dizer ao País inteiro, especialmente aos amazonenses, aos amazônicos, que enquanto estivermos aqui, na Câmara dos Deputados, seremos, sem dúvida, o empecilho para impedir que se encare a Amazônia como objeto de troca na renegociação da dívida externa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Jório de Barros.

O SR. JÓRIO DE BARROS (PMDB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, venho a esta tribuna para discutir assunto que ressaltou a maior importância para o meu Estado, o Espírito Santo, e para as regiões Norte e Nordeste do Brasil. E até chamo a atenção dos Parlamentares do Norte e do Nordeste para essa questão.

Falo de uma emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 380-C/91, do Deputado José Egydio, alterando também o Decreto-Lei nº 880, de 18 de setembro de 1969, que criou o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo.

O projeto, que já vem tramitando nesta Casa há algum tempo, prevê a extensão do Fundo de Recuperação do Espírito Santo à região norte do Rio de Janeiro e ao leste do Estado de Minas Gerais.

Não nos cabe aqui, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, criar nenhum obstáculo a que os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, ou qualquer outro Estado da Federação brasileira, consigam mecanismos que alavanquem a sua economia. Mas não podemos permitir que, para atingir esse objetivo, os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais prejudiquem o Espírito Santo. E, na verdade, isso vai prejudicar também, em muito, os Estados do Nordeste e do Norte brasileiro.

O que propõem o projeto e a emenda, Sr. Presidente? O projeto cria o Fundo de Recuperação Econômica das Regiões Norte, Noroeste e Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro.

A emenda cria o Fundo de Recuperação Econômica do Nordeste, para os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. De onde virão os recursos? Serão recursos subtraídos do Funres, do Finam e do Finor – é para isso que chamo a atenção dos Parlamentares do Norte e do Nordeste. E, além desses recursos, outras fontes serão usadas naturalmente.

As repercussões, para o Estado do Espírito Santo, de ime-

diato, serão: a fragmentação, do atual Sistema de Recursos Fiscais e Financeiros e, portanto, o seu virtual desaparecimento como instrumento de correção das disparidades inter e intra-regionais; a pulverização dos recursos do Sistema de Incentivos Fiscais, em face do maior número de beneficiários, de uma base fiscal sem condições de expansão e conseqüente perda de eficiência e aumento dos custos do sistema em relação aos seus benefícios; a inviabilização completa, com redução dos recursos disponíveis na implantação de projetos prioritariamente posicionados para alavancar a economia do Espírito Santo, como é o caso dos complexos industriais e agroindustriais lá existentes, implantados com recursos do Funers.

O que devemos fazer, Sr. Presidente? Acho que devemos fazer uma articulação com as bancadas das regiões Norte e Nordeste e rejeitar em plenário a emenda apresentada.

Sr. Presidente, só para que se entenda melhor essa discussão, os Estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e os do Sul recolhem hoje para o Finor e o Finan. E, com a extensão do Funers para essas regiões, eles recolherão para o fundo criado, gerando, portanto, grande prejuízo para as economias do Norte e do Nordeste.

Para o Espírito Santo isso significará não só o prejuízo do volume de recursos arrecadados, como o deslocamento do centro de decisão do Fundo de Recuperação do Espírito Santo. Com a inclusão de dois Estados, esse centro passará para Minas Gerais ou para o Rio de Janeiro, que têm hoje o segundo e o terceiro PIB da economia nacional. Logo, não precisam desse tipo de incentivo. Podem ter outros tipos de financiamentos dos seus próprios Estados.

Portanto, Sr. Presidente, fica o primeiro alerta às bancadas do Norte e do Nordeste, para que tomem conhecimento desse projeto, que está hoje em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, e se posiciem firmemente contra ele.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Agostinho Valente.

O SR. AGOSTINHO VALENTE (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, chamou-se a atenção do Projeto de Lei nº 3.834, originário da Câmara dos Deputados é da lavra do Deputado Cyro Garcia, do PSTU, que exclui a Light Serviços de Eletricidade S/A da abrangência da Lei nº 8.031, que criou o Programa Nacional de Desestatização.

O projeto foi aprovado na Câmara Federal e está hoje no Senado Federal, sendo seu Relator naquela Casa o nobre Senador Jonice Tistão, do Espírito Santo. Solicitamos àquela Câmara alta, notadamente aos Senadores do Espírito Santo, que no projeto do Deputado Cyro Garcia – que exclui a Light da abrangência da Lei nº 8.031, de 14 de abril de 1990 – seja incluída a Escelsa, a companhia de eletricidade do Espírito Santo.

O clamor do Espírito Santo pela preservação desse ativo nacional de primeira excelência chega aos nossos gabinetes. E não podemos deixar de fazer esta observação aos Deputados do Espírito Santo. Mas, notadamente nesse momento, pelo fato de o projeto estar sob apreciação do Egrégio Senado Federal, pedimos a três Senadores, Gérson Camata, João Calmon e Jonice Tristão, que façam a emenda necessária para excluir também a Escelsa, como a Light está sendo excluída pelo Deputado Cyro Garcia.

Aqui fica nosso apelo. Não estou jogando os Senadores contra a sociedade do Espírito Santo. Estou trazendo aqui o clamor daquela terra, que também é minha, para que não percamos um bem nacional de excelência como a Escelsa.

Como a Light, a Escelsa era uma empresa privada. Houve

encapações fraudulentas na época, as quais levaram as duas empresas a pertencerem à União. Pois agora, saneadas, dando lucro, integradas ao projeto de revigorar esta Nação, querem vendê-las novamente para a iniciativa privada. E não sabemos qual é o compromisso da iniciativa privada com a nacionalidade.

O segundo assunto é o seguinte: eu estava presente quando o Deputado José Dutra chegou aqui com uma matéria de jornal, dizendo que o Lula vai vender a Amazônia para pagar a dívida externa. Acho que isso não merece consideração nenhuma. Mas, como prezo o Deputado José Dutra, vou tecer algumas reflexões.

Se tivéssemos que pagar a dívida externa, certamente não seria a nossa Amazônia que precisaríamos vender para pagá-la. A idéia é tão absurda que espero que o Deputado José Dutra reflita um pouco mais sobre ela. Quando o Lula falou no exterior sobre a Amazônia, estava fazendo referência às riquezas que o Deputado José Dutra veio elencar aqui, dizendo que quer vê-las no mercado internacional como moeda de valor, para, aí sim, levar o dinheiro para que a Amazônia progrida. O Lula não quis dizer que iria vender a Amazônia. Aí vai uma diferença muito grande.

S. Ex^a que faça o favor de refletir sobre isso. E a tribuna desta Casa estará aqui às ordens do Deputado José Dutra, que sempre respeitei, pela sua capacidade e – chego até a dizer – pelo seu talento, notadamente na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. E S. Ex^a me saiu com esta agora, dizendo que Lula está querendo vender a Amazônia. Isso é demais para o povo amazense e para todos os brasileiros.

O SR. ODACIR SOARES – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Pela Liderança do PFL, tem a palavra o nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, ontem à noite, eu e o Deputado Maurício Calixto conversamos longamente com o Ministro das Minas e Energia sobre a questão da crise energética no Estado de Rondônia.

Como sabe todo o País – os veículos de comunicação vêm divulgando o fato com muita ênfase –, Rondônia é hoje um Estado ímpar relativamente à questão energética, pois a sua população sofre um racionamento de energia durante cerca de 20 horas diárias. Isto é, ao longo das 24 horas do dia, a empresa estatal geradora de energia elétrica raciona energia durante 20 horas.

Sabemos em Rondônia que essa situação se deve ao fato de o atual Governador do Estado, o Sr. Oswaldo Piana, ao longo dos seus quatro anos de governo, ter deteriorado a empresa estadual encarregada da geração e da distribuição da energia, com o objetivo escuso de privatizá-la por um preço abaixo do de mercado e inferior ao valor do seu verdadeiro patrimônio. Com esse objetivo, S. Ex^a não apenas nomeou uma diretoria se as mínimas condições de gerenciá-la, mas sobretudo estimulou a corrupção em larga escala na empresa, o que redundou no encaminamento, pelo Ministério Público Estadual, de uma ação cível pública, com o objetivo de responsabilizar a diretoria. Em decorrência de decisão judicial, os bens dos diretores ficaram inteiramente indisponíveis.

Na conversa que tivemos ontem com o Ministro Alexis Stepanenko, fomos informados de que o Presidente Itamar Franco, sensibilizado com a questão energética do nosso Estado, está hoje baixando medida provisória, que abre ao Orçamento da União um crédito especial de 19 milhões de dólares, com o objetivo de não apenas adquirir novos grupos geradores para Rondônia, mas também de pôr em ordem e de tornar produtivos os atuais grupos geradores do Estado. O Governo Federal está ainda tendo o cuidado de, na mesma medida provisória, criar mecanismos que possibilitem à Eletrobrás e à Eletronorte fiscalizarem a aplicação integral

dos recursos, pois o Governo Federal, como nós, da bancada federal de Rondônia, tem a absoluta certeza de que, se forem colocados nas mãos do Governo de Rondônia, parte considerável deles será dilapidada, como já ocorreu no passado.

De modo que quero, neste breve pronunciamento, agradecer ao Presidente Itamar Franco e ao Ministro das Minas e Energia, em meu nome, em nome do Vice-Líder do PFL na Câmara dos Deputados e no de toda a bancada federal de Rondônia, pela presença com que S. Ex^{as} alocaram vultosa importância ao Estado de Rondônia, neste difícil momento que o País atravessa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Ney Lopes.

O SR. NEY LOPES (Bloco Parlamentar – RN. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, entendendo que medidas sejam tomadas no sentido de modernizar e aperfeiçoar o nosso sistema previdenciário. Não se trata de defender o impossível, ou medidas demagógica, com fins eleitoreiros. Em absoluto! Todavia, Sr. Presidente, está se propagando nas áreas rurais a idéia de que é necessário revisar aposentadorias já concedidas há anos. Note-se que este trabalho vem sendo feito há tempos, tendo sido possível detectar as irregularidades porventura existentes. Portanto, nada justifica que se implante no campo um clima de terror, homens e mulheres que recebem pensões e aposentadorias à mercê de interpretações burocráticas, muitas vezes orientadas por motivos escusos ou até perseguição política.

Sr. Presidente, há um outro fato. Estou informado de que no Rio Grande do Norte está sendo exigido, de forma indiscriminada, o pagamento de atrasados à Previdência Social de parte daqueles que deram atestados a atuais beneficiários, já aposentados.

Sabe-se e para isso não é necessário ser sociólogo – que o traço sócio-cultural do Nordeste, principalmente, é a interação das pessoas e grupos habitantes do campo. São comuns os casos de quem conhece um velho há anos, sabe que ele sempre foi trabalhador rural, que lhe prestou serviços, e por isso não lhe pode negar uma declaração desses serviços para que faça jus à aposentadoria do Funrural. Estive no Município do Assu e ouvi dos Vereadores pedido para que transmitisse desta tribuna parlamentar um veemente apelo no sentido de que essas cobranças, equivalentes aos períodos declarados, não fossem efetuadas, mas sim expedida norma no sentido de que de agora por diante, critérios fossem exigidos para as concessões de aposentadoria.

Comigo estiveram os Vereadores do Assu; Domício Soares, Nival Paulino, João Brito, Pedro Albano, Andiere Dantas, Nelson Júnior, Leosvaldo Araújo, Juvêncio Santos e Carlos Bezerra. Fica, pois, rejeitado o apelo ao Ministro da Previdência Social para que determine a suspensão dessas cobranças, decorrentes de declarações de tempo de serviço para fins do Funrural, restabelecendo, assim a tranquilidade para milhares desses aposentados e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PPR – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, de tantas mudanças importantes que precisariam ser feitas na Constituição, para torná-la mais "enxuta" e exequível, uma única emenda foi promulgada e está em vigor: a que criou o FSE, Fundo Social de Emergência, considerada pelo Governo como indispensável para a viabilização do seu plano de estabilização econômica – ou melhor, para fazer frente ao rombo de caixa do Governo. Não bastassem os elevados tributos pagos pelos contribuintes, que não têm recebido retomo sob forma de melhoria da saúde, educação, habitação, transporte e outros serviços públicos; não bastasse o

IPMF, um imposto que é para ser provisório, mas que receio venha a se tornar permanente, caso o Congresso Revisor ou o Congresso Nacional, sob a forma de emenda à Constituição, não aprove com urgência uma reforma tributária para valer, o Governo conseguiu, com o voto dos partidos que o apóiam, a aprovação do FSE – Fundo Social de Emergência!!!

Ao reter 20% dos impostos arrecadados pela União, num pacto federativo às avessas, o Governo penaliza sobremodo os Estados e Municípios. E novamente não se vê a prometida austeridade de gastos com vistas à redução do déficit público a zero.

Segundo artigo do renomado jornalista Expedicto Quintas, publicado no *Correio Braziliense* de 9 de maio último sob o título "Rédeas curtas", 50% da arrecadação do FSE têm sido utilizado para a cobertura das folhas de pessoal e boa parte do restante no custeio da máquina administrativa. E segue o articulista fazendo algumas considerações sobre os sacrifícios impostos aos Estados e Municípios.

Pela oportunidade da matéria, Sr. Presidente, creio importante seu registro nos Anais desta Casa, pelo que solicito a transcrição do referido artigo como parte integrante do meu pronunciamento.

É lamentável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, que continuemos a tratar dos problemas do Brasil sempre sob a forma de supostas "medidas de emergência". E as reformas para valer, quando virão? O que falta? Vontade política? Decisão política?

Não é mais possível a omissão do Legislativo, e nem do Executivo, em resolver as questões nacionais de forma mais profunda e abrangente. Num momento em que a sociedade brasileira vem se defrontando com o fantasma da fome e do desemprego, com o caos na saúde, na habitação, nos transportes e na educação, urge se tomem medidas concretas e permanentes para permitir a esperada "virada" em nosso País, rumo ao desenvolvimento econômico-social.

Aqui fica, Sr. Presidente e nobres Colegas, o meu apelo para que votemos neste Congresso propostas que possam reverter muitas das caóticas situações que estamos enfrentando. A pauta mínima do Congresso Revisor foi definida. É diminuta, mas contém matérias importantes, como Reforma Tributária, a questão dos professores estrangeiros e de bolsas de estudos para o 3º grau, o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, entre outros. Deixemos de lado as questões secundárias e tratemos do que realmente interessa. Não temos tempo a perder. Se não aproveitarmos a oportunidade e a hora, o povo nos cobrará em 3 de outubro próximo!

Mas votar não significa simplesmente chancelar as propostas do Executivo, como aconteceu ontem à noite na votação da MP da URV. O Governo simplesmente "enrolou" e desconversou tudo o que havia dito durante quase um mês, como é o caso da Emenda nº 17, que ficara de acolher para se evitar novo agravamento da dívida do crédito agrícola. O texto alternativo da emenda aprovada, em todo caso, estabelece a equivalência preço-produto, que espero que o Governo venha a cumprir.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

RÉDEAS CURTAS (Expedicto Quintas)

O Fundo Social de Emergência tornou disponíveis ao Tesouro Nacional, no decorrer do exercício financeiro deste ano, por baixo, perto de US\$16 bilhões. Essa montanha de recursos, em grande parte, foi edificada sobre as bases de uma prometida austeridade de gastos com vistas à redução a zero do déficit público.

Além da economia nas despesas, o governo dispõe de duas grandes linhas de verbas. Os cortes nas transferências constitucionais para os estados e os municípios e o crescimento da receita, na

esteira do combate à sonegação fiscal e na ampliação do contingente de contribuintes, assustados diante da disposição do leão em cobrar de quem deve e não paga.

Este jornal denunciou há dez dias a realização orçamentária pelos diversos ministérios fora dos limites legais permitidos, desde que a Nação ainda não dispõe de uma lei de meios aprovada pelo Congresso para o corrente ano fiscal. Onzenário na liberação de recursos para investimentos, o Poder Executivo, segundo fontes confiáveis, vem aplicando as reservas do FSE com 50% na cobertura nas folhas de pessoal e boa parte do restante no custeio da máquina administrativa.

A lei de meios de 1994 ainda não foi remetida ao Legislativo. As rubricas dispoem sobre as despesas à conta do Fundo Social de Emergência, necessariamente, deverão ser explicitadas, ou de forma global ou então de forma discriminada, desde que haja confissão da fonte e do uso, com uma clara indicação da origem e do destino, vinculando a receita do Fundo com a despesa programada.

Não são de pouca monta os sacrifícios impostos aos estados e municípios. Nos repasses de janeiro a março e nos dois primeiros decêndios de abril houve quedas significativas, alcançando um decêso no FPM de 19% e de 16%, respectivamente, nos meses de fevereiro e de março. As prefeituras perderam ingressos no montante de CR\$90.776 bilhões nesses dois meses e os estados deixaram de contar com CR\$41.991 milhões. Um rombo cuja magnitude é proporcional aos gastos com a máquina burocrática, onde o FPM e o FPE, em cada uma dessas administrações, compõe-se em mais de 100% nos gastos de custeio.

Os critérios de distribuição, tem os seus coeficientes fixados em lei complementar e no Código Tributário Nacional. Estados e municípios das capitais, levam em conta população e renda *per capita*. Os demais municípios se beneficiam a partir dos dados populacionais do IBGE. O DF recebe os repartes do município (capital) e de estado. Para um total rateado, em março – capital e interior – o FPM distribuiu CR\$297.4 bilhões, cabendo a Brasília apenas CR\$876.7 milhões. Como estado a cota do DF foi de CR\$1.961 bilhão, num bolo global de CR\$284.259 bilhões.

Os repartes, assim sendo, obedecem a padrões legais, agora modificados pela emenda constitucional que criou o FSE. Do apurado nos cortes em favor do Fundo o Congresso tem o dever e a obrigação de estabelecer critérios para a distribuição das sobras, levando em consideração os padrões seguidos pelo Tribunal de Contas da União. Em fevereiro e março os municípios perderam CR\$82.669 bilhões e os estados ficaram num prejuízo de CR\$36.361 bilhões. Em conjunto as perdas somaram CR\$119.030 bilhões.

Deputados e Senadores devem ter presente na votação do Orçamento de 1994, ora encaminhado pelo Executivo ao Congresso, o loteamento partidário na estruturação ministerial. Véspera de eleição, por mais que haja zelo na austeridade dos gastos, sempre haverá descaminhos na partilha das rubricas do FPM e do PFE, incorporadas ao Fundo Social de Emergência. Para prevenir, seria oportuno impor as regras legais do TCU, estabelecendo os índices na lei de meios relativas às rubricas dessas transferências constitucionais. O que sobrar dos gastos da emergência, para zerar o déficit, pertence aos estados e aos municípios. Rédeas curtas para evitar abusos.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Nelson Marquizezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, dentre os tantos problemas enfrentados pela família brasileira, um

dos mais graves, para quem tem filhos em idade escolar, é o das mensalidades cobradas pelos estabelecimentos de ensino de todos os níveis, que vêm alcançando patamares exorbitantes.

Em verdade, os pais dos alunos encontram-se em desespero, pois seu magro orçamento não mais vem suportando os aumentos abusivos nas mensalidades escolares determinados pelas escolas, que atualmente encontram-se cartelizadas, funcionando como um verdadeiro oligopólio.

A situação vem se tornando efetivamente insustentável, e é inadmissível a omissão cúmplice do poder público, inclusive até mesmo do Congresso Nacional.

A propósito, temos conhecimento de que as medidas provisórias que têm sido emitidas a respeito da matéria atendem muito mais aos interesses das instituições privadas de ensino do que aos das associações de pais, demonstrando, à sociedade, a força dos lobbies das escolas.

De fato, todos sabemos que as mensalidades escolares vêm subindo, observando índices muito superiores aos da taxa inflacionária, e a conversão dos valores respectivos em URV foi verdadeiramente escandalosa, pois foram inseridas importâncias muito superiores ao cálculo preconizado pelo Governo.

Recebemos, aliás, do Sr. Carlos Domingos Pupim, pai-de-família residente em Batatais, Estado de São Paulo, expediente onde afirma e comprova que as mensalidades escolares relativas ao mês de março transato foram calculadas com o percentual estratosférico de 117% sobre as mensalidades de fevereiro, o que, evidentemente, implicou significativo aumento real, e não apenas conversão com base no cálculo da medida dos últimos quatro meses.

Esse fenômeno, evidentemente, não se restringe a Batatais ou ao Estado de São Paulo, mas a todo o Brasil, levando ao desespero os pais dos estudantes, que não têm condições financeiras para arcar com o pagamento das mensalidades escolares.

Pois bem, é notório que as autoridades da área econômica ainda não chegaram a um consenso no que diz respeito ao cálculo das mensalidades escolares, havendo, portanto, tempo para que os interesses legítimos dos alunos e de seus pais ou responsáveis sejam defendidos, nesse processo de completa mercantilização e elitização do ensino.

Por essa razão, dirigimos, desta tribuna, nosso veemente apelo ao Ministro da Fazenda, Embaixador Rubens Ricupero, no sentido de que os abusos no cálculo das mensalidades escolares sejam coibidos, estabelecendo-se modalidades de cálculo uniformes, a serem observadas em todo o País.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas. Vivemos, no Brasil, o paradoxo de a produção agrícola subir, especialmente com a atual safra, enquanto que a renda agrícola cai, empobrecendo os produtores rurais, grandes, médios e pequenos.

O fato é que, com uma legião de mais de 30 milhões de famintos, o País pura e simplesmente não dispõe de uma política agrária digna desse nome, apesar de a produção de alimentos precisar ser dramaticamente incrementada.

A propósito, o Senador Alfredo Campos, em artigo publicado no *Jornal de Brasília*, edição do dia 27 de abril transato, assinou que, como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, foi designado para proferir parecer sobre o polémico Projeto de Decreto Legislativo nº 383/93, que dentre outras medidas, suspende a cobrança de correção monetária nos empréstimos rurais contraídos a partir da Resolução nº 590, de 1979, do Conselho Monetário Nacional.

Assinala o nobre Senador que a discussão relativa ao referi-

do projeto de decreto legislativo foi marcada, pela emoção, pois suas disposições não vão anistiar dívidas, mas sustar a cobrança de correção monetária. Aduz que a questão concreta sobre a qual cabe decidir é se o Conselho Monetário Nacional tinha ou não poder para permitir a cobrança da correção monetária, e o que vai efetivamente estar em julgamento é a política rural, ou a falta dela.

Sabe-se que, nos últimos anos, a classe produtora transferiu cerca de vinte bilhões de dólares para o sistema financeiro, e que a agricultura declina.

Por outro lado, ressalta o digno membro da Câmara Alta que a questão do aludido projeto de decreto legislativo foi encarada com muito preconceito – que os urbanos têm para com o setor rural, pois ninguém se lembrou dos generosos subsídios que beneficiaram a sociedade urbana, como o rombo de vinte bilhões de dólares no Sistema Financeiro da Habitação e tantos outros.

Temos, Sr. Presidente, convicção de que o Senado Federal decidirá da forma mais justa e sintonizada com os interesses do País.

O que desejamos, nesta oportunidade, é apelar desta tribuna ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, no sentido de que haja um mínimo de serenidade para com a agricultura e seja finalmente implantada uma política rural no País, que enseje o desenvolvimento das atividades agrícolas e o conseqüente aumento na produção de alimentos.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra à nobre Congressista Adelaide Neri

A SRA. ADELAIDE NERI (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, a ação do eminente Deputado Antônio Britto à frente do Ministério da Previdência Social foi, sem dúvida, benéfica, tanto pelas medidas internas moralizadoras quanto por aquelas que fizeram justiça a um expressivo contingente de segurados.

Faço aqui menção ao caso do acatamento à decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à auto-aplicabilidade do art. 201, §§ 5º e 6º, da Constituição Federal. Embora a decisão da Suprema Corte se relacionasse a um caso específico, houve por bem o então Ministro Antônio Britto estender os seus efeitos a todos os trabalhadores rurais vinculados à Previdência. Entretanto, *data venia*, o caro Ministro bem que poderia ter estendido tal medida também aos heróicos aposentados urbanos, pois não há como negar que os mesmos, quer pública ou particularmente, contribuíram, ao longo de suas vidas, para os cofres da Previdência Social.

Existem centenas (ou milhares) de pleitos relacionados a perdas, a defasagens salariais ocorridas entre 1984/1989 em trâmite na Justiça, amparados pela Súmula 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos, os quais esbarram sempre nos recursos protelatórios e/ou legais do INSS. Basta verificarmos a Seção do *Diário da Justiça* para constataremos esse fato.

Poderia ainda o então Ministro ter dado cumprimento ao art. 201 da Constituição Federal no que diz respeito ao chado "buraco negro" da Previdência, visto que, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu a auto-aplicabilidade do referido artigo constitucional, caiu por terra, em conseqüência, o art. 144 da Lei nº 8.213/91, que reza que a correção monetária não implicaria pagamento dos atrasados.

Existem também milhares de pensionistas, principalmente no serviço público, recebendo menos de um salário mínimo, e outros tantos com a problemática da defasagem 1989, ocasionada pelos planos Verão, Bresser etc – que já foram sumulados –, que esbarram sempre na mesma fobia que tomou conta das Procuradorias do INSS. Como se já não bastasse a ausência de isonomia en-

tre os aposentados do INSS e os do Regime Jurídico Único, não podemos admitir que no seio do próprio INSS haja dois pesos e duas medidas no tratamento dispensado às questões dos aposentados urbanos e rurais.

Assim sendo, e confiante em que o Ministro Sérgio Cutolo está de maneira satisfatória conduzindo seu Ministério, solicito de S. Ex^a ações para que esta problemática tão antiga seja equacionada.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PPR – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, foi-se o tempo em que o romantismo europeu chamava a Amazônia de inferno verde.

Essa região, hoje, é uma das mais cobiçadas de todo o planeta, contendo riquezas inestimáveis.

De fato, a Amazônia brasileira alcança cerca de sessenta e um por cento de todo o território nacional, com extraordinário potencial econômico, ecológico e político, área da maior importância estratégica para o País.

Nessa imensa área verdadeiramente continental, a população é de apenas dezesseis milhões e meio de habitantes, correspondendo a cerca de onze por cento do total nacional.

Como é notório, a Amazônia, a *rain forest* tão conhecida no mundo ocidental, é uma região de fronteira de recursos, e a solução que vem sendo adotada ali pelo Governo Federal, como diretriz e política geral, é a busca do denominado desenvolvimento sustentável.

Com isso, o objetivo é compatibilizar ações de curto prazo com uma perspectiva de longo prazo, refletindo uma visão de oportunidades imediatas e futuras para essa vasta porção do território brasileiro.

Nesse contexto, é de capital importância a atuação da **SUDAM** – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, que, como organismo de planejamento e de promoção de estudos, bem assim como indutor de investimentos e articulador/coordenador institucional das diversas esferas da Administração Pública, deve ser prestigiada e fortalecida.

Ora, Sr. Presidente, na proposta orçamentária da União para o exercício corrente, a dotação da Sudam sofreu sucessivos e constantes cortes na Secretaria de Orçamento e Finanças da Seplan, o que virtualmente inviabilizará sua atuação em setores da maior relevância para o desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia.

A proposta orçamentária inicial da Sudam foi cortada em mais de setenta e dois por cento, e os cortes efetivados atingiram em cem por cento os recursos ordinários e em setenta e seis por cento os do PIN/Proterra.

É fundamental que sejam repostos esses recursos, pois do contrário projetos da maior relevância, que proporcionarão o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico da Amazônia, terão de ser arquivados e esquecidos, com prejuízos inestimáveis para a região.

Por isso, dirigimos, desta tribuna, apelo ao Ministro da Fazenda e ao Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, no sentido de que a questão seja reexaminada, sendo alocados os recursos indispensáveis à atuação da Sudam.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Virmondes Cruvinel.

O SR. VIRMONTES CRUVINEL (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, ao contrário do que muitos possam pensar, há políticos de nobre estirpe que fazem da coisa pública um autêntico apostolado, dedicando-se primordialmente aos superiores interesses da população à qual servem com devoção.

Nessa hipótese, nesse raro grupo de homens públicos, insere-se o atual Governador do Estado de Goiás, Agenor Rezende.

Esse ilustre político começou sua carreira na Edilidade do Município de Mineiros, tendo sido também Presidente daquela Câmara de Vereadores.

Foi Deputado Estadual por dois mandatos; na condição de Presidente da Assembléia Legislativa assumiu, constitucionalmente, o Governo do Estado de Goiás e está exercendo, com eficiência ímpar, uma administração intineramente auscultando diretamente as necessidades da população.

Recentemente, o Governador Agenor Rezende, acompanhado da dinâmica Primeira-Dama, Dra. Lasi Rezende, e de todo o seu secretariado, instalou o governo intinerante em sua terra natal, o Município de Mineiros, onde realizou despachos administrativos com seis Prefeitos da região sudoeste, encaminhando obras e serviços.

Na oportunidade, o chefe do Executivo Estadual determinou a realização de importantes obras para a região, como a implantação de ligação asfáltica entre Mineiros e Chapadão do Céu; a execução da rodovia GO-194, ligando Portelândia a Ponte Branca; a pavimentação de estradas de rodagem, a reforma de colégios, a construção de praças de esportes, a edificação de casas populares pelo programa de mutirão e várias outras iniciativas.

Pois bem, no momento em que aplaudimos, com satisfação, a profícua gestão do Governador Agenor Rezende, não podemos deixar de consignar que também são merecedores de nossos elogios o Prefeito José Antônio de Carvalho Neto, o vice-Prefeito Renato Vasques de Souza e os nobres edis de Mineiros.

De fato, a municipalidade local, com o apoio do então Deputado Agenor Rezende, vinha empreendendo importantes obras, que vão desde a ampliação da rede de iluminação pública até a assistência médico-odontológica e educacional prestada à população.

Mineiros, hoje, projeta-se como um modelo de qualidade de vida no contexto do Estado de Goiás, dispondo de sistema de saneamento básico próprio, com nível educacional elevado e excelente rede hospitalar.

É este, Sr. Presidente, o registro que desejamos efetivar nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Welinton Fagundes.

O SR. WELINTON FAGUNDES (PL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s, e Srs. Congressistas, as campanhas eleitorais para a Presidência da República são as mais ricas oportunidades de se valorizar a cidadania. Têm efeito educativo, fomentam debates os mais prolíficos, a respeito dos grandes problemas do País, em que se consegue empolgar a maioria dos eleitores, mesmo aqueles normalmente avessos aos temas políticos, transformando o cotidiano nacional em um fórum permanente de idéias.

Exatamente por essa característica, é de fundamental importância que, pelo menos no primeiro turno, cada partido político possa marcar sua posição dentro do espectro ideológico da sociedade, divulgando e abrindo a discussão sobre seus ideais programáticos.

Nessa ordem de idéias, Senhores, o Partido Liberal decidiu lançar candidatura própria. Não se trata, é evidente, como foi prática comum a outras agremiações em eleições anteriores, de um mero "jogo de cena", destinado unicamente a reforçar o próprio "cacife" para fazer frente a futuras barganhas e alianças. Tal concepção da realidade somente tem encontrado abrigo em mentes apequenadas, incapazes de ultrapassar os umbrais do próprio fisiologismo rasteiro, mentes que costumam atribuir aos outros os próprios defeitos.

O PL, ao contrário, além de previligiá-lo em embate democrático pautado pela ética e assentado nas idéias, não compartilha dos receios despropositados que têm assaltado alguns setores de nossa sociedade, notadamente os mais conservadores, no que respeita à possibilidade de vitória do candidato Lula.

Assim, não se justifica que componha alianças absurdas, como é o caso de algumas das que se vêm tramando, apenas em função de conveniências conjunturais e eleitoreiras, tal como a de reverter o quadro desenhado pelas recentes pesquisas de opinião. Essas coligações esdrúxulas irão criar a mais completa confusão ideológica de que já se teve notícia, na história da República, forçando a união entre partidos sem qualquer convergência programática. Nunca é demais trazer à memória os tristes anos da segunda metade da década anterior, marcados por impasses e pelo imobilismo decorrentes da heterogeneidade da malfada "Aliança Democrática".

O PL foi buscar em seus quadros aquele que no momento reúne as qualidades necessárias para governar o Brasil, e apresenta ao eleitorado brasileiro o seu candidato: o nobre Deputado Flávio Rocha. Trata-se de um jovem, empreendedor, dinâmico e cheio de energia, dotado de idéias liberais, preocupado com os problemas nacionais e corajoso o bastante para, diante da falência evidente das soluções tradicionais, defender idéias ousadas e inovadoras como as que embasam a proposta do chamado "Imposto Único".

O Deputado Flávio Rocha é o autor da emenda constitucional que pode ordenar, de uma vez por todas, o conhecido caos tributário nacional, substituindo por um único imposto toda a parafernália que hoje congestionava as empresas e a máquina arrecadadora governamental.

Quero, portanto, neste momento, Senhores, prestar a mais calorosa saudação, pela sensibilidade, aos meus correligionários que souberam captar o sentimento da população e escolher o candidato em melhores condições para atender a seus anseios.

Apesar de não estar ainda despontando entre os primeiros colocados, nas pesquisas de opinião, o candidato do PL tem excelentes condições para progredir, seja por suas características pessoais, bastante positivas – que ainda mais se destacam, em face da carência de liderança que caracteriza a atualidade política – seja por contar com um partido bem articulado e reconhecido por seu comportamento ético irrepreensível.

A história, ademais, já demonstrou que nem sempre o candidato em melhor posição nas pesquisas no início da campanha é aquele que acaba por vencer o pleito.

O Partido Liberal, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez participa da eleição presidencial com candidato próprio, disposto a contribuir para o engrandecimento do País e para o fortalecimento de nossa democracia.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Élio Dalla-Vecchia.

O SR. ÉLIO DALLA-VECCHIA (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas,

têm conhecimento V. Ex.^{as} que, desta tribuna, já falaram, no passado e no presente, muitos Deputados e Senadores acerca da problemática da educação em nosso País. Mais uma vez, esperando que este discurso não caia no vazio, mas desperte a atenção dos meus colegas Congressistas, vou tentar sensibilizá-los para uma tomada de decisão em prol da educação no Brasil, a fim de que possamos fazer, enquanto Parlamentares que somos, algo para tirar o País do caos social em que ele se encontra.

Já é sabido que a educação de um povo constitui uma importante ferramenta possibilitadora do desenvolvimento sócio-econômico, político e cultural do país. Sem uma educação de qualidade, nenhuma nação chegou a seu pleno desenvolvimento e conseguiu atingir os patamares da cultura e da civilização.

Recentemente, foi lançado pela Editora Rocco um brilhante estudo sobre a situação educacional do País, intitulado "Educação Brasileira: consertos e remendos", de autoria do Prof. Cláudio de Moura Castro, que eu sugiro a sua leitura a todos interessados na solução de nossos problemas sociais. Neste livro, este educador de renome internacional, que hoje é assessor para a área de recursos humanos do Banco Mundial, faz um alerta para o futuro do País que se quer construir. São suas as seguintes palavras:

"Os países que cuidam bem da sua educação são justamente aqueles que estão tendo sucesso econômico. Isto é ainda mais verdadeiro hoje com a adoção crescente de formas de organização complexas e novas tecnologias de produção. Países como o Brasil, que iam razoavelmente bem, apesar de seu fraco desempenho educativo, não parecem ter hoje as mesmas chances de êxito. Não é novidade e nem segredo que a educação é importante para o desenvolvimento de um país. No entanto, jamais levamos isto a sério. Deitado em berço esplêndido, tendo Deus como conterrâneo, achamos que era só investir em maquinaria e estradas."

Na verdade, diferentemente de outros países que entenderam a importância da educação enquanto mola propulsora do desenvolvimento, no Brasil, a política educacional nunca foi meta prioritária de governo no rol das diversas ações públicas estatais. Se não, vejamos, através de uma breve incursão na História da Civilização Ocidental, da qual somos herdeiros imediatos.

Já em pleno século XVII, mais precisamente em 1640, ocorria na Inglaterra a primeira revolução burguesa do mundo ocidental, que instituiu a monarquia parlamentar e que passou à História com o nome de "Revolução Gloriosa". Este movimento, além de ter posto fim ao governo absolutista inglês, trouxe em seu bojo duas importantes medidas para a construção da nação britânica que então emergia: a universalização do ensino e a secularização do conhecimento científico.

Pioneiramente, os revolucionários ingleses pregaram, o que era inédito até então, Srs. Congressistas, a educação para todos até os dez anos de idade, inclusive para as mulheres, que anteriormente não tinham acesso ao ensino e eram marginalizadas na sua condição social. Em relação à ciência, os ingleses libertaram-na da clausura livresa e da tutela clerical. Com isto, estavam lançadas as bases do nascimento de uma nova nação, calçada na valorização da educação e do conhecimento científico.

Muitos dentre V. Ex.^{as} talvez desconheçam que foi exatamente isto que fez com que a Inglaterra se tornasse o primeiro país europeu a se industrializar em pleno século XVIII. A partir de então, a Inglaterra, com a Revolução Industrial pioneira passa a dominar "terras e mares" durante o século XIX.

Posteriormente, outros países, até então presos à cultura

feudal do "Ancien Régime", entenderam que a educação constituía a base para a edificação de uma nação moderna. Foi o caso da França e da Prússia, que universalizaram a educação como chave para o igualitarismo entre os homens e a construção da cidadania. Até mesmo o Japão, país de cultura milenar, acabou praticamente com o analfabetismo em 1860, por ocasião da chamada "Revolução Educacional Meiji", por entender que sem a universalização do ensino jamais poderia, com seu pequeno território, concorrer economicamente em pé de igualdade com outros países.

E o Brasil, meus caros Deputados? Infelizmente, a revolução educacional e pedagógica, que tanto almejamos, ainda está por acontecer. Diferentemente dos outros países, como dizíamos, o Brasil nunca conseguiu fazer da educação uma meta prioritária de governo, o que pode ser atestado pela análise de nossa evolução política.

Historicamente, pela sua condição de colônia portuguesa, o Brasil não sofreu a influência das revoluções liberais do século XVIII, sobretudo no tocante à educação como direito de cidadania. Ao contrário, pode até creditar seu atraso educacional, em grande parte, a essa origem. A educação que aqui chegou através dos padres jesuítas era de caráter elitista e excludente. Apenas os filhos das famílias abastadas, pertencentes à aristocracia rural agrário-exportadora, tinham acesso ao ensino então ministrado. Calçado nos dogmas conservadores da Contra-Reforma Católica e não nas idéias liberais do Iluminismo, o ensino jesuítico nunca se preocupou realmente com a educação da população como um todo. Aliás, éramos uma sociedade escravista, montada sob o latifúndio monocultor, e não interessava ao Estado Metropolitano Português a formação de uma burocracia eficaz e a existência de mão-de-obra qualificada.

A verdade é que, como diz o ditado popular, ruim com os jesuítas, pior sem eles. Com a expulsão desses missionários do território brasileiro, através de decisão do Marquês de Pombal, a educação brasileira sofreu um violento golpe. A nossa primeira reforma educacional não foi feliz ao substituir os jesuítas por professores leigos mal-remunerados e completamente despreparados para o exercício do magistério. Já nos séculos XVIII e XIX, nossos problemas educacionais, decorrentes em grande parte da burocracia estatal, começavam a ficar semelhantes aos atuais: desvalorização dos profissionais de ensino mediante baixos salários e condições aviltantes de trabalho.

Podemos dizer, nobres colegas, que, até hoje, nunca houve no Brasil uma tentativa séria de se promover um pacto social entre Governo, partidos políticos e diversos segmentos da sociedade civil organizada em torno do problema educacional, que complementasse a formação do Estado Nacional Brasileiro numa democracia cidadã. Nunca se pensou na educação como componente de um projeto nacional, que envolvesse toda a sociedade brasileira, independentemente, dos diferentes vieses político-ideológicos existentes.

Sem nenhum demérito, somos capazes de nos mobilizar em prol de uma campanha contra a fome, mas não nos preocupamos o suficiente com a chamada "mortalidade educacional", que nega acesso a 3,5 milhões de crianças brasileiras em idade escolar a qualquer tipo de educação formal. Somos modernos o bastante para lutarmos contra a extinção do "mico-leão-dourado", mas não nos importamos com a falência de nossas universidades, instituições e centros de pesquisa e a destruição do patrimônio histórico-cultural brasileiro.

Voltemos à História, caros colegas, que é fonte de infinitas lições. Na passagem da Monarquia para o regime republicano, a

instauração de uma nova forma de governo não propiciou o status de cidadão aos brasileiros. Se o que distingue, como sabemos, um cidadão de um não-cidadão é exatamente a fruição de determinados direitos, o direito à educação ainda constituía, nessa época, privilégio de poucos.

Já na década de 50, no mundo do pós-guerra, o programa de governo, alicerçado numa economia de substituição de importações, trouxe tecnologias já prontas a serem absorvidas pela indústria brasileira. Mais uma vez não se cuidou da educação de massas da população como um todo.

O Golpe Militar de 1964, que tantas consequências maléficas trouxe à Nação, deixou também um saldo negativo no plano educacional. O Governo que se instaura, impregnado da ideologia de segurança nacional, pretendia forjar uma Nação moderna, com grandes planos, metas e projetos elaborados nos gabinetes dos tecnocratas de plantão e ideólogos do regime. Só que a tão pretendida modernização não passava pela educação. Resumia-se a projetos faraônicos. Obras de grande infra-estrutura, que apenas exigiam competência gerencial e tecnológica da elite dirigente. A consequência de tudo isto nós já sabemos: a fantástica expansão do ensino superior, sobretudo do setor privado, em detrimento da qualidade do ensino médio e fundamental.

Hoje, ano de 1994, no limiar do terceiro milênio, vemos-nos estarrecidos com os recentes números e dados estatísticos divulgados por diversas instituições de pesquisa, que nos dão mostra dos principais problemas educacionais brasileiros a serem enfrentados, se quisermos sair do impasse em que nos encontramos e, conseqüentemente, não perdermos o "bonde da História".

Embora saibamos que os vários problemas educacionais do País estão, de certa forma, inter-relacionados, para facilitar nossa argumentação, tentaremos agrupá-los em 7 pontos capitais. Vejamos, pois, cada um de per si:

1. Crianças em Idade Escolar Fora da Escola:

A Constituição de 1988 preceitua que a educação é "direito de todos e dever do Estado". E na prática? No Brasil, muitas crianças ficam fora da escola, porque não há vagas, e aí se estabelece o círculo vicioso da ineficiência do ensino: não há vagas porque o índice de repetência é muito elevado, e o índice de repetência é elevado porque o ensino é ineficiente.

A década de 90 começou com aproximadamente 4 milhões de crianças de 7 a 14 anos de idade fora da escola. Grande parte dessas crianças é formada por ex-alunos, precocemente "abortados" pelo sistema de ensino formal. Essas crianças, que deveriam estar na escola, encontram-se, muitas vezes, nas ruas, compondo parte do contingente de menores carentes, envolvendo-se no mundo do crime, da prostituição e da marginalidade social. Outras estão trabalhando em regime até mesmo de escravidão, pois na sua maioria são provenientes de famílias pobres, que necessitam do trabalho infantil para complementar a baixa renda familiar, embora, como sabemos, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbam o trabalho antes dos 14 anos. Sobre isto, este mês, a revista *Nova Escola* publicou reportagem de capa, com o título *A Infância Perdida*, dando conta de trabalho escravo de crianças em algumas regiões do País.

Vejamos um trecho desta reportagem, Srs. Congressistas:

"Mais de 7 milhões de crianças brasileiras trabalham nas carvoarias de Mato Grosso do Sul, nos ca-

naviais de Pernambuco, nas lavouras de café de Minas Gerais. Muitas, como escravas. Sem direito à escola, brinquedos, descanso nem alimentação adequada. Somente na Zona da Mata de Pernambuco, que abrange 52 municípios, 59,10% das crianças e adolescentes não sabem ler. E o que é mais gritante: 76% dos pais dessas crianças são analfabetos."

2. Elevado índice de evasão e repetência escolar: Aliado ao número de crianças que estão à margem do sistema educacional formal, as poucas crianças que adentram a escola acabam sendo expulsas. A taxa de evasão atinge em média 24% nas primeiras séries e 20% na 5ª série do ensino fundamental. Por sua vez, a taxa de repetência ainda é maior: em nosso País, 97% dos alunos repetem de ano em alguma série do ensino de 1º grau. Conclusão: 60% dos alunos que se matricularam na primeira série da escola fundamental não conseguem terminar a 8ª série.

3. Baixa Taxa de Escolarização:

A taxa de escolarização do brasileiro é uma das mais baixas do mundo. Em média, o brasileiro frequenta apenas por três anos os bancos escolares. Ainda mais: de cada 1.000 alunos que entram no 1º grau, apenas 63 concluem o 2º grau, 48 entram na universidade e oito concluem o curso superior. No atual ritmo de escolarização, o Brasil chegará ao ano 2000 com 41,9 milhões de analfabetos.

4. Má qualidade do ensino público:

A maior parte dos alunos que consegue terminar a 8ª série não chega a dominar nem 50% do conteúdo do currículo das disciplinas básicas, possui graves limitações no uso da Língua Portuguesa, dificuldades de expressão oral e escrita, de raciocínio e compreensão lógica. A qualidade do nosso ensino já é motivo de vergonha nacional, Srs. Congressistas. Duas instituições internacionais, especializadas na preparação e análises de testes educacionais – a "International Assessment of Educational Progress" e a "Educational Testing Service" – realizaram conjuntamente uma pesquisa internacional de avaliação escolar em duas disciplinas do ensino básico, no caso, Matemática e Ciências, em 20 países de diferentes continentes. O resultado revelado é preocupante e mereceria as primeiras páginas dos jornais. No entanto, como a educação do País ainda não é capaz de sensibilizar a opinião pública nacional, um assunto de tamanha importância passa despercebido pela mídia. Nesta avaliação do ensino, o Brasil ficou em penúltimo lugar, à frente apenas de Moçambique, um dos países mais pobres da África e que se encontra atualmente em guerra civil. Interessante observar, meus caros colegas, é que as melhores médias foram obtidas por estudantes de países em que há um investimento maciço em educação, no caso, os Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Formosa, Cingapura, Tailândia, entre outros).

5. Expressiva taxa de analfabetismo:

A par de todo o esforço, o Brasil conta ainda com um expressivo contingente de subcidadãos – os analfabetos. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chegamos à década de 90 com cerca de 18,4% da população com mais de 14 anos analfabeta. Mais precisamente, em 1990, o número de analfabetos do País era da ordem de 17.732.629 habitantes. Se tomarmos os padrões da UNESCO, esse índice aumenta consideravelmente, pois as estatísticas oficiais não levam em conta o fato de que existem 60% de brasileiros que, considerados alfabetizados, não conseguem entender um texto simples, escrever um bilhete ou fazer contas aritméticas fundamentais. São os chamados "analfabetos funcionais". Se persistir essa situação, somente no ano 2100, o Brasil terá

95% de uma geração com o 1º grau completo, e, apenas no ano 3080, 90% dos brasileiros terão concluído o 2º grau, índices, é bom frisar, Srs. Congressistas, já alcançados pela maioria dos países desenvolvidos e, pasmem, por países considerados do Terceiro Mundo, a exemplo dos Tigres Asiáticos.

6. Desvalorização do profissional de ensino:

Baixos salários, condições de trabalho degradantes e desprestígio sócio-profissional rondam a vida de milhares de professores por esse Brasil afora. A consequência, mais uma vez, recai sobre a qualidade do ensino, comprometendo-o sobremaneira.

Segundo dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Brasil paga em média o equivalente a 80 dólares mensais a um professor do ensino fundamental. Este salário, para termos uma idéia, é menor do que os pagos por outros países mais pobres, como a Índia e o Paquistão, que remuneraram seus professores entre 125 e 200 dólares mensais. Aliado aos poucos salários, os docentes não são contemplados por parte do Governo com uma política eficaz de recursos humanos que os instrumentalizem melhor para o exercício do magistério, pois, se não sabem, Srs. Congressistas, de seus 1,3 milhões de professores, aproximadamente um quarto não tem sequer o segundo grau completo, ou seja, são "professores leigos".

As péssimas condições de trabalho dificultam, também, o trabalho docente. A Fundação Carlos Chagas constatou que, somente nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Maranhão, 15,1% das salas de aula não dispunham de mesa para o professor.

7. A malversação dos recursos financeiros na educação:

Gastando cerca de 3,4% do seu PIB com educação, o Brasil está mal situado nas estatísticas internacionais, ficando abaixo de países como Coreia do Sul, Eslovênia, Jordânia e Formosa. Os Tigres Asiáticos, além de outros do Terceiro Mundo, que até muito recentemente estavam em situação pior do que a do Brasil, experimentam hoje um desenvolvimento significativo, como consequência direta dos investimentos que fizeram em educação nas últimas décadas.

Neste sentido, alguns educadores consideram que o Brasil já perdeu esse século, estando com o futuro ameaçado, caso não venha a investir maciçamente numa educação básica de qualidade nos próximos anos. A decisão é essencialmente política e está em nossas mãos. O país tem a educação que quer! Além dos poucos recursos destinados à educação, ocorre, também, a má utilização das verbas, por força da estrutura centralizadora e burocratizante do Poder Público. Exemplo notório da malversação dos recursos se dá com os programas assistencialistas, com objetivos eleitoreiros, como o da merenda escolar, que desviam verbas que deveriam ser investidas em educação. Assim, em muitas escolas do País chega a merenda escolar e falta material de ensino-aprendizagem para alunos e professores. Outro exemplo: nos últimos três anos, o Brasil gastou 403 milhões de dólares para construir 260 CAIC (Centros de Atenção Integral à Criança) a um custo de 1,5 milhão de dólares a unidade (quase três vezes mais do que o projeto original). O problema é que até agora apenas 41 estão funcionando efetivamente. Conclusão: As construções de escolas atendem mais aos interesses das empreiteiras e das lideranças políticas locais do que às reais necessidades da clientela.

No entanto, não devemos imputar apenas ao Poder Público a culpa pelo fracasso de nosso sistema educacional. Todos temos uma parcela de responsabilidade nesta história, sobretudo as elites

dominantes do País que teimam em persistir com um modelo de desenvolvimento sócio-econômico excludente e concentrador de riquezas. O descaso para com a educação está presente também nesta Casa Parlamentar, Sr. Presidente. Até hoje, não fomos capazes e suficientemente competentes para dar à Nação a tão esperada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a nova LDB, que o País tanto espera. Há exatamente seis anos tramita no Congresso este projeto de lei. A sociedade brasileira está ansiosa para sua "Constituição Educacional", pois a legislação vigente nesta área já não mais condiz com a realidade social do País.

Neste sentido, concito a todos os Parlamentares presentes que enviem esforços no sentido de, ainda nesta legislatura, junto às suas Lideranças partidárias, votarmos esse projeto de lei, já aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara e que se encontra atualmente no Senado Federal. Vale ressaltar que, pela primeira vez nesta Casa, um projeto de lei foi tão amplamente discutido, com a participação de amplos setores da sociedade, e a sua promulgação, ainda este ano, trará, com certeza, um alento ao tão combatido sistema educacional brasileiro.

Quando será, meus caros Senadores e Deputados, que a educação em nosso País se tornará, de fato, prioridade nacional? Quando seremos capazes de entender que, sem um mínimo de educação a ser assegurado a todos os brasileiros como direito fundamental, nós não sairemos do caos social em que nos encontramos? Que sem uma educação de qualidade o Brasil jamais ingressará no mundo da modernidade e da conquista da democracia? Como imaginar o desenvolvimento do País com estes indicadores educacionais? Como criar condições de exercício de plena cidadania a todos os brasileiros sem ter a educação como prioridade máxima?

Finalmente, Sr. Presidente e demais Parlamentares aqui presentes, como Deputado de um partido progressista e que tem na educação uma de suas bandeiras de luta, espero que, apesar das diferenças ideológicas que nos separam, possamos chegar, na atual conjuntura brasileira, à mesma conclusão do Dr. David Keames, presidente de uma das maiores multinacionais – a Xerox Corporation –, ao afirmar convictamente que:

"A educação não deve competir com a defesa nacional, com o déficit no balanço de pagamentos, com a luta contra as drogas ou a AIDS. Pensemos na educação como uma solução para estes problemas." Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Augusto Carvalho.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PPS – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Congressistas, em edição recente, o *Jornal de Brasília* trouxe reportagem sobre a existência de trabalho virtualmente escravo, a que estão sujeitos centenas de menores do Município de Pirenópolis, Estado de Goiás.

Mais grave ainda: esse trabalho realiza-se nas condições mais perversas, num setor dos mais árduos, que maior esforço exige: o da quebra de pedras.

É revoltante! As rochas de pedras ornamentais constituem uma das maiores fontes de riqueza do Município, que, aliás, é o proprietário das terras onde ocorre esse tipo de trabalho. Mas é lamentável saber que essa fonte de riqueza se transforma na mais desumana das explorações, que é a do trabalho do menor.

Sr. Presidente, durante os trabalhos da Constituinte, procuramos, em todas as instâncias, elevar a idade mínima para o aproveitamento do trabalho do menor. Neste caso específico, o Brasil está muito atrasado. Enquanto em quase todos os países a tendência é fixar esse limite nos dezesseis anos, a idade média em que o menor termina o 1º grau, aqui, pela Constituição de 1967, tal idade era de apenas doze anos. Conseguimos elevar essa idade mínima para quatorze anos, mas esse avanço se frustrou, já que, à idade limite, a Constituinte acrescentou a expressão "salvo na qualidade de aprendiz", que, a rigor, torna inexistente qualquer limitação. Isto porque basta ao empregador dizer que o menor lhe presta serviço na condição de "aprendiz" para poder ter como empregados menores de quatorze anos.

É certo, também, que, na mesma Carta, o art. 227 reforça bastante a luta dos que querem, como nós, impedir a todo custo tal tipo de abuso. Aquele dispositivo constitucional estabelece:

"Art. 27. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Nada mais claro, mais objetivo e capaz, portanto, de incriminar todos os que, em Pirenópolis, que é nosso exemplo, e no resto do País, pretendem acumular mais riquezas à custa de tal indignidade.

E não é só. Já em 19 de julho de 1990 dava-se a publicação a Lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, que, entre outras importantes disposições, exige que cada Município trace sua própria política de proteção ao menor e ao adolescente, uma política que, em hipótese alguma, pode ferir o disposto no já mencionado art. 227 da Constituição.

Sr. Presidente, além da denúncia, queremos fazer um apelo ao Ministério do Trabalho, diante da reportagem do *Jornal de Brasília*, para que procure, se ainda não o fez, coibir, de pronto, que sigam aqueles menores sofrendo tal tipo de exploração criminosa.

Mas gostaríamos de fazer agora um outro apelo, este dirigido diretamente ao Sr. Sizenando Jaime Filho, Prefeito de Pirenópolis, cidade de tanta importância histórica e turística, no sentido de que defina, com toda a urgência, a política municipal para o atendimento dos menores ali residentes. E se isso já tiver sido feito, que se empenhe, com a disposição a mais humanitária possível, para que ela se cumpra com todo o rigor, tudo em benefício da criança e da comunidade, que não pode aceitar estar sendo apontada como conivente com isso que somente se pode considerar um crime contra o menor.

Estamos certos, Sr. Presidente, de que estas nossas palavras de denúncia e de revolta encontrarão eco no espírito solidário da gente de Pirenópolis.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Valdemar Costa Neto.

O SR. VALDEMAR COSTA NETO (PL – SP. Pronun-

cia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o genial cineasta japonês Akira Kurosawa, na sua obra-prima "Dersu Uzala", conta-nos a história de um homem simples, mas de tal forma integrado na paisagem humana que era capaz de deixar alimentos e agasalhos numa cabana remota e quase inacessível, para o caso de alguém, um dia, nela buscar abrigo, tendo fome e frio. Alguém a quem jamais veria, que nunca lhe agradeceria o bom ato, de quem nada poderia esperar, alguém a quem talvez salvasse pelo simples amor à humanidade em si.

Venho hoje aqui homenagear um conterrâneo de Kurosawa, que se fez brasileiro por opção e que é um desses anônimos Dersu Uzalas que amam um gênero à humanidade.

Seu nome é Fumio Horii. Certamente ninguém neste plenário o conhece, mas ele não se importa com isso. É provável que muitos em Mogi das Cruzes, sua cidade, não o conheçam, mas ele também não se importa com isso. Tenho certeza de que também muitos dentre os que desfrutaram de suas boas obras não o conhecem, mas nem com isso ele se importa.

Fumio Horii é a prática viva da máxima de Jesus Cristo que manda a mão esquerda ignorar a caridade que fez a mão direita.

Nos dias de hoje, entretanto, o mundo está mudando. A humanidade parece que se divorciou do seu senso de bondade e justiça, convergindo para o egoísmo sem limites dos indivíduos.

Mas, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, quem é, afinal, Fumio Horii?

Fumio Horii não é um grande político, um reconhecimento intelectual, um inventor criativo ou um poeta consagrado. Não é um escritor, um cientista, um artista, um jogador de futebol...

Fumio Horii é um homem simples, pouco letrado, que mal terminou o curso primário. Nasceu em Hiroshima, no Japão, em 1933, e veio para o Brasil, com os pais agricultores, aos três anos de idade. Nasceu japonês e é brasileiro: daquela boa e rara cepa dos bons brasileiros. Casou-se com o D. Fusako Morikawa Horii e apresentou o Brasil com mais cinco brasileiros: Hissao, Kazuto, Mauro, Mirian e Marli, seus filhos. E por que, Sr. Presidente, subo a esta tribuna para homenagear um homem tão simples?

Hoje, os valores estão invertidos. Não se compreende que se possa enaltecer uma pessoa de bem, preferindo-se cobrir de louvores aqueles que detêm o poder político, o poder econômico, ou quem se faça conhecido pela mídia eletrônica no mundo das artes, dos esportes, das comunicações de massa...

Fumio Horii, entretanto, é um cidadão anônimo. Mas dentro desse anonimato, exibe uma dimensão de espírito, uma sensibilidade social e um senso de amor ao próximo tão desenvolvido que o faz muito mais que merecedor desta justa homenagem.

Seria cansativo enumerar aqui o rol de atividades benéficas que podem ser creditadas a Fumio Horii. Atividades e ações a que nunca foi obrigado ou compungido, mas fruto de um profundo sentimento de solidariedade para com o ser humano e a comunidade.

Fumio Horii, Sr. Presidente, tornou-se um empresário bem sucedido, mas não monopolizou os resultados de seu sucesso. Para citar apenas alguns exemplos, contribuiu com valores e serviços para o Hospital Nipo Brasileiro de São Paulo, o Sanatório São Francisco Xavier, de Campos de Jordão, a Associação Cultural de Mogi das Cruzes, a Associação Rural de Pindorama, o que permitiu ou viabilizou a construção da via de

acesso ao campo de baseball de Bunkyo, sede para idosos, construção de campo de gate-ball, terraplenagem de campos de atletismo, construção de sede do ginásio de esportes de Bunkyo. Como disse, lembro esses fatos apenas para citar alguns exemplos conhecidos de suas obras.

Esta homenagem, Srs. Deputados, não se ampara tão somente na profunda amizade pessoal que dedico a Fumio Horii. Tem o endosso da Associação Cultural de Mogi das Cruzes, que reconhece o elevado senso de altruísmo dessa personalidade que prefere permanecer anônima, que não gosta de aparecer, apesar de serem bem visíveis os resultados de suas boas ações sociais.

Esta, Sr. Presidente, é uma atividade beneficente incógnita. Não há um reconhecimento público apenas porque um homem pratica sistematicamente o bem, ou porque se immanou com a sua comunidade e comunga, sem mandato ou pretensão política, com os anseios de sua coletividade, sem esperar prêmios, sem aspirar, sequer, por consagrações pelos seus atos no meio em que vive.

Por isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, registro, desta tribuna, a minha homenagem a este grande homem que, através de seus atos, justifica de sobejo o dito popular de que "o homem se mede pelas suas atitudes". Por isso, Fumio Horii é um grande homem.

Parabéns a Fumio Horii.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista César Souza.

O SR. CÉSAR SOUZA (Bloco Parlamentar – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, uma equipe que, chefiada por um aposentado incorruptível, possibilitou diretamente, pela sua atuação, uma economia de 107 bilhões de dólares aos cofres da União, está prestes a acabar. Ela combate diretamente uma das maiores e mais eficientes máfias que assaltam cofres públicos, não é essa a causa de sua eminente dissolução; a causa é um prosaico detalhe legal.

A equipe da Inspeção-Geral do INSS, apelidada de "Os Intocáveis", é formada por contadores, médicos e advogados, e hoje conta com mil pessoas sob o comando do inflexível funcionário aposentado do Ministério da Saúde João Ignácio. Sua atuação implacável permitiu o cancelamento de 92.500 benefícios em todo o Brasil, a denúncia contra 47 funcionários e, especialmente, uma economia de 107 bilhões de dólares para os cofres públicos.

Esse gigantesco trabalho de limpeza na área infectada da Previdência Social está sob risco de acabar, todavia, por força de um detalhe legal.

Criada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993, a Inspeção-Geral pode acabar por força de um detalhe da Lei nº 8.745, de dezembro de 1993, que define as regras para contratação de serviços em caráter emergencial. Por força dessa lei, os contratos dos "intocáveis" não poderão ser renovados, e um trabalho absolutamente fundamental para o Brasil pode acabar.

A sugestão de alteração do dispositivo que impede a recontração já está com o Ministro Sérgio Cutolo há meses, e ainda não foi despachada.

Num País como o nosso, tão carente de mecanismos contra a corrupção que, comprovadamente, funcionem, especialmente na Administração Pública, na área da Previdência Social,

permitir que seja extinta a equipe da Inspetoria-Geral, a equipe dos "intocáveis", é escancarar novamente as portas da Previdência aos salteadores, contidos que foram, nos últimos meses, pelo trabalho sério e implacável desses homens e mulheres determinados.

A Inspetoria-Geral do INSS precisa ter toda a sua equipe recontratada. O brilho de seu trabalho não pode ser ofuscado por um óbice legal. O trabalho dos "intocáveis" do INSS precisa urgentemente ser assegurado, para que pelo menos um pouco de tudo o que se rouba do Governo seja recuperado, para que pelo menos uma parcela dos recursos públicos desguarnecidos, à disposição dos ladrões, seja protegida.

Já foram analisados 893 mil processos de benefícios pela equipe comandada por João Ignácio. Destes, 70 mil era fraudados.

Há, ainda, 14 milhões de benefícios a serem analisados, e os "intocáveis" presumem que haja, dentre eles, mais 840 mil fraudes.

Com tanto a fazer, essa equipe precisa ser mantida, para que os assaltantes dos cofres públicos não consigam uma importante vitória por via indireta.

Que seja garantida a continuidade do trabalho dos "intocáveis" do INSS.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta)– Concedo a palavra ao nobre Congressista Renildo Calheiros.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PC do B – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, venho a esta tribuna hoje por dois motivos: para fazer um registro sobre o desempenho de projetos na área da saúde pública e para deixar registrada minha indignação com a falta de compromisso de gestores públicos com esses mesmos projetos, ou, quem sabe, a incapacidade de lutarem contra as ingerências políticas nocivas.

Os projetos aos quais me refiro são partes integrantes do Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste – Projeto Nordeste, denominados Projeto Nordeste I e II – Ações de Saúde no Nordeste Rural, com financiamento do Banco Mundial.

Estes projetos visam melhorar a rede de serviços e de instalações de saúde; atendimento integral à mulher, criança e adolescente, controle de doenças infecciosas, otimização do sistema ambulatorial e médico-hospitalar e em especial apoio à descentralização das ações de saúde e o fortalecimento do SUS – Sistema Único de Saúde.

Desde 1987 até 1992, fim da era Collor, decorridos seis anos do acordo de empréstimos, o índice de execução do Projeto Nordeste I era 43%. Já na gestão de Itamar Franco, em apenas um ano (1993), apresentava um desempenho de 11%. Quanto ao Projeto Nordeste II, no período 1990/1992 foram executados apenas 10%, ao passo que em 1993 os mesmos 10% foram alcançados.

É curioso, ainda, observar o desempenho por Estado (anexo I) até o final de 1993, pois a estratégia gerencial utilizada visava atuar descentralizadamente, fortalecendo a ação estadual e municipal referenciada na política do SUS. Cumpre ressaltar ainda que a programação de gastos era feita em conjunto com cada unidade federada, respeitando as suas deman-

das e seu nível de desempenho, prática esta implantada a partir da gestão do Dr. Jamil Haddad, ex-Ministro da Saúde, e cumprida rigorosamente pela equipe por ele indicada para comandar os projetos. Em nenhum momento, conforme vários depoimentos de Secretários Estaduais de Saúde, de diretores de planejamento, de técnicos dos projetos e do próprio Banco Mundial, o critério para a programação atendeu meramente a interesses político-partidários ou religiosos.

Como se pode observar (anexo II), a programação para 1994 apresenta uma configuração por Estado, equilibrada e, principalmente, condensada com os dirigentes estaduais.

O desempenho dos Projetos Nordeste I e II tomou grande impulso de um ano para cá, e inexplicavelmente o Ministro Henrique Santillo tomou a infeliz decisão de romper com todo um trabalho que vinha sendo desenvolvido por uma equipe competente e que, sem maiores explicações, foi privada de uma gerência comprometida e altamente qualificada. Este fato foi recebido com espanto e frustração não apenas pela equipe técnica e diretiva do próprio Ministério da Saúde, mas também, e principalmente, por todos os Secretários e gerentes estaduais, membros do Conselho Nacional de Saúde e dirigentes do Banco Mundial.

É neste momento que desejo mostrar minha total perplexidade com o fato e com a decisão do Ministro Henrique Santillo, que sem razões técnicas exonerou o Gerente dos Projetos Nordeste I e II, Dr. Dalvino Troccoli Franca.

Pergunto, Sr. Presidente, até quando servidores públicos dedicados e competentes serão desrespeitados e, sobretudo, até quando o desenvolvimento de projetos prioritários e com índices de bom desempenho serão prejudicados pela insanidade política ou em nome de interesses duvidosos, em prejuízo de uma população desassistida e carente do nosso Nordeste. São essas atitudes que demonstram que nossa elite política – como é sabido neste caso, parte da cúpula do Partido Popular (PP), por motivos escusos de alguns de seus membros e sem nenhum interesse de realmente atender à população carente – toma decisões arbitrárias e politiquieiras, prejudicando a continuidade desses projetos, que vem melhorando a oferta dos serviços de saúde em aproximadamente 720 Municípios da região Nordeste.

Estas informações sobre os resultados estão evidenciadas nos relatórios técnicos e gerenciais aos quais tive acesso e também através de depoimentos.

É por este motivo que decidi vir a esta tribuna para deixar o meu protesto e a minha indignação contra mais um ato clientelista de um partido político que não soube reconhecer os méritos de um trabalho realizado e que lamentavelmente ainda encontra espaço para tais manobras, prejudicando o andamento de um trabalho conseqüente e sobretudo vital à população a que ele se destina – crianças, mulheres e adolescentes do Nordeste rural.

ANEXOS AO DISCURSO DO SR. CONGRESSISTA RENILDO CALHEIROS:

PNEI.XLS

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESPECIAIS DE SAÚDE
PROJETO NORDESTE

Terceira distribuição de Recursos Orçamentários, das fontes 148 e 100
para o exercício de 1994, por estado e elemento de despesa - PNE I
Período: Abril - Maio - Junho

Em Cr\$ 1,00

ELEMENTO DE DESPESA	34.30.41 - TRANSFERÊNCIA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL - CONTRIBUIÇÕES			45.30.42 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL - AUXÍLIOS			TOTAL
	(DESPESAS CORRENTES)			(DESPESAS DE CAPITAL)			
ESTADOS							
	148	100	SUB - TOTAL	148	100	SUB - TOTAL	
BAHIA	1.200.000.000	261.536.750	1.461.536.750	2.000.000.000	235.153.914	2.235.153.914	3.696.690.664
MINAS GERAIS	1.148.192.000	248.584.750	1.396.776.750	2.000.000.000	325.153.914	2.235.153.914	3.631.930.664
PIAUI	1.000.000.000	211.536.750	1.211.536.750	2.413.420.000	277.948.258	2.691.368.258	3.902.905.008
RIO G. DO NORTE	1.200.000.000	261.536.750	1.461.536.750	3.000.000.000	338.666.914	3.338.666.914	4.800.203.664
TOTAL	4.548.192.148	983.195.100	5.531.387.000	9.413.420.148	1.086.923.100	10.500.343.000	16.031.730.000

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESPECIAIS DE SAÚDE
PROJETO NORDESTE

Terceira distribuição de Recursos Orçamentários, das fontes 148 e Contrapartida G. Estadual
para o exercício de 1994, por estado e elemento de despesa - PNE II
Período: Abril - Maio - Junho

Em Cr\$ 1,00

ELEMENTO DE DESPESA	34.30.41 - TRANSFERÊNCIA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL - CONTRIBUIÇÕES			45.30.42 - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL - AUXÍLIOS			TOTAL
	FONTE						
ESTADOS	(DESPESAS CORRENTES)			(DESPESAS DE CAPITAL)			
	148	G. ESTADUAL	SUB TOTAL	148	G. ESTADUAL	SUB - TOTAL	
ALAGOAS	1.433.000.000	159.222.223	1.592.222.223	3.593.000.000	898.250.000	4.491.250.000	6.083.472.223
BAHIA	1.518.000.000	168.666.666	1.686.666.666	5.000.000.000	1.250.000.000	6.250.000.000	7.936.666.666
CEARÁ	1.789.000.000	198.777.778	1.987.777.778	5.848.513.000	1.462.128.250	7.310.641.250	9.298.419.028
MARANHÃO	1.462.000.000	162.444.444	1.624.444.444	2.895.000.000	723.750.000	3.618.750.000	5.243.194.444
PARAÍBA	900.000.000	100.000.000	1.000.000.000	2.000.000.000	500.000.000	2.500.000.000	3.500.000.000
PERNAMBUCO	1.846.000.000	205.111.111	2.051.111.111	6.580.000.000	1.645.000.000	8.225.000.000	10.276.111.111
SERGIPE	1.594.586.000	177.176.222	1.771.762.222	2.420.449.000	605.112.250	3.025.561.250	4.797.323.472
TOTAL	10.542.586.000	1.171.398.444	11.713.984.444	28.336.962.000	7.084.240.500	35.421.202.500	47.135.186.944

BANCO MUNIÇAL

18 de abril de 1994.

Exmo. Dr. Henrique Santillo
Ministro da Saúde
Ministério da Saúde
Esplanada dos Ministérios
Bloco G - 6º andar - sala 640
CEP 70058-900
Brasília, DF
BRASIL

Prezado Dr. Santillo,

Chegou ao nosso conhecimento a informação de que o Ministério da Saúde tem a intenção de demitir o Sr. Dalvino Troccoli Franca do seu cargo de Gerente-Geral do Projeto de Serviços Básicos de Saúde para o Nordeste (Empréstimos 2699-BR e 3135-BR). Ainda que o Ministério detenha a prerrogativa de alterar a composição da Unidade de Gerenciamento do Projeto, nos casos em que houver constatação do desempenho insatisfatório das atribuições por parte dos indivíduos integrantes, temos, naturalmente, a preocupação no sentido de que as mudanças efetuadas em nível gerencial não afetem de forma adversa a qualidade e a continuidade da gerência do dito projeto. Conforme especificado na Seção 3.01 (f) do Acordo Legal referente ao Empréstimo No. 3135-BR ("deverá o Mutuário assegurar que o Gerente do Projeto seja, a todo momento, pessoa cujas qualificações e experiência sejam satisfatórias ao Banco"), solicitamos a V. Exª que nos forneça explicações mais detalhadas sobre o descontentamento do Ministério com relação ao desempenho do atual gerente do projeto, assim como o *curriculum vitae* de qualquer provável substituto.

Estamos ávidos para trabalhar com a Unidade de Gerenciamento do Projeto nos mecanismos de refinamento desenvolvidos durante o último ano, voltados para a melhoria da qualidade e para o progresso do seu desempenho. Dentre esses mecanismos, o mais notável foi o preparo de diretrizes detalhadas para revisão, que têm permitido aos membros da Unidade de Gerenciamento do Projeto avaliarem mais efetivamente os programas apoiados pelo projeto em cada um dos estados participantes. Da mesma forma, a referida Unidade de Gerenciamento do Projeto desenvolveu uma estratégia detalhada de IEC (Informação, Educação e Comunicação), que será extremamente útil para o monitoramento e para a avaliação dos programas inovadores de educação para a saúde conduzidos em muitos estados do nordeste. Esperamos que os demais membros da Unidade de Gerenciamento do Projeto, cuja familiaridade com os processos do projeto e

contato com cada um dos estado envolvidos não serão facilmente substituídos, continuem supervisionando as atividades do projeto.

Na esperança de manter estreita cooperação no alcance dos objetivos do Projeto de Serviços Básicos de Saúde para o Nordeste, aguardo pronta resposta de V. Exª.

Atenciosamente,

Robert Hecht
Chefe de Divisão (substituto)
Divisão de Recursos Humanos
Departamento de Estado I
Região da América Latina e Caribe

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Ernesto Gradella

O SR. ERNESTO GRADELLA (PSTU – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, depois de séculos de escravidão e colonização, um negro chega à presidência do mais rico País da África. Depois de um discurso alegre e conciliador, Nelson Mandela ainda ensaiou uns passos de dança diante das palavras de ordem de seus apoiadores.

O Congresso Nacional Africano teve uma vitória arrasadora de mais de 60%

Desde o início da colonização do país, no século XVII, os brancos basearam sua dominação na escravização, tratando os negros como animais. Depois inventaram o sistema do **apartheid** e dos bantustões, procurando transformar a minoria branca numa "maioria" rodeada de pseudopaíses negros tribais. A luta do povo negro minou este sistema racista e nazista.

Foi para evitar o golpe final que o último presidente branco, De Klerk, inventou a transição controlada. No seu plano figurava o fim do odioso **apartheid**, em troca da manutenção da maioria dos privilégios dos brancos, particularmente de seu poder econômico. Mas para que esse plano desse certo precisava da colaboração dos negros. Num primeiro momento De Klerk apostou em Mongosothu Buthelezi, o líder do Bantustão Kwa Fulu, disposto a fazer qualquer acordo para manter seu poder provincial. O partido de Buthelezi, o Inkata, foi financiado e incentivado pelos racistas brancos, mas fracassou em se firmar como opção nacional. Finalmente, os brancos apostaram na colaboração com Mandela.

O resultado deste processo é que a colossal vitória dos negros, a de elegerem seu primeiro presidente, foi falseada pelo próprio acordo de transição. Pisoteados durante séculos pelo **apartheid**, os negros não têm o direito de decidir se querem fazer uma república negra. Mesmo que o CNA tivesse tido uma vitória ainda mais expressiva, sempre estaria garantida a presença do partido nacional de De Klerk no Governo e do próprio ex-Presidente como vice de Mandela. O acordo garante a participação no Governo de todo partido que superar 5% dos votos e que o segundo mais votado tem direito a indicar o Vice-Presidente.

A essência do **apartheid** era a exploração e colonização capitalista. A vitória negra cria uma dinâmica irresistível contra o capitalismo, indissolivelmente ligado aos brancos. Não é possível dizer que os negros mandam no País se os brancos continuam possuindo 87% das terras e controlando praticamente todas as indústrias. O acordo garantiu com precisão a manutenção do poderio econômico do capitalismo branco. O próprio Mandela multiplicou as declarações tranquilizadoras, garantindo que não vai mexer nas propriedades brancas, que não vai estatizar as indústrias – velha bandeira de seu próprio partido. E, diante do resultado das eleições, estendeu a mão até ao partido nazista dos brancos africanos, acenando com a possibilidade de também este partido participar do Governo, mesmo tendo um resultado eleitoral de 3%.

As massas negras, terminada a comemoração da vitória, esperam agora o cumprimento das promessas de Mandela: emprego, moradia, terra e salário. Mas não é possível satisfazê-las mantendo intacto o capitalismo.

A reforma agrária, velha bandeira do CNA, será uma das primeiras cobranças do povo sul-africano a Mandela. O programa do CNA para a questão não poderia ser mais tímido: quer um terço da terra agricultável para ser distribuída aos negros, mas sem expropriar nenhum dos 60 mil latifundiários brancos, que, como já disse, detêm 87% da terra. Destes apenas um terço cultiva a terra, os outros vivem de subsídios e especulação. Como atender a maioria negra sem choques com a burguesia branca? Mandela fala em distribuir as terras do Governo. Mas essas representam apenas 1%

do que se precisa. Poderia então comprar as propriedades dos brancos. Mas, sem compulsão e a preços de mercado, a fatura sairia demasiado dispendiosa: calcula-se que 100 milhões de acres de terra, necessários para começar o plano de reforma agrária, valham em torno de 13 bilhões de dólares, sem contar a necessidade de treinamento e crédito aos camponeses negros.

Sr. Presidente, nós, do PSTU, defendemos que a vitória do povo negro e a eleição de Mandela não podem ser aplicadas pelos acordos que o CNA vem fazendo com os inimigos dos trabalhadores negros. É preciso avançar a luta para aprofundar as conquistas reivindicadas pelos negros, até a destruição do capitalismo e a construção de um governo dos trabalhadores e de uma república negra e socialista.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Jackson Pereira.

O SR. JACKSON PEREIRA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a **performance** dos órgãos do Poder Executivo na implementação de projetos com financiamento externo, principalmente os de irrigação, tem sido extremamente insatisfatória, fato que prejudica não somente a economia do País, que paga altas taxas de compromisso por um dinheiro que não se usa, mas também os beneficiários dos projetos.

Segundo especialistas no assunto e funcionários do Banco Mundial, um dos fatores que mais contribuem para esta ineficiência dos órgãos do Poder Executivo está na gerência desses projetos. Este fato se apresenta porque, por um lado, em muitos casos, esses projetos são entregues a profissionais sem as mínimas condições técnicas e de competência para exercer a função, e, por outro lado, há o problema da localização dessas gerências dentro da estrutura organizacional dos Ministérios.

Com a finalidade de contribuir para superar esta problemática, venho a esta tribuna para sugerir ao Exm^o Sr. Ministro Aluizio Alves que crie no Ministério da Integração Regional, no nível de Gabinete de Ministro, via portaria, uma Coordenadoria de Projetos Financiados com Recursos Externos, encarregada de gerenciar e supervisionar todo o processo de implementação de projetos financiados por organismos internacionais sob a responsabilidade do Ministério, centralizando, assim, a gestão e o controle da aplicação desses recursos.

Essa Coordenadoria deveria estar sob a responsabilidade de um profissional com um perfil que demonstre alta competência, experiência, austeridade e ascendência sobre seus subordinados e que seja da estrita confiança do Ministro, para se evitar constrangimentos já observados no passado e que, ainda hoje, persistem.

Esta sugestão, caso aceita, deveria fazer parte de uma proposta a ser apresentada ao Banco Mundial para dar continuidade, inclusive, à implementação do Projeto de Irrigação Nordeste I, ameaçado por aquela instituição de ter seu contrato de empréstimo cancelado, tendo em vista incontáveis problemas constatados e a própria ineficiência na aplicação desses recursos. A prova disso é que diversas obras estão paralisadas e sendo corroídas pelo tempo, sem que se tenha qualquer solução prática.

Uma das funções importantes dessa Coordenadoria seria a de zelar para que a implementação dos projetos contratados com recursos externos seja feita obedecendo ao que determina a legislação brasileira para licitações, assinaturas de contratos com consultorias, empreiteiras, fornecedores de equipamentos, etc. As gerências dos projetos subordinadas a essa Coordenadoria, como é o caso do Projeto Nordeste I, deveriam estar integradas por técnicos de alto nível, a fim de evitar os problemas de superfaturamen-

to, projetos e obras mal elaboradas e executadas, para que se tenha uma fiscalização visando à correta medição de serviços, etc.

Espero, Sr. Presidente, que, o Ministro Aluizio Alves faça bom uso desta modesta sugestão, que é resultante de observações junto a técnicos do Banco Mundial, de outros organismos internacionais e do próprio DNOCS, um dos principais beneficiários desses recursos.

Por falar em DNOCS, quero registrar, para conhecimento desta Casa, que os delegados sindicais de base junto ao Sintsef-Ce que compõem o quadro do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas vêm de, dia 13 último, encaminhar nota ao Ministério da Integração Regional, na qual colocam sua posição diante das medidas adotadas, recentemente, pelo ilustre Gen. Roberto Pinheiro Klein, Secretário Executivo do Ministério, que já afastou dois responsáveis pelo caos no DNOCS, resultante de má gestão e prática delituosa que ocasionaram prejuízo de muitos milhões de dólares.

No mesmo documento, os servidores do DNOCS assim se expressam:

"O momento exige coragem e, principalmente, compromisso para fazer com que os cargos antes ocupados por aqueles envolvidos no processo de irregularidades sejam destinados a pessoas competentes e comprometidas com o DNOCS e com a implantação de sua estrutura."

E vai mais além a nota:

"Esperamos que aqueles afastados dos cargos não venham ocupar outros espaços, com novo poder de mando em outras instâncias do órgão."

Depois dessas colocações, os servidores do DNOCS dão ênfase a uma preocupação reinante no seio dos que fazem aquele órgão e sonham em vê-lo redefinido e cumprindo suas reais funções, em prol do Nordeste, quando afirmam:

"É preocupante as manobras que estão sendo articuladas, nos subterrâneos da política clientelista, no sentido de manter ainda o Senhor Virgílio Marques, afastado recentemente pelo MIR, prestando serviços ao DNOCS "pendurado" ao convênio DNOCS/CODEVASF. Esperamos que a atual direção tenha o apoio político necessário para rechaçar qualquer arranjo dessa natureza."

Dando continuidade à exposição de suas preocupações, de forma bem aberta, e visando sensibilizar, com isso, o Presidente Itamar Franco, o Ministro Aloizio Alves, o Gen. Roberto Pinheiro Klein e outras autoridades, afirma, ainda, a nota dos servidores do DNOCS:

"A ética está a exigir que:

- sejam afastados dos cargos de confiança todos os servidores do DNOCS envolvidos nas denúncias de corrupção;

- sejam afastados dos cargos de confiança e devolvidos aos órgãos de origem todos aqueles envolvidos no processo de corrupção, a exemplo dos Senhores Virgílio Marques (Codevasf) e Eliel Paranhos (Dert-CE); só para lembrar os mais citados no Relatório do Tribunal de Contas da União.

Conclamos a todos para acompanhar este processo de depuração nos serviços públicos, especialmente no

DNOCS, lutando pela ética, probidade e transparência na coisa pública."

Fiz questão de ler, desta tribuna, os principais trechos da nota, para que fiquem estas palavras inseridas nos Anais desta Casa, delas tomando conhecimento as Sr^{as} e Srs. Parlamentares, bem como para que o Ministro Aluizio Alves e seus companheiros do Ministério e o próprio Presidente Itamar Franco estejam alertas para o jogo que ora se processa com o objetivo de manter, na estrutura do DNOCS, os que há pouco nominei.

Apelo, pois, ao Gen. Roberto Pinheiro Klein, em cujo trabalho confio, para que não permita que aconteça o que é temido pelos servidores do DNOCS. Que, realmente, se afaste de lá uma gente comprometida com tudo que há de ruim em algumas páginas negras da história do DNOCS. Esse pessoal não pode ficar monitorando os novos dirigentes do órgão e servindo de "ponte" em defesa dos interesses escusos de algumas empreiteiras e consultoras. Caso isto aconteça, o Dr. Hildeberto Santos Araújo; a quem, desta tribuna, recentemente, dei meu voto de confiança, terá dificuldades com a interferência desse pessoal na nova administração, em postos que, aparentemente, não são de destaque, mas que servem de localização estratégica para que uma velha máfia mantenha seu poder de mando, articulando negócios irregulares e danosos ao patrimônio público.

O que é preciso mesmo é o DNOCS afastar, agora, os demais envolvidos, cujos nomes foram indicados pelo Procurador da República, no Estado do Ceará, Dr. Francisco de Araújo Macedo Filho. Lógico que não se quer injustiça, nem caça às bruxas, mas não se pode admitir que implicados em sérias irregularidades e que propiciaram imenso prejuízo ao Erário permaneçam intocáveis, como se nada tivesse acontecido, num sinal claro da abominável impunidade que assola este País.

Tenho certeza de que a mensagem dos servidores do DNOCS terá eco no Palácio do Planalto e no Ministério da Integração Regional e faço votos de que o Dr. Hildeberto Santos Araújo, Diretor Geral do DNOCS, não se deixará dobrar pelos que com ele conviveram na direção daquele órgão.

Em contato com vários servidores do DNOCS, eu disse que não acredito que isso venha acontecer, pois seria o fim. O Gen. Roberto Pinheiro Klein não vai permitir isso. Tenho certeza. Pedi calma e disse que a preocupação é cabível, para evitar que, num cochilo da autoridade competente, ato tão nocivo ao DNOCS venha a ser perpetrado, e que faria este apelo, aqui em Brasília, num alerta.

É preciso que essa gente entenda que a realidade está mudando. O Presidente Itamar Franco, mesmo tendo que enfrentar muitos interesses, vai, paulatinamente, fazendo impor sua luta no combate à corrupção. A prova é que, recentemente, editou medida provisória restabelecendo os mecanismos do controle interno. Não é o teor o ideal, mas já significa um grande passo para se mudar o quadro negro que aí está, quando não há respeito à ética e à moral por parte de muitos gestores públicos.

Enquanto tiver voz no Congresso Nacional, o DNOCS não ficará entregue à sanha dos que querem esturar seus cofres, e os servidores daquele órgão terão em mim um defensor intransigente de sua causa, pela qual, infelizmente, poucos se interessam.

Era o que tinha a registrar.

O SR. JOSÉ ABRÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ ABRÃO (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dada a evidente falta de quorum, faço um

apelo a V. Ex.^a para que, baseado no § 2º do art. 29, proceda ao encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Nos termos do § 2º do art. 29 do Regimento Comum e sendo evidente a falta de um sexto dos membros de cada Casa, número exigido para a continuidade da sessão, vou encerrar a presente sessão, antes convocando

outra para após a reunião do Congresso Revisor de hoje, que terá início às 14h, com a mesma Ordem do Dia desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13h25min.)

Ata da 23ª Sessão Conjunta, em 19 de maio de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Adylson Motta

ÀS 17 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo – Albano Franco – Alexandre Costa – Alfredo Campos – Amir Lando – Antonio Mariz – Aureo Mello – Carlos De'Carli – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Eduardo Suplicy – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Richa – José Sarney – Júlio Campos – Jutahy Magalhães – Juvêncio Dias – Lavoisier Maia – Levy Dias – Lourival Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Luiz Alberto Oliveira – Magno Bacelar – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Marluce Pinto – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odaci Soares – Pedro Simon – Rachid Saldanha – Derzi – Reginaldo Duarte – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Teotônio Vilela Filho – Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

João Fagundes – PMDB; Marcelo Luz – PP; Ruben Bento – Bloco.

Amapá

Fátima Palaes – Bloco; Gilvam Borges – PMDB; Murilo Pinheiro – Bloco

Pará

Carlos Kayath – Bloco (PTB); Herminio Calvino – PMDB; Hilário Coimbra – (PTB); Osvaldo Melo – PPR; Paulo Rocha – PT;

Amazonas

Átila Lins – Bloco (PFL); João Thome – PMDB;

Rondônia

Aparicio Carvalho – PSDB; Expedito Rafael – PMN; Pascoal Novaes – PSD;

Acre

Adelaide Neri – PMDB; João Maia – PP; Mauri Sergio – PMDB; Ronivon Santiago – PPR; Zila Bezerra – PMDB;

Tocantins

Darci Coelho – Bloco (PFL); Derval de Paiva – PMDB; Freire Júnior – PMDB; Merval Pimenta – PMDB.

Maranhão

Costa Ferreira – PP; Eurico Ribeiro – PPR; João Rodolfo – PPR; Mauro Fecury – Bloco; Nan Souza – PP; Pedro Novais – PMDB; Sarney Filho – Bloco.

Ceará

Aécio de Borba – PPR; Antônio dos Santos – Bloco; Carlos Virgílio – PPR; Gonzaga Mota – PMDB; Marco Penaforte – PSDB; Moroni Torgan – PSDB; Orlando Bezerra – Bloco; Vicente Fialho – Bloco.

Piauí

B. Sá – PP; Ciro Nogueira – Bloco; Jesus Tajra – Bloco; José Luiz Maia – PPR; Mussa Demes – Bloco; Paulo Silva – PSDB.

Rio Grande do Norte

Fernando Freire – PPR; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Marcos Formiga – PSDB; Ney Lopes – Bloco.

Paraíba

Adauto Pereira – Bloco; Efraim Morais – Bloco; Ivandro Cunha Lima – PMDB; Rivaldo Medeiros – Bloco; Vital do Rego – PDT; Zuca Moreira – PMDB;

Pernambuco

Gilson Machado – Bloco; Inocência Oliveira – Bloco; Jose Jorge – Bloco; Jose Mucio Monteiro – Bloco; Miguel Arraes – PSD; Roberto Magalhães – Bloco; Tony Gel – Bloco; Wilson Campos PSDB;

Alagoas

Cleto Falcão – (PSD); Olavo Calheiros – PMDB; Sergipe Benedito de Figueiredo – PDT; Jose Teles; – PPR; Pedro Valadares – PP.

Bahia

Alcides Modesto – PT; Ângelo Magalhães – Bloco (PFL); Carlos Sant'Anna – PP; Clovis Assis – PSDB; Eraldo Tinoco – Bloco; Felix Mendonça – PTB; Geddel Vieira Lima – PMDB; Haroldo Lima – PCdoB; – Jairo Azi – Bloco; Jairo Cameiro – Bloco; João Almeida – PMDB; Jose Carlos Aleluia – Bloco; Jose Falcão – Bloco; Jose Lourenço – PPR; Jutahy Junior – PSDB; Leur Lomanto – Bloco; Luis Eduardo – Bloco; Luiz Moreira – Bloco; Manoel Castro – Bloco; Pedro Irujo – PMDB; Prisco Viana – PPR; Ribeiro Tavares – PL; Waldir Pires – PSDB.

Minas Gerais

Aloisio Vasconcelos – PMDB; Bonifacio de Andrada – Bloco; Camilo Machado – PTB; Elias Murad – PSDB; Fernando Diniz – PMDB; Getulio Neiva – PL; Humberto Souto – Bloco; Israel Pinheiro – PTB; Jose Belato – PMDB; Jose Rezende – PTB; Jose Ulisses de Oliveira – PTB; Mario Assad – Bloco; Mauricio Campos – PL; Neif Jabur – PMDB; Nilmario Miranda – PT; Odelmo Leao – PP; Paulino Cicero de Vasconcelos – PSDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Heslander – PTB; Romel Anisio – PP; Saulo Coelho – PSDB; Tarcisio Delgado – PMDB; Vittorio Medioli – PSDB.

Espírito Santo

Etevalda Grassi de Menezes – (PTB); Helvécio Castello – PT; Nilton Baiano – PMDB; Rita Camata – PMDB.

Rio de Janeiro

Amaral Netto – PPR; Artur da Távola – PSDB; Francisco Dornelles – PPR; Jair Bolsonaro – PDC; Jamil Haddad – PSB; Jandira Feghali – PC do B; Laprovita Vieira – PP; Miro Teixeira – PDT; Roberto Campos – PPR; Roberto Jefferson – PTB; Rubem Medina – Bloco; Sérgio Arouca – PPS; Sidney de Miguel – PV; Simão Sessim – PPR; Vivaldo Barbosa – PDT; Wanda Reis – Bloco.

São Paulo

Alberto Haddad – PP; Arnaldo Faria de Sa – PPR; Cardoso Alves – PTB; Delfim Netto – PPR; Eduardo Jorge – PT; Fábio Meirelles – PPR; Florestan Fernandes – PT; Gastone Righi – PTB; Hélio Bicudo – PT; Jose Abrão – PSDB; José Genoíno – PT; Maluly Netto – Bloco (PFL); Marcelino Romano Machado – PPR; Mendes Botelho – PP; Nelson Marquzelli – PTB; Paulo Novaes – PMDB; Roberto Rollemberg – PMDB; Robson Tuma – PL.

Mato Grosso

Joaquim Sucena – PTB; Jonas Pinheiro – Bloco; Jose Augusto Curvo – PMDB; Rodrigues Palma – PTB; Welinton Fagundes – PL;

Distrito Federal

Jofran Frejat – PP; Osório Adriano – Bloco;

Goiás

Antonio Faleiros – PSDB; João Natal – PMDB; Lazaro Barbosa – PMDB; Maria Valadão – PPR; Mauro Borges – PP; Paulo Mandarino – PPR; Pedro Abrão – PTB; Ronaldo Caiado – Bloco; Vilmar Rocha – Bloco; Virmondes Cruvinel – PMDB;

Mato Grosso do Sul

Elisio Curvo – PTB; Flavio Derzi – PP; Gorge Takimoto – Bloco; Nelson Trad; – PTB; Valter Pereira – PMDB; Waldir Guerra – Bloco;

Paraná

Basilio Villani – PPR; Carlos Scarpelini – PP; Deni Schwartz – PSDB; Homero Oguido – PMDB; Ivanio Guerra – Bloco; Munhoz da Rocha – PSDB; Otto Cunha – PPR; Pedro Tonelli – PT; Renato Johnsson – PP; Werner Wanderer – Bloco; Wilson Moreira – PSDB;

Santa Catarina

Ângela Amin – PPR; Nelson Morro – Bloco; Neuto de Conta – PMDB; Orlando Pacheco – PSD; Paulo Bauer – PPR; Paulo Duarte – PPR; Valdir Colatto – PMDB; Vasco Furlan – PPR;

Rio Grande do Sul

Adylson Motta – PPR; Amaury Müller – PDT; Arno Magarinos – PPR; Carlos Azambuja – PPR; Eden Pedroso – PT; Fernando Carrion – PPR; Fetter Júnior – PPR; Germano Rigotto – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; João de Deus Antunes – PPR; Mendes Ribeiro – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Bender – PPR; Paulo Paim – PT; Telmo Kirst – PPR; Victor Faccioni – PPR; Wilson Mulher – PDT;

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – As listas de presença acusam o comparecimento de 71 Srs. Senadores e 212 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE**OFÍCIOS**

**LIDERANÇA DO PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA – PDT**

Ofício nº 174/94

Brasília, 19 de maio de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Senhor Deputado DÉRCIO KNOP para integrar, como membro Titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Senhor Deputado BENEDITO DE FIGUEIREDO.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Luiz Salomão**, Líder do PDT.

**LIDERANÇA DO PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA – PDT**

Ofício nº 183/94

Brasília, 18 de maio de 1994

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado VITAL DO REGO para integrar, na qualidade de membro Titular, em substituição ao Senhor Deputado VIVALDO BARBOSA, a Comissão Mista do Congresso Nacional destinada a apreciar e dar parecer sobre a Medida Provisória nº 485, de 29 de abril de 1994, que "dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências".

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Luiz Salomão**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Com a palavra o nobre Deputado Haroldo Lima.

O SR. HAROLD LIMA (PCdoB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, as experiências havidas em outros países sobre privatização de setores petrolíferos têm ocupado o noticiário da imprensa, especialmente dos periódicos engajados na campanha que visa alienar o nosso patrimônio nesse setor em benefício das multinacionais.

Os países onde está havendo privatizações do setor petrolífero podem ser classificados em três grupos: industrializados; com pequena escala no setor e países como a China e a Rússia.

Os países industrializados, grandes consumidores de derivados de petróleo, como os Estados Unidos, o Japão e os países europeus, têm capital, tecnologia, poder político e bélico que lhes permite um amplo domínio da economia mundial em quaisquer circunstâncias. Esses países não têm reservas de petróleo ou as têm em declínio, mas têm a sede das multinacionais de petróleo. Nesses países há intensa regulamentação do setor petrolífero e grande tradição de leis antitruste e experiência no trato de cartéis.

Em países com pequena escala no setor, como a Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Argentina, Cuba e outros pequenos países sem expressão no mercado de petróleo, a situação é diferente. Fatores como a falta de escala da indústria do país, as pressões externas para a abertura do setor a pouca ou nenhuma opção para resolver o problema do abastecimento do país ou mesmo a adoção de modelos totalmente abertos, como na Argentina, levaram vários desses países a considerarem desde a saída total do Estado do setor, até a manutenção de empresas do Estado em **joint-ventures**

com empresas privadas estrangeiras ou nacionais. A Argentina é inclusive citada como um modelo a ser seguido pelo Brasil. O Dr. Adolfo Selenzi de Stagni, que já foi Ministro da Fazenda da Argentina, em carta que enviou ao **Jornal do Comércio**, datada de 27 de março de 1994, diz:

"A Argentina, antes de finalizar esta década, se transformará em país importador de petróleo, devido à alarmante queda de suas reservas. Em 1989, quando assumiu o Governo o Presidente Menem, tínhamos reservas provadas de petróleo para 12,9 anos e em 1998 estarão reduzidas a oito anos. As companhias privadas têm reiterado o seu desinteresse em realizar investimentos de risco em trabalhos de exploração, sobretudo quando existe um Estado disposto a presentear-lhes ou vender-lhes, a preço vil, áreas já descobertas. Em 1989, a produção anual da Argentina era de 26,7 milhões de metros cúbicos e quatro anos depois aumentou para 34,5 milhões de metros cúbicos. Levam a cabo uma produção intensiva e irracional para maximizar seu lucro no menor tempo possível. Os preços dos derivados continuam superiores a qualquer outro país produtor do continente americano. A YPF diminuiu sua lotação de 37.000 para 11.000 trabalhadores. Agora as tarefas de exploração, perfuração, transporte e manutenção são feitas por subcontratantes, que, por sua vez, contratam operários não qualificados, o que tem provocado sérios acidentes por não cumprimento das normas elementares de segurança."

Contudo, as considerações que temos a fazer sobre as declarações do ex-Ministro da Fazenda da Argentina, Sr. Adolfo Selenzi de Stagni, resumem-se à impressão de que o quadro argentino é extremamente caótico e ruim.

De qualquer maneira, países como a China ou como a Rússia, que têm experiências diferentes nesse setor – especialmente a China, com dimensão territorial e população muito grandes, com atraso tecnológico na indústria de petróleo e a possibilidade de esse produto influir fortemente no modelo de desenvolvimento nacional – vão buscar recursos e tecnologias externas para o desenvolvimento dessa área, sem prejuízo da sua soberania. Países como esses não podem correr o risco de inviabilizar suas economias por falta de infra-estrutura adequada de energia, porque o preço seria muito alto.

Diferentemente de todos esses países, o Brasil apresenta-se na área do petróleo em condições de autodeterminação. Detém tecnologia de ponta em todos os ramos do setor petróleo e reservas crescentes que garantem a auto-suficiência de energia. É importan-

te registrar que o Brasil poderá alcançar a auto-suficiência na produção de petróleo no momento em que essa decisão for do interesse da sociedade brasileira, tendo em vista a sua íntima vinculação com a pauta de exportações para os países dos quais importamos petróleo.

Para cumprir essa missão com eficiência, entretanto, é importante considerar que a escala da indústria brasileira não é suficiente o bastante para permitir que possa ser dividida entre empresas multinacionais que queiram se manter fortes para enfrentar a acirrada concorrência internacional.

Além do mais, consideramos da maior importância a manutenção do monopólio estatal do petróleo que propiciou o avanço extremamente significativo na área petrolífera em nosso País.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou vendo a pauta, mas ainda não há um acordo sobre a medida provisória que dispõe sobre a assunção da dívida do Lloyd, os pareceres das demais não foram publicados e não há acordo para a votação do Orçamento.

Portanto, não vejo sentido no prosseguimento desta sessão com uma Ordem do Dia nessas condições.

Requeiro, de ofício, que se encerre a sessão em vista da inexistência de acordo sobre essas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência, nos termos do Regimento Comum, vai suspender a sessão por dez minutos, para que os Srs. Parlamentares possam vir ao plenário. Aí, então, será feita uma verificação de presença.

Está suspensa a sessão por dez minutos para verificação de presença.

(Suspensa às 17h44min, a sessão é reaberta às 17h15min)

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Decorridos dez minutos e sendo evidente a falta de número – não há necessidade de acionar o painel, porque se pode constatar visualmente que não há 14 Senadores e 84 Deputados no plenário –, a Presidência vai encerrar a presente sessão e convocar outra para daqui a quinze minutos, com a mesma Ordem do Dia.

Esta Presidência convoca sessão do Congresso Nacional a realizar-se às 17h30min.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h15min.)

Ata da 1ª Reunião Conjunta, em 19 de maio de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Adylson Motta

ÀS 17 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Albano Franco – Alexandre Costa – Alfredo Campos – Amir Lando – Antônio Mariz – Aureo Mello – Carlos De'Carli – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Sabóia de Carvalho – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Eduardo Suplicy – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão –

Humberto Lucena – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Richa – José Sarney – Júlio Campos – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Magno Baccelar – – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Marluce Pinto – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Pedro Si-

mon – Rachid Saldanha Derzi – Reginaldo Duarte – Ronaldo Araújo – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Teotônio Vilela Filho – Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Amapá

Valdenor Guedes – PP.

Rondônia

Expedito Rafael – PMN.

Tocantins

Darci Coelho – Bloco (PFL); Edmundo Galdino – PSDB; Merval Pimenta – PMDB.

Maranhão

Eurico Ribeiro – PPR; Haroldo Sabóia – PT; José Carlos Sabóia – PSB; Pedro Novais – PMDB; Sarney Filho – Bloco.

Ceará

Vicente Fialho – Bloco.

Piauí

B. Sá – PP; Ciro Nogueira – Bloco; Paes Landim – Bloco.

Rio Grande do Norte

Marcos Formiga – PSDB.

Paraíba

Ivandro Cunha Lima – PMDB; José Luiz Clerot – PMDB.

Pernambuco

Inocêncio Oliveira – Bloco.

Alagoas

Roberto Torres – PTB.

Sergipe

Benedito de Figueiredo – PDT; José Teles – PPR.

Bahia

Eraldo Tinoco – Bloco; Félix Mendonça – Bloco (PTB); Jairo Azi – Bloco; Jorge Khoury – Bloco; José Carlos Aleluia – Bloco (PFL); Leur Lomanto – Bloco; Manoel Castro – Bloco (PFL); Sérgio Gaudenzi – PSDB.

Minas Gerais

Aracely de Paula – Bloco; Elias Murad – PSDB; Neif Jabur – PMDB; Nilmário Miranda – PT; Odelmo Leão – PP; Paulo Delgado – PT; Ronaldo Perim – PMDB; Samir Tannús – PPR; Saulo Coelho – PSDB; Wagner do Nascimento – PP.

Espírito Santo

Helvécio Castello – PSDB; Nilton Baiano – PMDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral – Bloco; Álvaro Valle – PL; Jair Bolsonaro – PPR; Sérgio Arouca – PPS.

São Paulo

Cardoso Alves – PTB; Fábio Meirelles – PDS; Jose Abrão – PSDB.

Distrito Federal

Osório Adriano – Bloco.

Paraná

Basílio Villani – PPR; Deni Schwartz – PSDB; Max Rosenmann – PDT; Munhoz da Rocha – PSDB; Otto Cunha – PPR; Werner Wanderer – Bloco PPR.

Santa Catarina

Dejandir Dalpasquale – PMDB; Valdir Colatto – PMDB.

Rio Grande do Sul

Adylson Motta – PPR; Arno Magarinos – PDS; Germano Rigotto – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Nelson Proença – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Victor Faccioni – PPR.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – As listas de pre-

sença registram o comparecimento de 71 Srs. Senadores e 64 Srs. Deputados. Entretanto, a Presidência verifica que não há no plenário o número mínimo necessário para dar andamento à sessão. Assim sendo, deixa de realizar a presente sessão.

Antes, porém, a Presidência convoca sessão unicameral extraordinária do Congresso Revisor a realizar-se na próxima terça-feira, dia 24 de maio, às 9h para apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia, notadamente aquelas em segundo turno e os requerimentos que ordenarão a pauta de trabalhos, conforme estabelecido pela Presidência em comum acordo com os Líderes.

A Presidência reitera a importância do comparecimento dos Srs. Congressistas e apela às Lideranças que se empenhem para que todos estejam presentes, de modo que as votações possam iniciar-se na manhã de terça-feira. Está cancelada a sessão do Congresso Revisor prevista para amanhã, sexta-feira, 20 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h34min.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO LIBERATO CABOCLO NO PERÍODO DE BREVES COMUNICAÇÕES DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADA NO DIA 5 DE MAIO DE 1994, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LIBERATO CABOCLO (PDT – SP) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, já disse pela manhã, mas gostaria de repetir, para ficar bem claro nos Anais do Congresso, que houve uma Revisão Constitucional.

Não há razão alguma para desilusões, constrangimentos ou decepções. Houve uma Revisão Constitucional, e três segmentos se posicionaram de maneira diferente. Um deles veio aqui defender mudanças, outro veio protestar contra mudanças e um terceiro segmento, que não achou relevante a Revisão e, portanto, conformou-se com o texto que aí está, também acabou participando da Revisão de alguma maneira. Então, houve a revisão e se manteve o texto como está por se julgar o mais conveniente, a não ser em dois ou três aspectos, que foram mudados. Os outros tópicos todos foram colocados em votação e perderam todos as tentativas de revisão. Então, é chorar o leite derramado. É a prepotência das pessoas que não o querem subordinar-se à verdade consensual.

Em relação à questão de saúde, fico perplexo como as pessoas ainda acreditam que começando um caderno novo vão ter letra melhor.

Esta é uma imagem muito infantil. As pessoas prometem a si mesmas que no novo caderno terão melhor caligrafia. Mas o tempo vai ensinando que não é bem assim. Portanto, não acredito que a reforma constitucional iria obrigar o Ministro da Fazenda a alocar verbas à saúde. Ora, 47% dos Cofins pertencem à saúde. No entanto, o Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso parcelou em oitenta meses a dívida dos empresários que devem ao Cofins.

O Brasil está só com 2% do seu PIB aplicado em saúde. Agora, vem-se perguntar por que as Santas Casas estão fechando. É porque se privilegiou um Ministro em detrimento do outro, puxando verbas da Previdência, ao invés de se colocar na área da saúde. Foram retidas verbas com vistas a privilegiar o ex-Ministro, em prejuízo do setor de saúde. Fazem tudo contra a saúde no Brasil e depois perguntam por que as Santas Casas estão sendo fechadas. Ora, Sr. Presidente, isto é uma incoerência muito grande. O Brasil é signatário de uma convenção pela qual ele destinaria 4% do seu PIB à saúde, e, no entanto, está destinando apenas 2%. Está

destinando menos que em 1987, para uma população que teve aumentada as suas necessidades, em face de uma tecnologia que se desenvolveu.

O Sistema Único de Saúde não é estruturado. Onde está a formação dos distritos? Há três anos estamos reclamando contra este tipo de pagamento que o Governo faz – apresentam um cheque em branco, e o Governo paga. Temos de reconhecer que nove bilhões de PIB não dão para nada! A Revisão vai melhorar a atitude de respeito à Constituição? Não. Ela seria desrespeitada assim mesmo. Nem o salário mínimo é cumprido como manda a Constituição. É muito fácil acharmos que a nova Constituição será respeitada, porque se cria uma expectativa idealidade. Outra coisa é firmar a realizada. Ora, o que é determinado na Constituição não é feito. Pelo contrário, é desrespeitado.

O Ministro Rubens Ricupero, ainda esta semana, baixou uma portaria que autoriza o repasse de dinheiro diretamente do Ministério da Fazenda para uma determinada instituição que possui luminas por detrás dela. Depois perguntam por que as Santas Casas estão sendo fechadas. Eu respondo: é pela incompetência de um Governo que, depois de tanto tempo, ainda quer fazer uma radiografia para saber o motivo desse fato. Essa radiografia é **post mortem**.

No Governo Sarney foram gastos treze, quatorze bilhões de dólares com o setor de saúde. Hoje são gastos apenas nove bilhões, e ainda perguntam por que as Santas Casas de Saúde vão ser fechadas.

Isso não chega nem a ser ingenuidade, mas hipocrisia. Não há sistema que funcione sem o mínimo de verbas necessárias, e o Brasil é o País que menos aplica dinheiro na saúde **per capita** de todos os países da América do Sul. Comparem-se os índices de resolubilidade do Governo Sarney, quando à frente do Inamps estavam o Dr. Ézio Cordeiro e o Ministro Waldir Pires, com os de agora, apesar de eles terem tido 14 bilhões, chegando até 16 bilhões com verbas indiretas. Agora, com nove bilhões não há Henrique Santillo ou Adib Jatene que dê jeito. Ninguém resolve isso.

Para onde vai esse dinheiro? Está indo para o pagamento da dívida externa, para privilegiar o sistema econômico.

O indivíduo aplica dólar e transforma-o em cruzeiro. Ora, é um sistema econômico totalmente perverso, e depois pergunta-se que Constituição salvaria um país regido por um sistema econômico-financeiro que privilegia o pagamento de credores.

E é só isso o que se tem feito, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO ERNESTO GRADELLA NO PERÍODO DE BREVES COMUNICAÇÕES DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL REALIZADA NO DIA 5 DE MAIO DE 1994, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ERNESTO GRADELLA (PSTU – SP.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, amanhã fará cem dias que este Deputado solicitou ao Presidente Itamar Franco uma audiência, junto com os Deputados José Fortunati, Líder do PT, Luiz Salomão, Líder do PDT, Sérgio Arouca, Líder do PPS, Aldo Rebelo, então Líder do PCdoB, Roberto Franca, Vice-Líder do PSB e Geraldo Alckmin Filho, Vice-Líder do PSDB, e o Senador Eduardo Suplicy, no sentido de que o Sr. Presidente recebesse os Parlamentares e os membros do comitê em defesa da Embraer, da Prefeitura de São José dos Campos e da Câmara Municipal, que pretendem entregar a S. Ex^a o projeto de recuperação da empresa, estudo elaborado por técnicos e consultores sob encomenda do referido comitê.

Na verdade, a Embraer está com o seu leilão marcado para o próximo dia 20 de maio e entendemos que, se há seriedade por parte do Governo no trato do assunto, é necessário que atenda a esse pedido há 99 dias feito ao Presidente da República por intermédio do Líder do Governo Luiz Carlos Santos, e reiterado agora, na esperança de obtermos uma resposta para que, na próxima semana, possamos ser recebidos pelo Sr. Presidente Itamar Franco, a fim de tratar desse grave assunto que é a privatização da Embraer, empresa que foi subavaliada e cuja venda a preço vil, na verdade, compromete todo o desenvolvimento tecnológico do País.

Sr. Presidente, para concluir, comunicamos à Casa que estivemos hoje na Embaixada do Paraguai, junto com a Deputada Socorro Gomes, do PCdoB, para solicitar àquela representação providência no sentido de que seja apurada a morte do líder camponês paraguaio Esteban Balbueno, e sejam punidos os responsáveis. Um abaixo – assinado contendo quarenta assinaturas de Deputados Federais brasileiros foi entregue à Chancelaria.

Era o que tinha a dizer.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral 23,53 URV

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral 23,53 URV

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900**

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 118 – abril/junho 1993

O Perfil Constitucional do Estado Contemporâneo: o Estado democrático de direito.

Inocêncio Mártires Coelho

As Limitações ao Exercício da Reforma Constitucional e a Dupla Revisão.

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

O Distrito Federal nas Constituições e na Revisão Constitucional de 1993

Gilberto Tristão

A Constituição de 1988 e os Municípios Brasileiros.

Dieter Brühl

A Justiça Militar Estadual.

Álvaro Lazzarini

A Declaração de Inconstitucionalidade sem a Pronúncia da Nulidade da Lei – Unvereinbarkeitserklärung – na Jurisprudência da Corte Constitucional Alemã.

Gilmar Ferreira Mendes

Da Responsabilidade do Estado por Atos de Juiz em Face da Constituição de 1988.

A.B. Cotrim Neto

Serviço Público – Função Pública – Tipicidade – Critérios Distintivos.

Hugo Gueiros Bernardes

Considerações Atuais sobre o Controle da Discricionariedade.

Luiz Antônio Soares Hentz

Sistema Brasileiro de Controle da Constitucionalidade.

Sara Maria Stroher Paes

O controle Interno de Legalidade pelos Proc. do Estado.

Cléia Cardoso

Controle Externo do Poder Judiciário.

José Eduardo Sabo Paes

Tutela Jurídica sobre as Reservas Extrativistas.

Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Luiz Daniel Felipe.

Legislação Ambiental Brasileira – Evolução Histórica do Direito Ambiental.

Ann Helen Wainer

Princípios Gerais de Direito Ambiental Internacional e a Política Ambiental Brasileira.

Paulo Affonso Leme Machado

Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil.

José Flávio Sombra Saraiva

História das Idéias Penais na Alemanha do Pós-Guerra.

Winfried Hassemer

Aspectos do Discurso Jurídico-Penal (Material e Formal) e sua Ilegitimidade.

Sérgio Luiz Souza Araújo

Proceso, Democracia y Humanización.

Juan Marcos Rivero Sánchez

O Combate à Corrupção e à Criminalidade no Brasil: Cruzadas e Reformas.

Geraldo Brindeiro

Liderança Parlamentar

Rosinethe Monteiro Soares

Considerações Acerca de um Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Rubem Nogueira

Entraves à Adoção do Parlamentarismo no Brasil.

Carlos Alberto Bittar Filho

Loucura e Prodigalidade à Luz do Direito e da Psicanálise.

Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Omar Brina Corrêa Lima

Usucapião Urbano.

Rogério M. Leite Chaves

O Código do Consumidor e o Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos Comerciais e Industriais.

Adriano Perácio de Paula

Dos Contratos de Seguro-Saúde no Brasil.

Maria Leonor Baptista Jourdan

A Nova Regulamentação das Arbitragens.

Otto Eduardo Vizeu Gil

Os Bancos Múltiplos e o Direito de Recesso.

Arnoldo Wald

O Dano Moral e os Direitos da Criança e do Adolescente.

Roberto Senize Lisboa

A Aids Perante o Direito.

Licínio Barbosa

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT).

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 119 – julho/setembro 1993

Leia neste número:

Execução contra Pessoas Administrativas – Geraldo Ataliba

Processo e Justiça Eleitoral – Torquato Jardim

Novos Municípios – Adilson Abreu Dallari

Tutela Administrativa e Relações de Consumo – Álvaro Lazzarini

A Estrutura Institucional Definitiva do Mercosul: uma opinião – Werter R. Faria

Da Declaração de Inconstitucionalidade – Antonio Cezar Lima da Fonseca

A Proteção aos Direitos do Cidadão e o Acesso à Justiça – Luiz Antonio Soares Hentz

Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias – Newton Paulo Teixeira dos Santos

A Lei Injusta e sua Inconstitucionalidade Substancial no Estado Democrático de Direito – Antônio Souza Prudente

Conceito de Crime Hediondo e o Equívoco da Lei nº 8.072/90 – João José Leal

O Regulamento no Sistema Jurídico Brasileiro – Vitor Rolf Laubé

A Prova Pericial e a Nova Redação do CPC – Ivan Lira de Carvalho

O Controle pelo Estado da Atividade Internacional das Empresas Privadas – José Carlos de Magalhães

Administração Pública na Constituição Federal – José de Castro Meira

Da Ultra-Atividade da Suspensão de Liminar em Writ – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Jurisdição e Administração – Carlos Alberto de Oliveira

Ministério Público Junto aos Tribunais de Contas – Jorge Ulisses e Jacoby Fernandes

Prova Pericial: Inovações da Lei nº 8.455/92 – Rogério de Meneses Fialho Moreira

A Constituição de 1988 e o Tribunal de Contas – Jarbas Maranhão

Classificação dos Agentes Públicos: Reexame – Mário Bernardo Sesta

A Seguridade Social – José Luiz Quadros de Magalhães

Alterações Introduzidas na Lei nº 6.515/77 pela Constituição de 1988 –

Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Aspectos Fundamentais e Práticos das Sociedades Anônimas – Osvaldo Hamilton Tavares

Crimes de Abuso de Poder Econômico – Marcos Juruena Villela Souto

Os hermeneutas da Intransigência Desacumuladora – Corsíndio Monteiro da Silva

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT. Autorizo a remessa dos números 117 a 120 da Revista de Informação Legislativa para o endereço abaixo discriminado:

Nome.....

EndereçoCEP

Cidade UF Telefone Fax Telex

Data:/...../..... Assinatura:

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 120 – outubro / dezembro 1993

Carlos Mário Velloso

O Supremo Tribunal Federal, Corte constitucional

Manoel Gonçalves Ferreira Filho

O Poder Judiciário e a revisão constitucional

Geraldo Ataliba

Limites à revisão constitucional de 1993

Diogo de Figueiredo Moreira Neto

Ética e funções essenciais à Justiça no presidencialismo moderno

Dimas Macedo

A democracia direta e a Constituição

Ronaldo Poletti

A idéia democrática no direito romano

Michel Temer

Revisão constitucional

Arnoldo Wald

Algumas premissas da reforma constitucional: a redução do papel do Estado, o fortalecimento da empresa privada e a limitação do poder monetário

Hugo de Brito Machado

Morosidade, formalismo e ineficácia das decisões judiciais

Carlos Valder do Nascimento

Revisão constitucional: âmbito, alcance e limites

Sérgio Sérvulo da Cunha

Revisão constitucional: o caso brasileiro

João Paulo M. Peixoto

O monarca republicano e o regime híbrido de governo: a experiência francesa

Cármem Lúcia Antunes Rocha

Constituição e mudança constitucional: limites ao exercício do poder de reforma constitucional

Mauro Márcio Oliveira

Legimetria: uma proposta e dois exercícios experimentais

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 – 120

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
QUADRO COMPARATIVO**

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989
5 VOLUMES.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989, índice comparativo.

Os pedidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF
Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e
321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:
Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

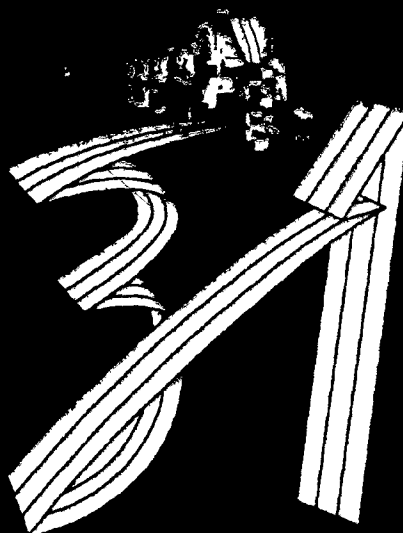
CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências**
- Dispositivos vetados e razões dos vetos**
- Legislação correlata**
- Índice temático**

**À venda na Subsecretaria de
Edições Técnicas – Senado Federal,
Anexo I, 22º andar – Praça dos Três
Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF –
Telefones 311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS